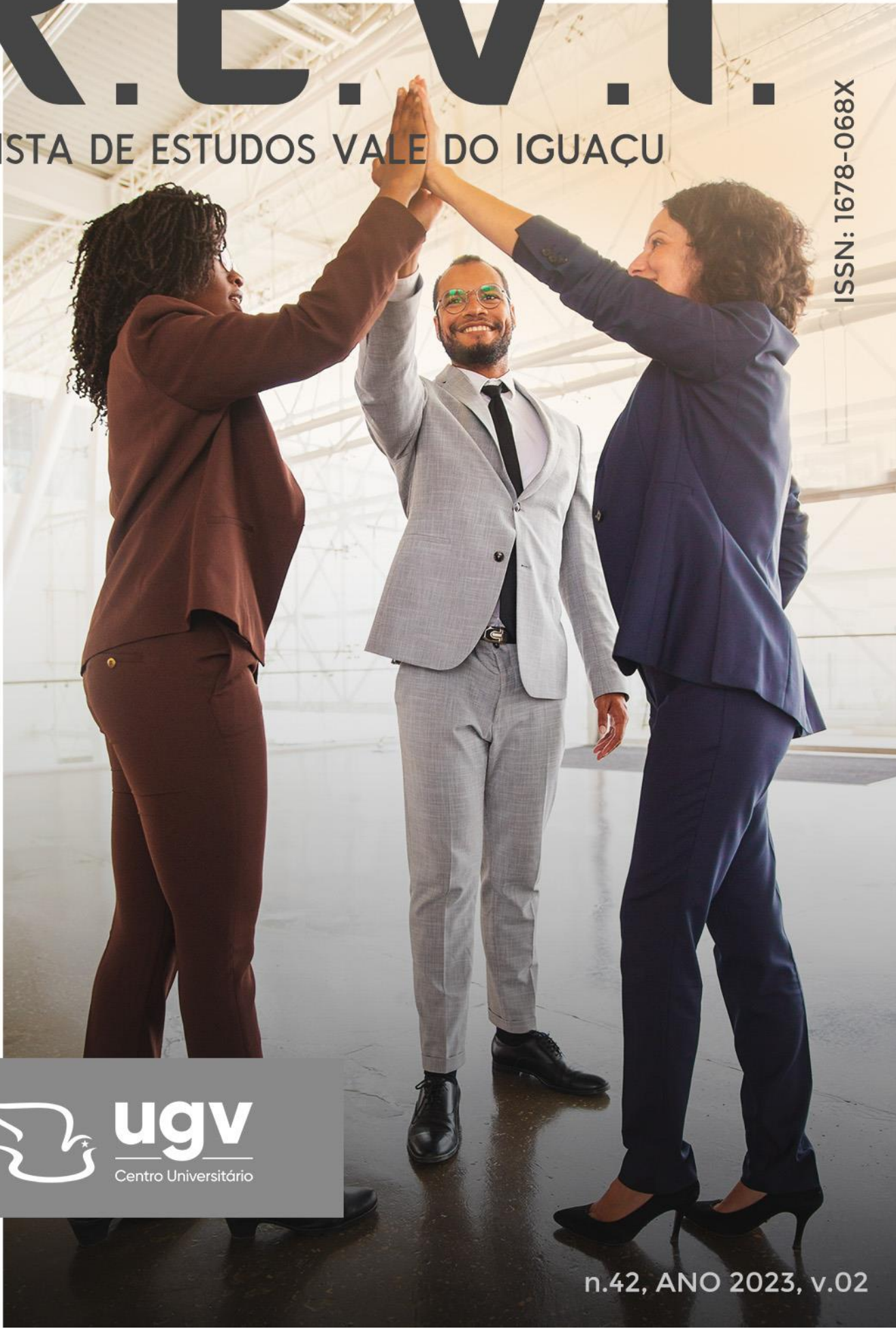


latindex

R.E.V.I.

REVISTA DE ESTUDOS VALE DO IGUAÇU

ISSN: 1678-068X



ugv
Centro Universitário

n.42, ANO 2023, v.02

Revista de Estudos Vale do Iguaçu

[URL: http://book.uniguacu.edu.br/index.php/REVI/index](http://book.uniguacu.edu.br/index.php/REVI/index)

EXPEDIENTE

UGV - CENTRO UNIVERSITÁRIO
Rua Padre Saporiti, 717–Bairro Rio D´Areia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600 - 904
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN:1678-068x

LATINDEX

Folio:25163
Folio Único:22168

CAPA

Equipe Marketing (UGV)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe: Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)
Coeditora: Prof. Me. Lina Cláudia Sant´Anna (UGV)

Conselho Editorial:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UGV)
Prof. Dr. Andrey Portela (UGV)
Prof. Dra. Julia Caroline Flissak (UGV)
Prof. Remei Haura Junior (UGV)
Prof. Dra. Patrícia Manente Melhem Rosas (Campo Real)
Prof. Dra. Bruna Rayet Ayub (UCP)

SUMÁRIO

A ELISÃO FISCAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UMA ABORDAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR.....	04
ABORTAMENTO ESPONTÂNEO: A CONDUTA DO HOSPITAL E OS POSSÍVEIS IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA VIDA DA MULHER ENLUTADA	20
ANÁLISE COMPARATIVA DA COBRANÇA DO ISSQN NOS MUNICÍPIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA PARANÁ E PORTO UNIÃO SANTA CATARINA.....	35
ANÁLISE COMPARATIVA DE UMA AFERIÇÃO DE OBRA ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS: LUCRO REAL, LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL	49
ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO DE VAREJO	68
ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA VISANDO AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE COBERTURA PARA UM PROVEDOR DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	84
DIVÓRCIO PARENTAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOACADÊMICO DOS FILHOS: UM ESTUDO DE CASO	100
ESTILOS DE LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES	117
ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL	135
JUSTIÇA RESTAURATIVA SUAS POSSIBILIDADES EM ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA ESTADUAL DE GUARAPUAVA-PR	143
PROBLEMA FUTURO OU ATUAL? A PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA E SEUS FATORES ASSOCIADOS EM ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA	162
TRANSPosição DIDÁTICA E INTERDISCIPLINARIDADE EM FACE A TEORIA DA COMPLEXIDADE	175
UMA BOLA DE CRISTAL MODERNA: EXPLORANDO A MAGIA DA ELETRÔNICA COM ARDUINO E DISPLAY OLED	190

A ELISÃO FISCAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UMA ABORDAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Nicoli Ostrovski de Souza¹
Karime Michely Bastos²
Jonas Elias de Oliveira³
Cristiano Damaceno⁴

RESUMO: Este artigo tem como objetivo mostrar técnicas de elisão fiscal utilizadas para reduzir os impostos de forma legal e reutilizar as economias de maneira a agregar valor à empresa e à comunidade onde está inserida, além de apresentar um exemplo de como uma instituição de educação superior com tributação no Lucro Real pode utilizar as brechas na legislação para reduzir seus custos e o quanto foi poupado no período de um ano. Para o desenvolvimento metodológico utilizou-se pesquisa básica, exploratória, qualitativa, quantitativa e bibliográfica, apresentando interpretações da legislação vigente sobre benefícios para as instituições de ensino superior e constatação de técnicas de elisão fiscal e planejamento tributário, fatores relevantes e que fazem com que as empresas obtenham resultados positivos. Este estudo visa auxiliar as instituições a encontrar soluções para reduzir os custos e obter vantagem competitiva por meio da elisão fiscal, e que com a reorganização dos recursos possam ter uma imagem mais positiva junto à comunidade.

Palavras-Chave: Tributação. Estratégia. Redução.

ABSTRACT: This article aims to show tax avoidance techniques used to legally reduce taxes and reuse savings in order to add value to the company and the community in which it operates, in addition to presenting an example of how a higher education institution with Real Profit taxation can use loopholes in the legislation to reduce its costs and how much was saved over a period of one year. For the methodological development, basic, exploratory, qualitative, quantitative and bibliographical research was used, presenting interpretations of current legislation on benefits for higher education institutions and finding tax avoidance techniques and tax planning, relevant factors that cause companies obtain positive results. This study aims to help institutions find solutions to reduce costs and obtain a competitive advantage through tax avoidance, and with the reorganization of resources they can have a more positive image in the community.

Keywords: Taxation. Strategy. Reduction.

¹Graduado em de Ciências Contábeis pela Ugv- Centro Universitário, União da Vitória/PR-Brasil. E-mail: con-nicolisouza@ugv.edu.br

²Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade do Contestado-UNC Canoinhas; Especialista em Controladoria e Planejamento Tributário, Universidade do Contestado- UNC Mafra e MBA em Gestão Estratégica Corporativa, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac com parceria com Ashland University dos EUA (simpósios internacionais), Professora Universitária, Ugv - Centro Universitário. União da Vitória.PR. Brasil. prof_karimebastos@ugv.edu.br .

³Graduado em Administração. Mestre em Desenvolvimento Regional pela UnC – SC. Professor da Ugv - Centro Universitário. Email: prof_jonas@ugv.edu.br

⁴ Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologias, Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: prof_cristiano@ugv.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Segundo o Impostômetro, ferramenta desenvolvida pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP), entre os dias 01 de janeiro e 30 de setembro de 2023, o Brasil arrecadou mais de dois trilhões de reais em impostos. Isto torna o país, o primeiro em arrecadações na América Latina.

Esta alta carga tributária, afeta de forma significativa a saúde financeira das empresas, e evidencia a necessidade de um planejamento tributário qualificado, que ajude os administradores na tomada de decisões assertivas. Trazendo a importância de um profissional responsável pela contabilidade tributária que possa fazer uma boa gestão e análise das alternativas com uma visão contábil refinada.

O principal objetivo deste artigo é apresentar a elisão fiscal como uma ferramenta de gestão, buscando encontrar brechas na legislação para redução dos impostos, apresentando como objetivos específicos o estudo sobre meios de reutilizar as economias em estratégias de mercado que agreguem valor à empresa, evidenciando assim a importância da elisão para a gestão dos negócios e apresentando possíveis estratégias para a empresa agregar valor aos clientes e à comunidade em geral.

A elisão fiscal é a prática de reduzir legalmente a carga tributária de uma empresa, essa prática pode ser uma vantagem competitiva para as organizações, pois permite que elas aumentem sua lucratividade, invistam em inovação, melhorem sua imagem perante os clientes e se diferenciem da concorrência.

A pesquisa realizada teve como abordagem o método básico, apresentando informações sobre o uso da elisão fiscal como estratégia para obter vantagem competitiva, o método exploratório, investigando informações para aplicar a elisão de forma adequada, o método qualitativo e quantitativo, analisando alternativas para reduzir a carga tributária e aumentar a rentabilidade e o método bibliográfico, fundamentando-se em fontes teóricas e documentais.

O trabalho tem relevância para as instituições de ensino que buscam reduzir seus custos e obter vantagem competitiva por meio da otimização tributária, que consiste em planejar e executar estratégias legais para diminuir a carga tributária. Além disso, o trabalho visa orientar as Instituições sobre como reestruturar seus

recursos de forma eficiente e transparente, melhorando sua reputação junto à sociedade e aos órgãos fiscalizadores.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O ESTADO E A EDUCAÇÃO

Ao longo do tempo as funções estatais foram se moldando e ganhando a definição que possuem atualmente. Segundo Oliveira (2013, p. 55) “o Estado necessita de meios materiais e pessoais para cumprir seus objetivos institucionais, garantindo a ordem jurídica, a segurança, a defesa, a saúde pública e o bem-estar social de todos”. Ou seja, todos os direitos acima citados estão entre as obrigações do Estado para com a sua população.

Dentre a segurança, defesa, saúde e demais necessidades básicas, conforme a Constituição Federal, também está entre as funções do Estado garantir educação a todos. Vejamos o que ela diz em seu art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Frisamos aqui as questões de qualificação para o trabalho, uma vez que conforme a apuração do Censo Educação Superior, em 2020, dentre as 2.457 instituições de ensino superior no Brasil, apenas 304 (12,4%) são públicas. Podemos perceber que há um déficit neste quesito com relação a função do Estado.

Diante da carência de instituições públicas de ensino superior em nosso país e o difícil acesso que os estudantes têm a estas, o Governo desenvolveu dentro do seu sistema tributário uma forma de tentar preencher esta lacuna na educação, utilizando-se dos benefícios fiscais.

2.2 BENEFÍCIOS FISCAIS E ELISÃO FISCAL

Os benefícios ou incentivos fiscais são ferramentas estratégicas que os governos utilizam para promover a redução ou extinção de alíquotas de impostos, a fim de direcionar recursos e incentivar a produção de determinado produto ou a prestação de algum serviço. Com a crescente competitividade e globalização no

mercado, a utilização dos benefícios fiscais de forma eficaz pode se tornar um diferencial importante para atrair investidores e impulsionar o desenvolvimento econômico de forma sustentável.

A isenção do pagamento de impostos é uma das várias formas de benefícios fiscais. Definida pelo Código Tributário Nacional em seus artigos nº 175 a nº 179 como uma exclusão do crédito tributário. De forma mais didática, Oliveira (2013, p. 79) explica sobre a isenção:

[...] sempre ocorre mediante uma lei que a especifique, delineando todas as condições para sua concessão, logo possuindo caráter infraconstitucional. Além disso, a isenção consiste em uma exceção à regra de tributação, em uma parcela suprimida do âmbito da hipótese de incidência.

Um exemplo de benefício fiscal é a isenção de contribuições sociais destinada a entidades beneficentes de assistência social oferecido pela Receita Federal, que isenta tais entidades do pagamento de PIS, COFINS, CSLL, RAT e Contribuição Previdenciária Patronal, conforme o art. 195, § 7º da Constituição Federal.

Dentro da área educacional, as instituições privadas de ensino superior com fins lucrativos, que formam hoje cerca de 15% do total de instituições privadas no Brasil, que oferecem bolsas de estudo conforme as regras vigentes do Prouni, estão sujeitas à isenção de alguns impostos.

Já a elisão fiscal, não se trata de um benefício fiscal propriamente dito, mas de uma estratégia que as empresas usam para otimizar os custos com impostos. O termo elisão é sinônimo de “evitar” e apesar de não estar diretamente relacionado com questões fiscais, ficou popular neste âmbito ao longo do século XX.

Segundo Oliveira (2013, p. 25), “a elisão fiscal é um procedimento legalmente autorizado, que pode contribuir, se bem executada, para reduzir a carga tributária”.

É uma prática dos planejamentos tributários na qual, com o estudo da legislação, encontram-se brechas para diminuir a carga tributária que recai sobre uma organização. É importante frisar que a elisão é diferente da evasão fiscal, uma vez que a evasão utiliza de práticas ilícitas para evitar o pagamento de impostos e pode gerar penalidades graves para quem a prática, enquanto a elisão é uma forma lícita.

De acordo com Greco (1998), a postura dominante no Brasil é a de que o contribuinte possa realizar qualquer planejamento tributário, desde que se utilize de meios lícitos, antes do fato gerador, sem simulação, buscando fazer com que o fato

gerador: A) não ocorra; B) ocorra em dimensão menor do que aquela em que poderia se verificar; ou C) tenha sua exigência postergada.

Vários autores tratam a elisão fiscal como o próprio planejamento tributário, haja vista que o planejamento tributário tem como principal objetivo a otimização do ônus tributário empresarial, tal qual a elisão. Entretanto, é necessário realizar um planejamento tributário para pôr em prática a elisão fiscal, porque todos os casos são singulares e precisam ser avaliados isoladamente. Ao desenvolvê-la, a empresa passa a direcionar os recursos que agora encontram-se disponíveis em outros investimentos, gerando mais empregos ou melhorando a qualidade do ambiente de trabalho, aumentando determinado setor e de forma geral aumentando a sua competitividade no mercado em que está inserida.

2.3 LUCRO REAL

O Lucro Real é um dos regimes tributários mais conhecidos e utilizados atualmente. Segundo Oliveira (2013, p. 101):

Lucro Real é conceituado como o resultado contábil líquido do trimestre antes do IRPJ e da CSLL, transcrito em livro próprio — denominado Livro de Apuração do Lucro Real (Lalur) — e ajustado pelas adições, exclusões e compensações prescritas ou autorizadas pela legislação do imposto de renda.

O Lucro Real permite que as empresas recolham os impostos conforme o seu real faturamento, podendo até, em alguns casos, compensar prejuízos em períodos futuros. Cabe salientar que pode também ser calculado de forma mensal, por opção de cada organização.

Torres (2023), nos traz as alíquotas para cálculo dos impostos no Lucro Real, sendo 15% para IRPJ com limite de faturamento até R\$ 60.000,00 por trimestre, e faturamento excedente calculado sobre alíquota de 10%. CSLL fixada em 9%, o em PIS 1,65% e a COFINS em 7,60%.

Diz Torres (2023), “qualquer empresa pode optar pela tributação no Lucro Real, contudo a adesão torna-se obrigatória nos casos de empresas que possuem faturamento superior a R\$78 milhões no ano”, porém existem alguns casos específicos que estão obrigados a tributar seus impostos conforme as regras do Lucro

Real, sendo eles: instituições do setor financeiro, como bancos e cooperativas de crédito, empresas que obtiveram lucros e fluxo de capital com origem estrangeira, factoring e empresas com benefícios fiscais como isenção de impostos.

Difere-se do Lucro Presumido, outro regime tributário muito popular, no fato que este realiza a apuração dos impostos com base no faturamento líquido trimestral da empresa, sem levar em consideração os seus custos e despesas, através de uma alíquota de presunção pré-definida pela Receita Federal conforme a atividade realizada pela empresa.

2.4 PROUNI

O ProUni, Programa Universidade Para Todos, foi inicialmente instaurado por medida provisória publicada em 2004 e posteriormente por Lei, em 2005, como uma política de inclusão social no Brasil, que cede bolsas totais ou parciais aos seus participantes, com base na renda familiar per capita (menos de 1,5 salários mínimos per capita para bolsas integrais e menos de três salários mínimos per capita para bolsas parciais), além de outras condições, como ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada, com bolsa. Os alunos que pretendem cursar a educação superior e se enquadram em todas as condições especificadas pela legislação, podem utilizar a sua nota do Enem para tentar bolsas de estudo neste Programa.

Antes do Prouni, cerca de 85% das instituições de ensino privado já tinham isenção total ou parcial de tributos. Hoje, somente instituições com fins lucrativos pagam impostos, sendo a escolha pelo Programa uma opção de cada organização.

A Lei nº 11.096 de 2005, em seu art. 5º, sobre a concessão de bolsas, traz a seguinte redação:

Art. 5º A instituição privada de ensino superior, com ou sem fins lucrativos não beneficente, poderá aderir ao Prouni mediante assinatura de termo de adesão, cumprindo-lhe oferecer, no mínimo, 1 (uma) bolsa integral para o equivalente a 10,7 (dez inteiros e sete décimos) estudantes regularmente pagantes e devidamente matriculados ao final do correspondente período letivo anterior, conforme regulamento a ser estabelecido pelo Ministério da Educação, excluído o número correspondente a bolsas integrais concedidas pelo Prouni ou pela própria instituição, em cursos efetivamente nela instalados.[...]

Em seu § 4º, fala ainda que a instituição pode vir a aderir à regra de cálculo de 1 (uma) bolsa de estudo integral a cada 22 (vinte e dois) estudantes regularmente

pagantes, desde que ofereça adicionalmente, a quantidade de bolsas parciais de 50% (cinquenta por cento) na proporção necessária para que a soma dos benefícios concedidos, na forma prevista nesta Lei, atinja o equivalente a 8,5% (oito e meio por cento) da receita anual dos períodos letivos que já tenham bolsas do Prouni efetivamente recebidas,

As penalidades no caso de descumprimento das condições firmadas no termo de adesão estão dispostas no art. 9 da mesma Lei, e abrangem desde o restabelecimento do número de bolsas conforme o indicado pela legislação até a desvinculação com o Programa.

Ainda conforme a legislação que regulamenta o Prouni, em seu art. 8º temos a descrição dos impostos dos quais ficam isentas as organizações que aderirem ao Prouni:

- I - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas;
- II - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;
- III - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social; e
- IV - Contribuição para o Programa de Integração Social.

2.5 DEDUÇÕES DO IRPJ

As pessoas jurídicas tributadas pelo Lucro Real também possuem uma outra vantagem com relação aos impostos quando se trata de Imposto Sobre a Renda da Pessoa Jurídica. Conforme a Lei nº 8.313 de 1991, que institui o Pronac e é popularmente conhecida como Lei Rouanet, a organização que for optante pelo Lucro Real pode preferir pela aplicação de uma parcela do valor que seria pago de IRPJ, em doações ou patrocínios no apoio a projetos culturais, sendo o cálculo dessas deduções feitas de duas formas:

Art. 18. Com o objetivo de incentivar as atividades culturais, a União facultará às pessoas físicas ou jurídicas a opção pela aplicação de parcelas do Imposto sobre a Renda, a título de doações ou patrocínios, tanto no apoio direto a projetos culturais apresentados por pessoas físicas ou por pessoas jurídicas de natureza cultural, como através de contribuições ao FNC, nos termos do art. 5º, inciso II, desta Lei, desde que os projetos atendam aos critérios estabelecidos no art. 1º desta Lei.

§ 1º Os contribuintes poderão deduzir do imposto de renda devido as quantias efetivamente despendidas nos projetos elencados no § 3º, previamente aprovados pelo Ministério da Cultura, nos limites e nas condições estabelecidos na legislação do imposto de renda vigente, na forma de:

- a) doações; e
- b) patrocínios.

§ 2º As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real não poderão deduzir o valor da doação ou do patrocínio referido no parágrafo anterior como despesa operacional.

§ 3º As doações e os patrocínios na produção cultural, a que se refere o § 1º, atenderão exclusivamente aos seguintes segmentos:

[...]

b) livros de valor artístico, literário ou humanístico;

E ainda:

Art. 26. O doador ou patrocinador poderá deduzir do imposto devido na declaração do Imposto sobre a Renda os valores efetivamente contribuídos em favor de projetos culturais aprovados de acordo com os dispositivos desta Lei, tendo como base os seguintes percentuais:

[...]

I - No caso das pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real, quarenta por cento das doações e trinta por cento dos patrocínios.

§ 1º A pessoa jurídica tributada com base no lucro real poderá abater as doações e patrocínios como despesa operacional.

§ 2º O valor máximo das deduções de que trata o caput deste artigo será fixado anualmente pelo Presidente da República, com base em um percentual da renda tributável das pessoas físicas e do imposto devido por pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real.

3 METODOLOGIA

Para responder aos objetivos, geral e específicos, deste trabalho, serão seguidos os passos metodológicos descritos a seguir. Segundo Marconi e Lakatos (2010), todas as ciências se baseiam em métodos científicos, pois não há ciência sem o emprego de método científico. O método científico permite que o estudo seja organizado de forma estruturada e sistemática.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste trabalho é a pesquisa básica, pois tem o objetivo de gerar conhecimento útil para o público da área fiscal e contábil com relação à elisão fiscal. Além disso, é uma pesquisa exploratória, pois analisa as situações ocorridas nos fatos apresentados, buscando compreender e explicar os fenômenos envolvidos.

A abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa, pois utiliza dados numéricos e não numéricos para responder às questões propostas. A pesquisa qualitativa foca no aprofundamento da compreensão de um grupo social, recusando o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social (GOLDENBERG, 1997). A pesquisa quantitativa busca quantificar os valores economizados ao longo do tempo, através das técnicas de elisão fiscal selecionadas no momento do planejamento tributário. Quanto aos procedimentos, a pesquisa é bibliográfica, pois se baseia no

levantamento de referências teóricas já publicadas em livros, artigos científicos e páginas da internet. A pesquisa bibliográfica busca recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A INSTITUIÇÃO

Com base nas legislações pesquisadas e estudadas ao longo deste trabalho, tomamos como objeto de estudo uma instituição de ensino privado, com fins lucrativos, optante da modalidade de tributação pelo Lucro Real, que no ano de 2022 ofereceu nove cursos e teve neste mesmo período, 150 alunos efetivamente matriculados e adimplentes. No início do primeiro semestre de 2023, manteve a oferta de cursos, porém aumentou para 164 o número de vagas disponíveis. O valor médio das mensalidades na instituição é de R\$ 1.222,00.

4.2 ADESÃO AO PROUNI

No ano de 2023, a instituição aderiu ao Programa Universidade Para Todos, a fim de proporcionar à população uma simplificação ao acesso a educação superior e contribuir com o aumento dos índices de escolaridade na região. Adotou para cálculo das bolsas a regra de uma bolsa para cada 11 alunos pagantes. Vejamos abaixo o quadro com as estimativas de bolsas a ceder e o cálculo das bolsas a serem cedidas no 1º semestre de 2023.

Quadro 1 - Bolsas do Prouni

Estimativa de ingressantes no 1º SEM 2023:	164
Nº de bolsas integrais, obrigatórias, cedidas anteriormente:	0
Estimativa de bolsas 100% a ceder no 1º SEM 2023:	14
Nº estimado de alunos regulares no 1º SEM 2023:	160
Bolsas integrais obrigatórias a ceder no 1º SEM 2023:	15
Total de bolsas obrigatórias a ceder:	15

Fonte: Os autores (2023)

4.3 DOAÇÕES À BIBLIOTECA

Outra estratégia utilizada, que é válida tanto na prática da elisão fiscal, atuando na dedução dos valores devidos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, quanto no marketing da empresa e na perspectiva que esta irá gerar na comunidade da sua região, é a doação de livros literários para a biblioteca do município, cadastrada no Ministério da Cultura e no Pronac, e a doação dos arquivos acadêmicos realizados pelos graduandos, e avaliados pela comissão como próprios para publicação nos meios de comunicação sociais, considerando que todas estas doações podem contribuir grandemente para a profissionalização e evolução do conhecimento da população em geral. O valor total das doações de livros e trabalhos acadêmicos transformados em dinheiro, somaram o montante de R\$ 2.000,00 e esta ação aconteceu no decorrer do 2º semestre do ano de 2023.

Segundo Penna (2023) “o ato de doar contribui efetivamente para melhorar a sociedade, as instituições e, principalmente as pessoas. Ao enxergar as necessidades do próximo e fazer algo para supri-las, nos tornamos mais justos e igualitários”.

Conforme as regras de cálculo citadas pela Lei nº 8.313 de 1991 em seu art. 18, e pela Receita Federal, as deduções do IRPJ podem ser aproveitadas em 100% do valor doado, limitado à 4% do valor devido de imposto, ou seja, a doação neste caso se trata da quantia de R\$ 2.000,00, e a dedução e valor do imposto se dão conforme o quadro 2.

Assim, após o cálculo do imposto de renda com o adicional por excesso no trimestre, apesar de ter doado a quantia de R\$ 2.000,00, a empresa pode deduzir do IRPJ a pagar a quantia de R\$ 1.742,40, ficando ainda com o montante de R\$ 41.817,60 a ser pago.

Contudo, um dos maiores objetivos com esta doação, é o desenvolvimento da empresa nas relações públicas e o marketing gerado a partir disso. A organização precisa ser bem-vista por todos e a doação ajuda no desenvolvimento da imagem, sendo um ponto positivo a ser considerado.

. Quadro 2 – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

Lucro Líquido do Exercício:	R\$ 405.600,00
------------------------------------	-----------------------

Cálculo do IRPJ:			
LLE	%		Valor a Pagar
R\$ 60.000,00	x 15%	=	R\$ 9.000,00

Cálculo do Adicional			
LLE	Valor já tributado		Diferença
R\$ 405.600,00	- R\$ 60.000,00	=	R\$ 345.600,00
Valor não tributado	% Adicional		Valor a Pagar
R\$ 345.600,00	x 10%	=	R\$ 34.560,00

IRPJ A PAGAR =	R\$ 43.560,00
-----------------------	----------------------

Dedução Conforme art. 18:	
4% do IRPJ a pagar:	R\$ 1.742,40

IRPJ A PAGAR COM DEDUÇÕES =	R\$ 41.817,60
------------------------------------	----------------------

Fonte: Os autores (2023)

4.4 TRIBUTOS

Observando o quadro com a relação dos faturamentos gerados durante o período de janeiro a dezembro do ano de 2022, levando em consideração o número de alunos devidamente matriculados no período, o valor médio das mensalidades e tomando como base um faturamento médio mensal de R\$ 200.000,00, temos os seguintes valores de impostos e tributos pagos pela empresa de forma mensal e trimestral.

Quadro 3 - Tributos

Faturamento:		R\$ 200.000,00	
MENSAL	ISS	3%	R\$ 6.000,00
	PIS	1,65%	R\$ 3.300,00
	COFINS	7,60%	R\$ 15.200,00
TRIMESTRAL	IRPJ	15%	R\$ 43.560,00
	CSLL	9%	R\$ 36.504,00

Fonte: Os autores (2023)

Observamos que durante o ano de 2022, a instituição pagou em impostos mensais a importância de R\$ 24.500,00, e em impostos trimestrais a quantia de R\$

80.064,00. Entretanto, com a dedução dos valores doados à biblioteca pública, considerando que esta foi realizada apenas uma vez no ano, tratando-se de valores anuais, a organização pagaria o montante de R\$ 614.256,00 em impostos federais e municipais.

Ao longo do ano de 2023 a instituição realizou a doação dos livros e trabalhos acadêmicos, ação que redestinou a quantia de R\$ 1.742,40 em impostos federais e ainda aderiu ao Programa Universidade Para Todos, passando a ter isenção de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Assim, a empresa economizou em impostos o valor de R\$ 612.513,60, podendo agora fazer a redesignação deste valor dentro e fora da organização, buscando crescer a sua capacidade de competição com as demais empresas do ramo.

4.5 AÇÃO SOCIAL

Após ter feito o levantamento dos valores economizados ao longo do ano e confirmado a validade e importância do planejamento tributário realizado, é chegado o momento de utilizar os novos recursos financeiros disponíveis em caixa.

Com o objetivo de agregar valor à comunidade onde está inserida, foi levantada uma campanha de arrecadação de alimentos, material de limpeza e agasalhos para as vítimas das enchentes ocorridas no sul do país, principalmente nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos meses de setembro e outubro do ano de 2023. A campanha de arrecadação durou duas semanas e teve a sua publicação e atualização feita nas redes sociais da instituição ao longo do período.

A proposta foi que, a quantia arrecadada em alimentos e material de limpeza, transformada em valores monetários, seria dobrada pela instituição no momento da entrega dos materiais arrecadados à população necessitada.

4.6 TÉCNICAS DE COMPETITIVIDADE

Entre as técnicas utilizadas pela instituição para aumento da competitividade no mercado, além do planejamento estratégico com a elisão fiscal como item principal, foi aplicado de forma similar, a ferramenta “As 5 Forças de Porter”. Vejamos:

Quadro 4 – As 5 Forças de Porter

Ameaça de Produtos Substitutos	Em uma instituição de educação superior, a ameaça de produtos substitutos é quase nula, considerando que os produtos substitutos são aqueles que podem ser de uma categoria diferente, mas substituir o produto ofertado.
Ameaça de entrada de novos concorrentes	Apesar de ser um setor lucrativo, demanda de um grande investimento e não tem crescimento tão acelerado em algumas regiões, muitas vezes criando monopólios. A ameaça de novos concorrentes é considerada um risco de médio a leve.
Poder de negociação dos clientes	No caso de uma instituição já bem estabelecida, o poder de negociação dos clientes é limitado, uma vez que a instituição é que detém o poder de escolha de valores e formas de pagamento.
Poder de negociação dos fornecedores	Os fornecedores em uma instituição de ensino são dos mais variados tipos: desde alimentos à material didático e de manutenção. O poder de negociação dos fornecedores se torna um pouco maior com tantas opções.
Rivalidade entre os concorrentes	Apesar de a ameaça de entrada de novos concorrentes ser pouca, a rivalidade entre os concorrentes existentes é grande, principalmente quando se trata de valores e qualidade na prestação de serviços.

Fonte: Os autores (2023)

As 5 Forças de Porter nos mostram que a instituição de educação se encontra inserida de forma positiva no mercado, uma vez que o poder de negociação dos clientes, as ameaças de produtos substitutos e entrada de novos concorrentes podem ser considerados índices de baixo risco que não afetam direta e frequentemente as atividades da empresa. Entretanto, o poder de negociação dos fornecedores, apesar de ser um índice mais alto, não demonstra deter a totalidade do controle de escolha do fornecedor, porque esse fica a critério do responsável pela aquisição dos produtos e serviços, e estas escolhas quando feitas de forma assertiva, podem trazer grandes benefícios à organização. Já a rivalidade entre os concorrentes é o único tópico que demanda um pouco mais de atenção dos gestores. Com base nos resultados obtidos através da análise das Forças de Porter, partimos para o desenvolvimento das estratégias de negócios, desta vez com foco em encontrar uma alternativa para a resolução dos problemas verificados até então.

Uma opção que pode servir como chamariz para estudantes, é a contratação de um quadro de profissionais renomados, com grandes capacidades docentes, aumentando a qualidade do ensino e conteúdo dentro dos cursos, assim atraindo mais alunos interessados nos serviços da instituição. Outra opção para investimento é a oferta de cursos e palestras gratuitas, abertas ao público em geral, com o intuito de

despertar na população o desejo de uma profissionalização. Poderia ser oferecido um minicurso de cuidados com a pele e automaquiagem, com o intuito de trazer mais alunos para os cursos da área da saúde, por exemplo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho consistiu em apresentar a elisão fiscal como uma ferramenta de gestão, buscando na legislação, brechas para a redução de impostos e a reutilização dos valores em estratégias de mercado, tomando como modelo uma instituição de educação superior, tributada no Lucro Real Trimestral.

Para que o estudo em questão fosse eficiente ao que se propôs, inicialmente houve uma breve explanação sobre a relação entre o Estado e a educação, como forma de demonstrar o déficit do governo em algumas obrigações, além disso, foram demonstrados exemplos de benefícios fiscais e elisão fiscal, como forma de minimizar os gastos com impostos no regime de tributação Lucro Real, passando então a redirecionar os valores para o desenvolvimento da organização. O Programa Universidade Para Todos foi apresentado desde a sua criação até o cálculo e concessão de bolsas, bem como as deduções sobre o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, especificamente a sua atuação sobre a antiga Lei Rouanet.

Com a adesão ao Prouni e as doações realizadas à biblioteca, foi demonstrado o levantamento de valores poupados com a execução dos projetos do planejamento e percebemos que a elisão fiscal é uma técnica válida e muito eficaz para poupar valores de impostos. Com base nessas aplicações, observamos que os valores economizados poderiam passar a ser investidos na readequação do quadro de funcionários da empresa, na flexibilização dos valores de mensalidade, e de forma geral chamar a atenção da população com o oferecimento dos cursos de curta duração, e principalmente com as ações sociais desenvolvidas, formando a imagem de uma empresa de referência em excelência de ensino, que trabalha com ética e cidadania, ao mesmo tempo garantindo uma grande vantagem competitiva dentro do mercado onde está inserida.

Como trabalho futuro, propõe-se realizar uma análise numérica dos benefícios da elisão fiscal, que consiste em utilizar meios legais para diminuir ou evitar o pagamento de impostos. A análise comparará a situação da empresa com e sem a aplicação da elisão fiscal, avaliando os impactos na rentabilidade e na competitividade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos (Prouni). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 de janeiro de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm. Acesso em: 12 de outubro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Código Tributário Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de outubro de 1966. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172Compilado.htm. Acesso em 26 de setembro de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991**. Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 de dezembro de 1991. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8313cons.htm. Acesso em 15 de outubro de 2023.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
GRECO, Marco Aurélio. **Planejamento fiscal e interpretação da lei tributária**. São Paulo: Dialética, 1998.

IMPOSTÔMETRO. **Carga Pesada**. Disponível em: <https://impostometro.com.br>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

INEP, Assessoria de Comunicação Social do. **Resultados do Censo da Educação Superior 2020 disponíveis**. Ministério da Educação. 18/02/2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-da-educacao->

superior/resultados-do-censo-da-educacao-superior-2020-disponiveis. Acesso em: 19 de setembro de 2023.

INSTITUTO MÁRIO PENNA. **Por que doar**. Disponível em: <https://mariopenna.org.br>. Acesso em: 20 de outubro de 2023.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Isenção de Constituições Sociais destinadas a entidades beneficentes de assistência social**. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/orientacao-tributaria/beneficios-fiscais/isencao-de-contribuicoes-sociais.htm>. Acesso em: 25 de setembro de 2023.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Projetos Culturais**(Lei Rouanet). Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal/destinacao-irpf/projetos-culturais-lei-rouanet>. Acesso em: 22 de outubro de 2023.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 4ª Edição. Editora Saraiva, 2013. E-book. ISBN 9788502204621. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502204621/>. Acesso em: 14 setembro de 2023.

SERASA EXPERIAN. **Pedidos de recuperação judicial crescem 105,2% em 1 ano e MPEs são as mais impactadas, revela Serasa Experian**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/analise-de-dados/pedidos-de-recuperacao-judicial-crescem-1052-em-1-ano-e-mpes-sao-as-mais-impactadas-revela-serasa-experian/>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

SERASA EXPERIAN. **Primeiro semestre do ano registrou 593 pedidos de recuperação judicial, mostra Serasa Experian**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/sala-de-imprensa/analise-de-dados/primeiro-semester-do-ano-registrou-593-pedidos-de-recuperacao-judicial-mostra-serasa-experian/>. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

TORRES, V. **O que é Lucro Real?** Entenda essa Tributação e como calcular. Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/?utm_device=c&utm_term=&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=%5BMAX%5D_Migracao_2022. Acesso em: 19 de outubro de 2023.

ABORTAMENTO ESPONTÂNEO: A CONDUTA DO HOSPITAL E OS POSSÍVEIS IMPACTOS PSICOLÓGICOS NA VIDA DA MULHER ENLUTADA

Jessica Antonia de Lima¹
Suelen Dulce Franco²

Resumo: A presente pesquisa traz um olhar aos cuidados da paciente internada em virtude do processo de abortamento e considerações sobre os aspectos emocionais que surgem frente a essa internação. Sendo pertinente buscar capacidades de compreender as consequências trazidas pelo aborto espontâneo, tendo como propósito a investigação dos impactos psicológicos conduzidos pela perda e a elaboração do luto. Nessa circunstância, perante o abortamento espontâneo e seus impactos psicológicos para as mulheres, esta pesquisa objetivou expor as vivências e percepção de mulheres em condição de aborto espontâneo, atendidas em uma maternidade pública em uma cidade do interior do estado do Paraná e assim identificar como o hospital acolhe essas mulheres. Participaram desse estudo o total de sete participantes, entre 22 e 47 anos por meio de um formulário criado por uma plataforma chamada Google Forms. Deste modo, este estudo vem propor novas pesquisas que possibilitem evidenciar, desestigmatizar o aborto, visando minimizar os possíveis traumas que essas mulheres a experiência, como também direcionar o olhar da população e até mesmo de outros profissionais da saúde, sobre a importância do psicólogo dentro dos hospitais, visto que na maioria não se encontra profissionais suficientes para essa demanda.

Palavras-chave: Psicologia hospitalar, aborto, aborto espontâneo.

Abstract: This research takes a look at the care of patients hospitalized due to the abortion process and considers the emotional aspects that arise in the face of this hospitalization. It is pertinent to seek abilities to understand the consequences brought about by spontaneous abortion, with the purpose of investigating the psychological impacts caused by the loss and the elaboration of grief. In this circumstance, faced with spontaneous abortion and its psychological impacts on women, this research aimed to expose the experiences and perception of women in a condition of spontaneous abortion, treated in a public maternity hospital in a city in the interior of the state of Paraná and thus identify how the hospital welcomes these women. A total of seven participants, between 22 and 47 years old, participated in this study using a form created by a platform called Google Forms. In this way, this study proposes new research that makes it possible to highlight and de-stigmatize abortion, aiming to minimize the possible traumas that these women the experience, as well as directing the attention of the population and even other health professionals, on the importance of psychologists within hospitals, since in most hospitals there are not enough professionals to meet this demand.

Keywords Hospital psychology, abortion, spontaneous abortion.

¹ Egressa do curso de Psicologia – UGV - Centro Universitário – União da Vitória – Paraná – Brasil.

² Psicóloga (CRP 08/31630); Professora do curso de Psicologia – UGV - Centro Universitário – União da Vitória – Paraná – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O aborto espontâneo acontece por razões naturais, assim dizendo, quando não há intenção da mulher ou de terceiros, ou alguma intervenção médica, tendo como causas principais as anomalias cromossômicas, doenças autoimunes, enfermidades bacterianas e virais, idade da progenitora, estresse e até uso de drogas, no entanto de modo geral é difícil definir com exatidão o que causou o aborto em determinada mulher.

Nessa perspectiva é necessário considerar questões emocionais frente à gestante. É essencial ressaltar que, em sua atuação no hospital, o objetivo do psicólogo é amenizar o sofrimento provocado pela hospitalização que inclui o processo de adoecimento e possíveis sequelas emocionais provenientes dessa hospitalização (ANGERAMI-CAMON, 1998). Dessa forma, um dos locais de suma importância que o profissional psicólogo atua é na maternidade.

A presente pesquisa traz um olhar aos cuidados da paciente internada em virtude do processo de abortamento e reflexões sobre os aspectos emocionais que surgem frente a essa internação, sendo o foco dessa pesquisa destacar possíveis impactos psicológicos em mulheres que sofreram aborto espontâneo. A motivação pela escolha desta temática surgiu de uma vivência traumática que a própria pesquisadora passou, por essa razão acredita-se que esse trabalho poderá trazer um olhar mais humanizado para mulheres nesse processo e possíveis reflexões sociais, pois esse assunto, um tanto quanto delicado, não é muito discutido, em razão a estigmas e preconceitos enraizados no imaginário social.

Compreendendo que as pessoas envolvidas precisam de profissionais especializados para o acolhimento, entende-se que assim é possível favorecer um melhor enfrentamento dessa condição, visto que algumas experiências podem desencadear consequências físicas e psicológicas. Sendo pertinente buscar capacidades de compreender as consequências trazidas pelo aborto espontâneo, tendo como propósito a investigação dos impactos psicológicos conduzidos pela perda e a elaboração do luto.

Nessa circunstância, perante o abortamento espontâneo e seus impactos psicológicos para as mulheres, esta pesquisa objetivou expor as vivências e percepção de mulheres em situação de aborto espontâneo, atendidas em uma

maternidade pública em uma cidade do interior do estado do Paraná. Assim, buscando identificar como o hospital público acolhe mulheres em abortamento espontâneo e como trabalham para amenizar o sofrimento psíquico destas mulheres, como também promover olhares humanizados dos profissionais da saúde que interagem com mulheres em abortamento, investigar possíveis fatores que colaboram para o aumento da dor psíquica das pacientes e conceituar as dificuldades ou escassez de psicólogos nos hospitais públicos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O abortamento retrata um obstáculo na saúde pública em países em desenvolvimento, envolvendo o Brasil, entra em debate assuntos complexos de ordens morais, religiosas, legais, sociais e culturais. Para uma parcela das mulheres, o aborto é a solução para a insatisfação do planejamento reprodutivo, em virtude da falta de informação sobre anticoncepção, a falta de acessibilidade aos métodos, deslizes no seu uso e falta de acompanhamento pelos serviços de saúde (BARBOSA;, BOBATO; MARIUTTI, 2012).

É importante destacar o fato de que para outras mulheres a gravidez que fomenta o abortamento é resultado situações de estupro ou relações impostas pelos seus parceiros. Ponto de vistas culturais, religiosos e legais obste as mulheres a admitir seus abortamentos, dificultando a fidedignidade do cálculo e de sua amplitude. Considera-se que o abortamento é bastante praticado, por meios variados, muitas vezes conduzidos por profissionais em condições duvidosas, ou induzidos pela própria mulher, constantemente essas mulheres sofrem consequências trágicas à saúde, podendo, inclusive, levar à morte (NORMA TÉCNICA ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTAMENTO, 2011).

Quando a mulher chega à unidade de saúde os profissionais não devem questionar qual é a etiologia do aborto recomenda a Norma Técnica intitulada: “Atenção Humanizada ao abortamento”, elaborada pelo Ministério da Saúde, quanto ao sigilo profissional:

Diante de abortamento espontâneo ou provocado, o (a) médico (a) ou qualquer profissional de saúde não pode comunicar o fato à autoridade policial, judicial, nem ao Ministério Público, pois o sigilo na prática profissional

da assistência à saúde é dever legal e ético, salvo para proteção da usuária e com o seu consentimento (BRASIL, 2005, p. 14).

O aborto se classifica em duas naturezas: espontâneo e o provocado. O aborto espontâneo é aquele que acontece sem intenção, a gravidez é interrompida naturalmente. Segundo o manual de obstetrícia de Williams a definição de aborto é interrupção de gravidez de forma intencional ou espontânea, antes das 20 semanas contando a data do primeiro dia da última menstruação normal. Uma segunda definição também usada é; parto de um feto que pesa menos de 500g, no instante de expulsão do útero sem possibilidade de sobrevivência. Há uma estimativa de que 80% dos abortamentos ocorrem nas primeiras 12 semanas (LEVENO *et al*, 2014).

De acordo com Bastos (2006), há várias formas clínicas de aborto, uma delas é o aborto completo, que acontece quando o útero faz a expulsão total do feto, sem ficar nenhum vestígio da gravidez, no caso onde ficam alguns restos ovulares, denomina-se de aborto incompleto, nesses casos é necessário a intervenção cirúrgica para retirada do que não foi expulso, processo que acontece por curetagem ou aspiração. Quando não acontece a expulsão do feto é chamado de aborto retido, como o próprio nome diz, o feto fica dentro do útero no mínimo três semanas, quando isso acontece a mulher corre vários riscos de infecção onde pode apresentar até mesmo quadro febril.

Para Prado (2007) é difícil entender o desejo e a disseminação da mulher perante a gravidez, mulheres vencem obstáculos e enfrentam trabalhos pesados que chegam ao seu limite. Por outro lado, enfrentam o aborto espontâneo resultante de causas internas e externas, incluindo fatores psicológicos ou psicossomáticos.

2.1 IMPACTOS PSICOLÓGICOS DO ABORTO ESPONTÂNEO

Kiler, Geller e Ritsher (2002) *apud* Rodrigues (2009), discorrem que as principais consequências emocionais que as mulheres vivenciam frente ao aborto espontâneo são; desespero, dor, medo, culpa e raiva. Na maioria das vezes esse momento se constitui em um evento traumático, representando a morte de uma futura criança e também o fim de expectativas e planos. O abortamento espontâneo não só marca fisicamente o fim de uma gestação, mas também cria incertezas na capacidade de gerar um filho.

Segundo Colmam e Colmam (1994) *apud* Rodrigues (2009), entende que o abortamento espontâneo se refere a um desejo do inconsciente de não ser mãe, acrescentam que quando ocorre esse aborto uma vez, a mulher fica mais ansiosa frente uma nova gestação, deixando a mulher mais suscetível a acontecer novamente. Pontes (2013) também fala da ansiedade que a mulher sente frente a uma nova gestação.

Cordeiro (2005) *apud* Rodrigues (2009) traz em uma visão psicanalítica que é importante levar em conta as fases iniciais da mulher na infância, principalmente a estrutura da personalidade enquanto mulher, analisando seu desenvolvimento psicológico. Outro aspecto trazido pelos psicanalistas é a predisposição da mulher em perceber se como figura materna, e se identificar com o cônjuge e com o feto durante a gravidez.

Freud não só reafirmou que as raízes das nossas vivências emocionais submergem na infância, como buscou fundamentar de modo metódico, a ligação entre acontecimentos da infância em relação à formação da estrutura da personalidade adulta. Sempre ouve os a favor e os contras a teoria de Freud, mas apesar de algumas reestruturações há uma concordância dos dados levantados por ele (BOWLBY, 1970 *apud* ALBIERO, 2013).

3 MÉTODO

Refere-se a uma pesquisa de método hipotético de natureza aplicada, quanti-qualitativos e descritiva. Assim como a partir dos conhecimentos técnicos apontam como pesquisa de levantamento uma vez que envolve inquirição direta do sujeito cujo comportamento o pesquisador almeja conhecer (GIL, 1994 *apud* SOUZA; ILKIU, 2017). Os critérios de inclusão dessa pesquisa foram: Ser mulher e ter sofrido aborto espontâneo ou retido, ter passado por esse processo em um hospital, concordar com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Critérios de exclusão são os mesmos que contradizem aos de inclusão.

Para a coleta de dados foi utilizado um questionário com quinze (15) perguntas abertas e fechadas, enviado por uma plataforma do Google Chrome chamada Forms, que ficou disponível por um período de dois meses, que foi construído a partir de estudos sobre o tema pela pesquisadora, qual segundo Gerhardt e Silveira (2009)

é um meio preparado de perguntas que não devem necessariamente ser respondidas com a presença do pesquisador, precisando conter uma linguagem acessível e clara, para que quem for responder consiga compreender. Essa maneira de coleta tem o propósito adquirir pontos de vista, emoções, sensações, preferências, ideias, experiências vividas e para atingir tal objetivo trazendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha.

A respectiva pesquisa foi desenvolvida com mulheres que já sofreram o aborto espontâneo, seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada, que aconteceu individualmente, algumas dessas mulheres eram conhecidas da pesquisadora e outras foram indicadas pelas próprias participantes. Para investigação da pesquisa foi feito levantamento bibliográfico de artigos publicados, nas bases de dados brasileiras de publicações eletrônicas, e Scielo Brasil, PEPsic (Periódicos eletrônicos em Psicologia), Index Psi (Conselho Federal de Psicologia), assim como ao acervo bibliográfico sobre o tema, a fim de se levantar as principais teorias referentes ao assunto estudado.

Os termos de pesquisa usados para levantamento do material de estudo foram: abortamento espontâneo; sofrimento psicológico após abortamento; vivências e percepções de mulheres em processo de abortamento. Após validação e aprovação do Núcleo de Ética e Bioética (NEB) da Ugv, protocolo 2023/059, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o TCLE também foi enviado via Forms para as participantes autorizarem a pesquisa. Decorrente a isso será feito uma análise para confirmar ou não a hipótese levantada por essa pesquisadora. É importante mencionar que as participantes foram citadas nesta pesquisa como entrevistada 1,2,3,4,5,6,7. a fim de preservar suas identidades, por motivo de sigilo.

A variável desta pesquisa, são fenômenos que a pesquisadora não tem controle, procede da subjetividade de cada participante, suas experiências, seus comportamentos e sentimentos frente ao diagnóstico. No entanto, as variáveis independentes são aquelas que são possíveis de serem manejadas pela pesquisadora como a disponibilidade de tempo.

A pesquisa realizada passou por avaliação e posterior aprovação do Núcleo de Ética e Bioética (NEB), pois envolve a participação de seres humanos. Além disso, decorreu pautado pelo Código de Ética Profissional do Psicólogo, o qual no artigo 16 enfatiza o caráter voluntário de cooperação por meio do Termo de Consentimento

Livre e Esclarecido – TCLE, assegurar o sigilo na identidade de pessoas, grupos e/ou organizações e permitir aos mesmos os resultados da pesquisa após a finalização se assim quiserem (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO PSICÓLOGO, 2005).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Responderam as informações da pesquisa o total de sete participantes, entre 22 e 47 anos, 42,9 % assinalaram ter sofrido aborto retido e 57,1% aborto espontâneo, 71,4 % passaram por esse procedimento pelo SUS, e 28,6% particular. 42,9% sofreram o aborto há mais de quatro anos, 42,9% de um a três anos e 14,3 % menos de um ano. Levando em conta que cerca de um quinto das gravidezes resulta em abortamento espontâneo, faz-se importante a identificação das consequências emocionais, sobretudo quando aponta-se a evidência que desta situação podem resultar em sequelas psicológicas significativas (WARSOP; ISMAIL; ILIFFE, 2004 *apud* FREITAS BARBOSA *et.al.* 2017).

Quando questionado o receber o diagnóstico do aborto, responderam o seguinte:

Me senti impotente, em choque até assimilar toda a situação e entender o ocorrido. Gera medo, dúvidas, sentimento de culpa (Entrevistada 1, 2023).

Culpada, sem chão, impotente e extremamente triste (Entrevistada 2, 2023).

Fiquei muito triste com o que havia acontecido e não conseguia acreditar. (Entrevistada 3,2023).

Foi a pior sensação da minha vida, senti meu mundo desabar e uma dor inconsolável (Entrevistada 4,2023).

Triste. Desabando. Uma sensação de impotência e culpa por parecer que algo podia ser evitado (Entrevistada 5, 2023).

Tristeza, foram 3 abortos. (Entrevistada 6, 2023).

Muito triste! (Entrevistada 7, 2023).

A percepção das mulheres quanto à interrupção da gestação é de que é um momento muito difícil, os sentimentos relatados são de medo, fragilização, frustração, culpa e tristezas (BITELBRON *et al.*, 2015 *apud* NUNES *et a.l.*, 2023). Na seguinte pergunta, 57,1% das participantes responderam que precisaram realizar a curetagem e 42,9% não precisaram. Segundo Zugaib (2015) *apud* Nunes *et al* (2023) o

procedimento varia conforme o tipo de aborto sofrido, quando há ameaça de aborto por exemplo, é recomendado que a paciente repouse, não tendo a necessidade de internação, e a utilização de espasmódicos para cólica e abstinência sexual.

Os autores ainda discorrem que nos casos do aborto retido a aspiração manual a vácuo (AMV), têm satisfação, eficácia, e aceitação do método pelas pacientes e profissionais, inclusive a utilização de analgésicos ou anestésicos locais ao invés de anestésicos gerais, reduzem a permanência hospitalar e conseqüentemente à maior agilidade no atendimento e antecipação da alta, e por conseqüência a diminuição da morbimortalidade materna e os gastos hospitalares, resultando em empregar a da técnica viável em unidades de saúde de menor complexidade. Quando pergunto a elas como foi passar por esse processo elas responderam que:

É um momento difícil até que a aceitação aconteça, o psicológico pesa muito. Por bastante tempo me senti culpada, por não saber o real motivo do aborto. É um processo de aceitação que vai acontecendo com o tempo. (Entrevistada 1, 2023).

Horrível, pois a todo o momento eu pensava que estava “jogando fora” e “machucando” meu filho (Entrevistada 2, 2023).

Muito doloroso e sempre se perguntando o que fiz de errado, por que tinha que ter acontecido isso (Entrevistada 3, 2023).

Foi um momento muito difícil, o qual eu perdi todas as minhas forças pra enfrentar (Entrevistada 4, 2023).

Muito triste por ser no período de pandemia e não poder ter nenhum acompanhante junto tive que ficar sozinha. O que piorou a situação pois só fiquei pensando coisas ruins (Entrevistada 5, 2023).

Muito triste, me se senti culpada, sensação horrível (Entrevistada 6, 2023).

Difícil (Entrevistada 7, SIC, 2023).

O sentimento de culpa, tristeza, aparece novamente nas respostas das entrevistadas esse conjunto de sentimentos e elaboração emocional influencia não somente as mulheres que sofreram o aborto espontâneo, como também as que resolveram interromper a gestação (SANTOS *et al*, 2021 *apud* NUNES *et al*, 2023). Outra pergunta refere-se como foi a chegada ao hospital e como os profissionais o acolheram, as respostas foram:

Quando fui ao hospital fui prontamente atendida, mas não sentia verdade no médico, eu já sabia o que estava acontecendo, mas o médico parecia não querer falar que realmente era o aborto acontecendo. (Entrevistada 1, 2023).

Ótimo. Fui bem acolhida, ouvida e tive sorte de estar com uma equipe onde as profissionais eram todas mulheres, mães e conhecidas. (Entrevistada 2, 2023).

Fui bem atendida desde o primeiro instante (Entrevistada 3, 2023).

Fui atendida com carinho e muito cuidados dos profissionais (Entrevistada 4, 2023).

O atendimento foi ótimo. Não tenho o que reclamar todos me trataram super bem super compreensíveis e cuidadosos (Entrevistada 5 2023).

Bem atendida (Entrevistada 6, 2023).

Ótimo (Entrevistada 7, 2023).

Em relação aos relatos é notório que a qualidade nos serviços de saúde, é indispensável a atenção, informação, acolhimento, competência relacionado no direito e a respeito das mulheres que vivenciaram um aborto espontâneo. Lima *et al* (2017) *apud* Leite *et al* (2023) discorrem que as pacientes que chegam até ao hospital em processo de abortamento trazem consigo angústias psicológicas e com o seu emocional abalado, essa tensão toda, requer não somente cuidado em procedimentos técnicos, os profissionais precisam exercer suas funções, respeitando seus sofrimentos e acolhendo com uma escuta ativa.

Mas quando a pergunta é se elas acham que os profissionais da saúde estão preparados para acolher essa demanda 57,1% responderam que não e 42,9% responderam que sim. O apoio emocional principalmente vindo dos profissionais da saúde é fundamental para mulheres que estão sofrendo o aborto, mesmo que esses profissionais estejam em seus limites, o que não deve se influenciar nos cuidados a serem prestados. O abortamento está associado a transtornos psiquiátricos e reações emocionais que podem se manifestar após o aborto juntamente com outros prognostico que aumentam o risco (SANTOS *et al.*, 2021 *apud* NUNES *et al.*, 2023). Quando a pergunta é sobre o atendimento psicológico dentro do hospital as respostas foram:

Não houve. Gostaria que tivesse sim (Entrevistada 1, 2023).

Não ouve. E com certeza faria toda diferença, se houvesse um contato principalmente antes do procedimento de curetagem. E logo após a alta médica. Não me sentia bem psicologicamente pra tentar novamente por muito tempo (Entrevistada 2, 2023).

Não houve, mas gostaria sim que tivesse, pois, esse momento é muito doloroso e precisamos muito de apoio e amparo de alguém preparada para nos ajudar. (Entrevistada 3, 2023).

Não tive o contato, mas acredito que é de extrema importância ter (Entrevistada 4, 2023).

Não teve. Mais acho que seria muito necessário. (Entrevistada 5, 2023)

Não contato com psicóloga, sim gostaria (Entrevistada 6,2023).

Não (Entrevistada 7, 2023).

Através dos relatos nesta entrevista, identifica-se o quão necessário a presença de um profissional da saúde mental que possui uma escuta qualificada e aporte teórico para auxiliar nesse momento de exaustão mental. O objetivo do psicólogo no hospital é diminuir o sofrimento causado pela internação, o processo de adoecimento e as sequelas psicológicas proveniente dessa hospitalização (ANGERAMI-CAMON, 1998 *apud* FREITAS *et al.*, 2017).

Percebe-se nos relatos acima a importância do atendimento psicológico dentro dos hospitais. Lima *et al* (2020) *apud* Nunes *et al* (2023), em um estudo transversal que avaliou a assistência hospitalar frente a aborto, e afirma que o quanto mais desamparadas essas mulheres, maior será o sofrimento psicológico nessas circunstâncias. A próxima pergunta foi referente ao ambiente em que permaneceram instaladas se existiu contato com grávidas e puérperas as respostas foram:

Não (Entrevistada 1, 2023).

Não precisei ficar internada (Entrevistada 2, 2023).

Não havia ninguém no quarto, porém tanto na entrada quanto na saída, haviam grávidas e puérperas com seus bebês no colo. Me senti mal, por estar saindo de colo vazio (Entrevistada 3, 2023).

Não tinha (Entrevistada 4 2023).

Havia. Mais no momento que internei trocaram imediatamente e me deixaram sozinha. Achei super necessário pois as duas sofreriam com a situação (Entrevistada 5,2023).

Sim, a colega estava feliz, eu com o coração acelerado, triste (Entrevistada 6, 2023).

Observa-se pelas respostas das entrevistadas que o vínculo entre a equipe de profissionais e as pacientes que sofreram aborto influencia no quadro psicológico e emocional. Além disso, a presença de puérperas e mulheres graves também podem

potencializar o sofrimento dessas mulheres. Há vários sentimentos e emoções decorrente a uma perda, é importante acentuar que após um aborto, as mulheres se sentem improdutivas, fracassadas, visto que se comparam a outras gestantes que chegaram ao fim de suas gestações e conseguiram ter seus filhos em seus braços. .

Esse conjunto de emoções e sentimentos geram uma crise de identidade, pois é marcado por um rompimento na vida dessas mulheres (LIMA; FORTIM, 2015 *apud* NUNES *et al*, 2023). A seguinte pergunta foi se elas acham importante a ausência desse contato com grávidas e puérperas durante esse processo segue a resposta:

Sim, tudo que a mãe quer é ver o filho bem e saudável. E de certa forma isso gera um constrangimento na mãe que sofreu a perda por outras mães ficarem comparado as gestações ou especulando sobre o que aconteceu, pra mãe que perdeu é difícil ficar explicando pra outras que não são da família. É um momento em que quem passa por isso não quer ficar tocando no assunto (Entrevistada 1, 2023).

Sim. Principalmente para as mães que descobriram o aborto por não ter mais batimentos, ficar ouvindo e vendo as outras mães durante o processo, torna tudo mais doloroso (Entrevistada 2, 2023).

Sim, acho importante essa separação por que é muito triste você está passando pelo processo do aborto vendo e ouvindo outras mães com os seus bebês (Entrevistada 3, 2023).

Sim, acho que ver algo que eu nao iria poder ter aumentaria muito mais a minha dor (Entrevistada 4, 2023).

Não gostaria de ter contato com elas no momento. Pois ficaria muito mais traumatizada (Entrevistada 5, 2023).

Sim, é triste vc ficar vendo a outra se preparando para receber um bebê. E vc ali com o coração apertado. (Entrevistada 6, SIC, 2023).

Sim (Entrevistada 7, 2023).

Além dos relatos dentro da entrevista foi inserido uma escala para as entrevistadas que responderam de 0 a 5 sobre o quanto traumatizante foi todo esse processo, onde 57,1% assinalaram 5, 28,6% assinalaram 3 e 14,3% assinalaram 4. No que se refere aos aspectos psicológicos, quando uma gestação é interrompida pela perda do feto, dá se início a um processo de luto subjetivo a ser enfrentado pela mulher (FREITAS *et al.*, 2017 *apud* LUPEPSA; AZEVEDO, 2021). A última pergunta do questionário é sobre o apoio da família e dos amigos ao passar por todo processo.

Sim (Entrevistada 1, 2023).

Sim total família marido e amigos. Tirando a situação que tive que ficar sozinha no hospital todos sempre ao meu lado me apoiando (Entrevistada 2, 2023).

Sim, tive muito apoio da minha família, acredito que sem o apoio da minha família teria sido tudo mais difícil passar pelo processo desde o primeiro instante estavam ali ao meu lado me dando forças e tentando acalantar minha dor (Entrevistada 3, 2023).

Sim a minha família e meu marido não saíram de perto de mim, principalmente meu marido que deu o meu suporte que precisei do início ao fim (Entrevistada 4, 2023).

Sim, amigos e família sempre foram muito presentes, e de certa forma faz total diferença (Entrevistada 5, 2023).

Total apoio, amigos, familiares, clientes. Fui muito acolhida e bem cuidada, tive meu "luto" e o meu silêncio respeitado (Entrevistada 6, 2023).

A tristeza também é um aspecto psicológico da perda e na maioria das vezes esse sentimento é negligenciado, é pertinente destacar que os cuidados e acolhimento que a família e o cuidador passam a essa mulher é insuficiente e muitas vezes inexistente. Posterior a uma perda, a paciente possivelmente vivência sensações, impulsos e desejo como idealizações suicidas, perda da fé, abandono, medo da morte, baixa autoestima, frustração, raiva, perda da libido, desejo de término de relacionamento com parceiro, pesadelos, frieza, tonturas e tremores (DARROCH; HENSCHAW, 2001 *apud* BARBOSA, BOBATO, MARIUTTI, 2012).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se perceber que as expectativas das pacientes, relacionadas com a assistência dos profissionais da saúde, estão de maneira sucinta voltadas para a atenção, respeito, paciência, e orientação, visto que o acolhimento permitiu que elas se sentissem seguras, o que beneficia a recuperação. A perda pode ser de difícil elaboração, precisando de um cuidado singular e especial. O abortamento é agravado pela inexistência social do feto/bebê morto, apresentando sinais de um luto patológico prolongado, o que pode designar fatores estressantes em gestações futuras. Percebe-se pelos resultados acima a falta, e o quão são importantes o atendimento psicológico realizado no hospital, o psicólogo tem um papel importante na orientação destes cuidados na obstetrícia. Outros profissionais que interagem com a mulher nesse

momento, por mais acolhedor que possam ser, não conseguem suprir a necessidade da existência de profissional psicólogo.

Observou-se nessa pesquisa que o contato com mulheres grávidas e puérperas intensifica os sentimentos depressivos nas pacientes, mostrando ser necessária a privação dessas mulheres principalmente se o procedimento da curetagem for realizado em maternidades, que é o caso da maioria das entrevistadas. Outro dado relevante a ser mencionado é a dificuldade que a pesquisadora teve em relação a encontrar mulheres dispostas a participar da pesquisa, visto que ainda não se julgavam preparadas para falar sobre o assunto, afirmando a tese de que a elaboração do luto é muito subjetiva e que o aborto é um assunto cheio de estigmas que precisam ser quebrados. Dessa forma, é importante que se debata sucessivamente sobre o tema aborto, salientando a importância da atuação do psicólogo junto a outros profissionais da saúde a essas mulheres, para facilitar a elaboração do luto, nesse momento delicado.

Deste modo, este estudo vem propor novas pesquisas que possibilitem desvelar desestigmatizar o aborto, visando minimizar os traumas que essas mulheres vem sofrendo. E não diferente do que se propõe, direcionar o olhar da população e até mesmo de outros profissionais sobre a importância do psicólogo dentro dos hospitais, visto que na maioria dos hospitais não se encontram profissionais suficiente para essa demanda, inclusive é preciso que as políticas públicas para a saúde da mulher tornem-se mais incisivas tanto para ações, implementação, como para o monitoramento da assistência prestada às mulheres que vivenciam o aborto espontâneo.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, Sara Rafaely. **Impactos psicológicos resultantes do abortamento espontâneo**. Monografia, Universidade Alto Vale do Rio Peixe, UNIARP, Caçador, 2013. Disponível em: <https://acervo.uniarp.edu.br/?tcc_graduacao=os-impactos-psicologicos-resultantes-do-aborto-espontaneo>. Acesso em 25 out. 2023.

ANGERAMI-CAMON, Valdemar Augusto. **Urgências psicológicas no hospital**. Editora Thomson, São Paulo, 1998..

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção Humanizada ao Abortamento: norma técnica.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Brasília, 2005. Acesso em 15 out. 2023.

BARBOSA, Ana Silvia Sandoval de Freitas; BOBATO, Jacqueline Aparecida Cosmo; MARIUTTI, Mariana Gondim. **Representação dos profissionais da saúde pública sobre o aborto e as formas de cuidado e acolhimento.** Revista da SPAGESP, Ribeirão Preto, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702012000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 23 out. 2022.

BASTOS, Alvaro da Cunha. **Ginecologia.** Atheneu, São Paulo, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos.** Conselho Federal de Psicologia Resolução, Brasília, 2005.

FREITAS. Et. Al. **Abortamento espontâneo: vivência e significado em psicologia hospitalar..** Fortaleza, ano 2017. Disponível em:<<https://semanaacademica.org.br/artigo/abortamento-espontaneo-vivencia-e-significado-em-psicologia-hospitalar>>. Acesso em 25 mar. 2023.

LEITE, Loline Pôrto . Et. Al **Aborto espontâneo: percepções e sentimentos das mulheres.** E-Acadêmica, 2023. Disponível em:<<https://eacademica.org/eacademica/article/view/409>>. Acesso em 15 set. 2023.

LEVENO, Kenneth J.; ALEXANDER, Jamens M.; BLOOM, Steven I.; CASEY, Brian M. **Manual de obstetrícia de Williams; complicações na gestação.** Porto Alegre; 2014. Acesso em 30 ago. 2023.

LUPEPSA, Thalita Alves; AZEVEDO, Suellen Alves de. **Saúde mental da mulher frente ao aborto espontâneo: uma revisão integrativa.** 2021. Disponível em:<<https://periodicos.ufms.br/index.php/sameamb/article/view/12072>>. Acesso em 20 set. 2023.

NUNES, Pâmella Thaís de Paiva Et. Al. **A vivência de mulheres que sofreram aborto espontâneo.** 2023. Acesso em 02 mai. 2023.

OLIVEIRA JÚNIOR, Eloir Lázaro. **Pesquisa científica na graduação: um estudo das vertentes temáticas e metodológicas dos trabalhos de conclusão de curso.** Trabalho de Conclusão de Curso - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2017. Disponível em:<<https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/20939>>. Acesso em 04 set. 2023.

PRADO, Danda. **O que é aborto?** Cultura, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Ana Sofia Nóbrega. **Impacto de uma interrupção espontânea na vinculação pré-natal na gravidez seguinte.** Dissertação de Mestrado, Faculdade de Lisboa, 2009. Disponível em:<

https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2137/1/22258_ulfp034842_tm.pdf>. Acesso em 20 out. 2023.

SOUZA, Adilson Veiga e; ILKIU, Giovana Simas de Melo. **Manual de Normas Técnicas para Trabalhos Acadêmicos**. Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu, União da Vitória, 2017. Disponível em: <<https://uniao.ugv.edu.br/content/uploads/2018/02/Manual-de-Normas-Vers%C3%A3o-Revisada-04-10-2018.pdf>>. Acesso em 26 out. 2023.

ANÁLISE COMPARATIVA DA COBRANÇA DO ISSQN NOS MUNICÍPIOS DE UNIÃO DA VITÓRIA PARANÁ E PORTO UNIÃO SANTA CATARINA

Daniel Henrique Scheffer¹
Dagmar Rhinow²
Karime Michely Bastos³

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo geral, realizar a comparação entre a arrecadação total de impostos nos municípios de União da Vitória no Paraná e em Porto União, Santa Catarina, com a arrecadação apenas de ISSQN, dessa forma, contextualizando a legislação municipal de ambas as cidades. Os objetivos específicos do estudo realizado, buscam diferenciar tributo de imposto, explicar as divisões de Impostos no Brasil, focando a esfera tributária municipal e apresentar a legislação federal do ISSQN. Usando métodos bibliográficos, documentais e descritivos, o trabalho compara dados de arrecadação dos anos de 2020, 2021 e 2022, revelando diferenças significativas entre os municípios. Resultados destacam a dependência de Porto União do ISSQN em sua receita total, evidenciando seu aumento em 2021 e 2022. A influência da pandemia de COVID-19 nas receitas totais é observada, com União da Vitória apresentando maior arrecadação. O estudo contribui para a compreensão das práticas fiscais municipais, enfatizando a complexidade do ISSQN e a necessidade de considerar fatores externos em análises tributárias.

Palavras-Chave: Arrecadação. Tributos. Prestação de Serviços.

ABSTRACT: The main objective of this study is to compare the total tax collection in the municipalities of União da Vitória in Paraná and Porto União in Santa Catarina, considering only the ISSQN, thus contextualizing the municipal legislation of both cities. The specific objectives of the study aim to differentiate between levy and tax, explain the divisions of taxes in Brazil, with a focus on the Municipal Tax Sphere, and present the federal legislation on ISSQN. Using bibliographic, documentary, and descriptive methods, the study compares tax collection data for the years 2020, 2021, and 2022, revealing significant differences between the municipalities. Results highlight Porto União's dependence on ISSQN in its total revenue, showing an increase in 2021 and 2022. The influence of the COVID-19 pandemic on total revenues is observed, with União da Vitória showing higher collection. The study contributes to understanding municipal fiscal practices, emphasizing the complexity of ISSQN, and the need to consider external factors in tax analyses.

Keywords: Collection. Taxes. Provision of Services.

¹ Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Grande Vale (UGV); União da Vitória, Paraná, Brasil. E-mail: con-danielscheffer@ugv.edu.br

² Professora do curso de Ciências Contábeis na UGV Centro Universitário. Graduada em História e Ciências Econômicas. Especialista em Gestão Fazendária. Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: prof_dagmar@ugv.edu.br.

³ Bacharel em Ciências Contábeis, Universidade do Contestado-UNC Canoinhas; Especialista em Controladoria e Planejamento Tributário, Universidade do Contestado- UNC Mafra e MBA em Gestão Estratégica Corporativa, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial- Senac com parceria com Ashland University dos EUA (simpósios internacionais), Professora Universitária, Ugv - Centro Universitário. União da Vitória. PR. Brasil. prof_karimebastos@ugv.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O sistema tributário nacional desempenha um papel crucial na economia do Estado, promovendo a arrecadação de recursos necessários para o provimento de serviços públicos essenciais para a sociedade, nesse contexto, o tributo aparece como fator fundamental na arrecadação.

Conforme dados divulgados pelo IBGE em seu último censo demográfico realizado em 2022, a arrecadação de tributos atingiu 33,71% do PIB em 2022, indicando uma significativa participação dos tributos na economia brasileira. Esse índice vem crescendo com o passar dos anos, visto que em 2021 essa marca era de 33,05% do PIB, um crescimento de 0,65 ponto percentual.

Neste contexto abrangente, o presente trabalho tem como objetivo a análise de arrecadação tributária em âmbito municipal, valorizando a cobrança do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, ou simplesmente ISSQN, como é popularmente conhecido, relacionando este imposto à arrecadação total de tributos nos municípios de União da Vitória no Paraná e de Porto União em Santa Catarina. A pesquisa realizada teve um aprofundamento com relação às esferas tributárias, destacando os impostos de competência Federal, Estadual e Municipal, dando maior ênfase à tributação municipal com base no ISSQN.

Visando o foco da pesquisa, ser estritamente relacionada ao imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN), trazer a definição do que é imposto, suas características, como é cobrado e suas diferenciações em esferas municipais, estaduais e federais, se faz de suma importância para o entendimento e segmento do estudo aqui realizado. O principal objetivo será explicar a legislação do ISSQN nos municípios e comparar as características e resultados da arrecadação do imposto entre os municípios citados, tendo em vista a arrecadação total de impostos nos dois municípios, durante os anos de 2020, 2021 e 2022. Para isso, foram utilizados relatórios de valores arrecadados e contabilizados pelas prefeituras, referentes ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza e valores retirados do site “Impostômetro” disponibilizado na íntegra pela Associação Comercial da Cidade de São Paulo, valores os quais, demonstram a arrecadação total de impostos, por parte dos municípios participantes da pesquisa e também a arrecadação de ISSQ no Brasil,

bem como a arrecadação total de impostos no país. Além disso, será descrita a legislação do ISSQN nos municípios.

Para embasar o estudo, foram utilizadas referências e trechos da Constituição Federal do Brasil (1988), o Código Tributário Nacional, CTN, que corresponde a Lei nº 5172/1966, além das leis municipais que correspondem aos códigos tributários dos municípios em que a pesquisa foi realizada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 TRIBUTO

Com base no artigo 3º do Código Tributário Nacional (CTN), tributo se define como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” (Lei nº 5172 de 25 de Outubro de 1966, art. 3º).

Entende-se tributo como uma quantia de dinheiro que as pessoas são obrigadas a pagar por lei, não relacionada a punições por comportamento ilegal, e a arrecadação é realizada de acordo com regras estritamente definidas pelo governo federal.

Adam Smith, considerado pai da economia moderna, em sua obra “A riqueza das nações, volume II” (1996), discute princípios econômicos e teorias sobre tributação, neste sentido, ele define, tributo como renda que um governo obtém para si a fim de prover os serviços públicos necessários à sociedade. Essa definição ressalta a importância da arrecadação de tributos como uma fonte de receita para o governo, permitindo-o oferecer os serviços públicos essenciais à sociedade, como educação, saúde, segurança e infraestrutura. Adam Smith enfatiza a conexão entre tributos e a provisão de bens públicos.

“Tributos são cobranças obrigatórias (ou seja, não dá para escolher pagar ou não) que devem ser pagas em dinheiro (não pode ser com /outros bens materiais) a partir de uma ação específica, como ter um carro, vender produtos ou serviços, comprar um imóvel. Basicamente, tributos podem ser impostos, taxas e contribuições de melhoria ou especiais. É por isso que podemos falar que impostos são tributos, mas não que tributos são impostos. Afinal, nem todo tributo é um imposto.” (LEITE, 2019).

Neste sentido, tributo pode ser entendido como uma cobrança obrigatória por parte do estado, conforme ações e atividades específicas, o qual reverterá a arrecadação para serviços essenciais à população. Também se entende, que tributo, pode ser a junção de impostos, taxas e contribuições, bem como é exposto no artigo 5º do Código Tributário Nacional (CTN), tendo a seguinte afirmação: “Os tributos são impostos, taxas e contribuições de melhoria”.

2.2 IMPOSTO

Para que seja dada a devida definição do que é de fato, imposto, é preciso citar em primeiro momento, o que se entende por fato gerador, que é definido pelo CTN - Código Tributário Nacional, na Lei nº 5172 de 25 de outubro de 1966, em dois artigos:

Art. 114º: “Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.”

Art. 115º: “Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.”

Em resumo, o fato gerador da obrigação principal está relacionado ao evento que desencadeia o pagamento de tributos, enquanto o fato gerador da obrigação acessória diz respeito a situações que envolvem o cumprimento de obrigações secundárias, como prestar informações ou cumprir procedimentos administrativos.

Neste contexto abrangente, o artigo 16 do CTN define imposto como o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte, ou seja, imposto é um tipo de tributo em que a obrigação de pagamento é acionada por um fato gerador que não está diretamente relacionado a uma ação específica do governo em relação ao contribuinte. O fato gerador do imposto ocorre independentemente de qualquer atividade estatal específica e está vinculado à situação do contribuinte, como sua renda, propriedade, consumo, ou outros elementos semelhantes. Em resumo, os impostos são tributos cujo pagamento é desencadeado por eventos independentes de ações diretas do governo em relação ao contribuinte.

2.3 ESFERAS TRIBUTÁRIAS

Os impostos no Brasil, podem ser separados em 3 esferas tributárias, conforme descrito na constituição federal de 1988, o artigo 145º cita:

“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: I - impostos; II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição; III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.”
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Art. 145º, 1988)

Tendo essa divisão e autonomia concedida aos estados e municípios, nos deparamos com os impostos de segmento federal, estadual e municipal. De acordo com o site Impostômetro da junta comercial de São Paulo, a junção dessas três esferas tributárias arrecadaram um montante de R\$: 2.890.489.835.290,33 (Dois trilhões oitocentos e noventa bilhões quatrocentos e oitenta e nove milhões oitocentos e trinta e cinco mil duzentos e noventa reais e trinta e três centavos) no período de 1 de Janeiro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022.

2.3.1 Impostos Federais

Imposto federal é um tributo de responsabilidade do Governo Federal, cobrado sobre diversos tipos de renda, atividades econômicas, produtos ou propriedades, com o objetivo de financiar as despesas e programas do governo em nível nacional. Esses impostos são criados e regulamentados por leis específicas e devem ser pagos pelos contribuintes de acordo com as regras estabelecidas. Ele está exclusivamente estabelecido na constituição federal de 1988, Art. 153º, o qual compete à União instituir impostos sobre os seguintes fatores:

“I - importação de produtos estrangeiros; II - exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados; III - renda e proventos de qualquer natureza; IV - produtos industrializados; V - operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; VI - propriedade territorial rural; VII - grandes fortunas, nos termos de lei complementar.”
(CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Art. 153º, 1988).

Tendo em vista os fatores citados, podemos descrever os principais impostos

de âmbito nacional são o IPI (Imposto sobre produtos industrializados); IR (Imposto de renda e proventos de qualquer natureza) podendo ser aplicado tanto para pessoas físicas, quanto para pessoas jurídicas; CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido); II e IE (Imposto sobre Importação e Exportação); IOF (Imposto sobre Operações Financeiras); Cofins (Contribuição para o financiamento da Seguridade Social); ITR (Imposto sobre Propriedade Territorial Rural) e PIS (Contribuição para o Programa de integração Social).

2.3.2 Impostos Estaduais

Imposto estadual é um tributo de competência dos estados brasileiros, que incide sobre operações relativas à circulação de mercadorias, prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, e comunicação. A arrecadação desses impostos é utilizada para financiar as despesas governamentais em nível estadual, como investimentos em infraestrutura, educação e saúde. Cada estado tem sua própria legislação que regula a aplicação desses impostos e define alíquotas específicas. Ele tem base legal na constituição federal de 1988, sofrendo algumas modificações em 1993 por conta da Emenda Constitucional nº3, o artigo 155º permite os Estados de instituírem impostos sobre:

- I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;
- II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- III - propriedade de veículos automotores.

Se destacam em âmbito estadual os impostos denominados: ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços); ITCMD (Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos); ITBI (Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis de Bens Imóveis e Direitos); IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores). Vale destacar, o fato de que cada estado possui uma legislação própria para seus impostos o que muitas vezes acarreta divergências com outros estados da federação por conta de discordâncias, como é o caso do ICMS, visto que é um imposto incidente a alguns produtos específicos, que estão sujeitos a circulação em vários estados até o seu destino final. Por conta disso foi criada a Substituição Tributária, ela é apresentada na Constituição Federal, no artigo 150º § 7º:

“A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Art. 150º § 7, 1988, INCLUÍDO PELA EMENDA CONSTITUCIONAL nº 3 DE 1993).

2.3.3 Impostos Municipais

Impostos municipais são tributos de responsabilidade dos municípios brasileiros, que se aplicam sobre bens, serviços e atividades realizadas dentro dos limites territoriais de uma cidade. Eles são regulamentados por leis municipais específicas, que determinam as alíquotas, as regras de cálculo e as obrigações dos contribuintes. A arrecadação desses impostos é usada para financiar as despesas e investimentos municipais, como infraestrutura, serviços públicos e outras necessidades locais.

O Artigo 156º da constituição federal (1988), atribui aos municípios a competência para instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana e serviços de qualquer natureza. Além disso, as leis municipais específicas regulamentam a aplicação de cada imposto municipal e estabelecem suas alíquotas, regras para cálculo e obrigações dos contribuintes. Cada município pode ter suas próprias leis tributárias, adaptadas às suas necessidades e circunstâncias locais.

Se destacam na esfera municipal os impostos denominados como: IPTU (Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana; ITBI (Imposto sobre Transmissão de Causa Mortis de Bens Imóveis e Direitos) e o ISSQN ou simplesmente ISS (Imposto sobre serviço de qualquer natureza). Além desses impostos, os municípios recebem mais arrecadações através de outros tributos, como as taxas.

2.4 IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA (ISSQN)

Promulgado na Emenda Constitucional nº18 de 1965, o Imposto sobre Serviço era criado, com o intuito de substituir o antigo imposto municipal de Indústrias e Profissões, o qual foi instituído pela constituição federal de 1946, artigo nº29 e trazer maior autonomia fiscal para os municípios da federação. Este imposto apenas abrangia as atividades de prestação de serviços em sua abrangência, visto que

também tributava estabelecimentos comerciais e industriais. Com a reforma tributária, vinda através da Emenda Constitucional nº 18 de 1965 ocorreu a dissolução do tributo e a criação do ISS e de uma espécie de ICMS municipal que foirevogado antes mesmo de entrar em vigor, conforme relato de COSTA (2012; p. 30). Neste viés o Imposto sobre serviço era criado e apresentado no artigo nº15 da Emenda Constitucional:

“Art. 15. Compete aos Municípios o imposto sobre serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária da União e dos Estados.” (EMENDA CONSTITUCIONAL Nº18, Art. 15º, 1965).

Atualmente o Imposto sobre Serviços segue as premissas da lei complementar 116/2003.

Com o passar dos anos, foram inclusos mais itens à lista de serviços que devem ser tributados através do ISS, visto que em sua criação constavam 29 itens, e sua última atualização foi através da Lei Complementar nº100 em 199, passando para 101 itens, conforme descrito por Faria de Oliveira; Rosa (2015).

Tendo em vista a lei nº116/2003, que rege o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), pode-se definir o ISSQN como um tributo de competência municipal no Brasil, que incide sobre a prestação de serviços, que apesar de possuir suas premissas na legislação federal, ele pode ser ajustado conforme regulamentos e a legislação de cada município. O ISSQN é aplicado às atividades de serviços oferecidas por empresas e profissionais autônomos e é uma importante fonte de financiamento para os municípios, permitindo a arrecadação de recursos para custear serviços públicos locais, como educação, saúde, infraestrutura, segurança e outros. Cada município tem autonomia para determinar as alíquotas e as regras específicas para a cobrança do ISSQN em sua jurisdição.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo realizado utilizou os métodos de pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e descritiva, tendo como base, dados seguros fornecidos pelas prefeituras dos municípios de União da Vitória, no Paraná, e de Porto União em Santa Catarina.

O intuito da pesquisa será comparar as arrecadações de ISSQN e a

arrecadação total de impostos por parte dos municípios de Porto União, Santa Catarina e União da Vitória, Paraná. Para isso, foram utilizados relatórios de valores arrecadados pelas prefeituras, com a intenção de elaborar tabelas com os dados captados, a fim de serem utilizadas como ferramenta para análise de dados.

União da Vitória é um município localizado no extremo sul do estado do Paraná, com população estimada em 55.033 habitantes, conforme o censo do IBGE realizado em 2022. A cidade possui uma área total de 719,998km² e um Produto Interno Bruto, ou simplesmente PIB, de 1,535 bilhões segundo dados do IBGE. Seu PIB per capita é de 27.890,16.

É conhecida pela proximidade da divisa entre os estados do Paraná e de Santa Catarina, visto que o marco dessa divisa é apenas um trilho de trem, basta atravessar para estar em outro estado e também em outra cidade. Cidade essa que em virtude de sua localização, recebe o título de cidade irmã e faz com que ambas sejam conhecidas como “Gêmeas do Iguaçu”, que recebem esse nome por conta do Rio Iguaçu, que passa em torno das cidades.

O município vizinho, tem o nome de Porto União e fica localizado no extremo Norte Catarinense, ou mais precisamente, planalto norte catarinense. Possui uma população de aproximadamente 32.970 habitantes e um PIB de 917,53 milhões e um PIB per capita de 25.711,99. A área total da cidade é de 848,779km².

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o andamento da pesquisa, é necessário ter em vista o funcionamento do ISSQN, visto que é um tributo que incide sobre a prestação de serviços e pode ser aplicado de maneira distinta conforme o município em que tenha sido executado a prestação do serviço. Como consta na Emenda Constitucional nº 37/2002 a alíquota mínima do ISS, será de 2% e a máxima de 5% conforme o artigo 8º da Lei Complementar nº116 de 2003, porém como já citado, este tributo poderá sofrer alterações conforme o município, portanto a alíquota sofrerá mudanças conforme o local. Conforme as leis municipais de cada município podemos citar que, a alíquota dependerá do tipo de serviço executado.

No município de União da Vitória, a Lei Ordinária nº3173/2003 é a

regulamentadora do ISSQN, neste sentido, o artigo 129º discorre sobre as alíquotas que estão em anexo à Tabela I. As alíquotas variam de acordo com o serviço prestado, sendo elas: 2%; 2,5%; 3% e 5%.

Já no município de Porto União, seguindo as conformidades da Lei Complementar nº19/2003, constantes da Lei Complementar nº 005, de 22 de dezembro de 1999 que institui o Código Tributário no município, o artigo nº 58 cita as alíquotas em uma tabela presente em anexo ao final da Lei. As alíquotas variam entre 2,5%; 3% e 5%.

4.2 RETENÇÕES

“O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local” (Lei nº 116 de 31 de Julho de 2003, art. 3º)

O local de incidência do ISS, na maioria dos casos, será o próprio município em que a empresa esteja registrada na base de dados da Receita Federal. Caso a prestação de serviço tenha sido realizada em outra cidade, o prestador do serviço, deverá reter o valor de ISS para o município onde ocorreu o fato gerador, ou seja, ele receberá pelo serviço prestado, o valor com o desconto do imposto municipal. Porém o tomador do serviço tem a obrigação de realizar o recolhimento, através de uma guia única, emitida pela prefeitura do município onde aconteceu a atividade laboral.

4.3 COMPARAÇÃO

Como já citado, foram utilizados valores de arrecadação de ISSQN, fornecidos pelas prefeituras dos municípios em que a pesquisa foi realizada. Conforme a tabela abaixo a arrecadação de ISSQN nos municípios, durante os anos de 2020, 2021 e 2022 foi a seguinte:

Tabela I - Arrecadação De ISSQN

UNIÃO DA VITÓRIA - PR		PORTO UNIÃO - SC	
ANO	VALOR	ANO	VALOR
2020	R\$ 9.880.805,72	2020	R\$ 2.875.375,20
2021	R\$ 11.723.018,76	2021	R\$ 5.569.448,21
2022	R\$ 15.371.473,10	2022	R\$ 6.440.412,57

Fonte: Os autores, 2023

Tendo em vista esses valores, é necessário expor a arrecadação total de impostos por parte dos municípios para que sejam comparadas as receitas totais com as parciais. Os dados foram retirados do site Impostômetro, que faz a captação dos valores, provenientes dos municípios.

Tabela II - Arrecadação Total De Tributos

UNIÃO DA VITÓRIA - PR		PORTO UNIÃO - SC	
ANO	VALOR	ANO	VALOR
2020	R\$ 76.164.142,84	2020	R\$ 24.576.673,70
2021	R\$ 48.447.548,89	2021	R\$ 17.422.343,98
2022	R\$ 54.014.141,48	2022	R\$ 19.424.160,23

Fonte: Os autores, 2023

Expostos os dados, a análise comparativa irá partir da seguinte premissa: Quanto a arrecadação de ISSQN, representa na arrecadação total de tributos nos dois municípios ? Para realizar o comparativo, foi gerada uma tabela com valores em porcentagem, demonstrando a participação do ISSQN na arrecadação total de tributos nos dois municípios durante os anos de 2020, 2021 e 2022.

Tabela III - ISSQN X Arrecadação De Tributos No Município

UNIÃO DA VITÓRIA - PR		PORTO UNIÃO - SC	
ANO	VALOR	ANO	VALOR
2020	12,97%	2020	11,70%
2021	24,20%	2021	31,97%
2022	28,46%	2022	33,16%

Fonte: Os autores, 2023

Feitas as análises e expostos os valores, pode se afirmar que o município de

Porto União possui uma dependência maior do que seu município vizinho, no que se diz respeito a arrecadação do ISSQN, visto que nos anos de 2021 e 2022, a cobrança do tributo correspondeu mais para a arrecadação total. Destaque para o aumento expressivo durante os anos de 2020 e 2021, o qual demonstrou um aumento de 20,27%, enquanto em União da Vitória o aumento foi de apenas 11,23%.

Mais um ponto a ser destacado é sobre os valores totais arrecadados. Observando a planilha de arrecadação total dos municípios, nota-se que houve uma queda em ambos os municípios nos dois primeiros anos e uma leve recuperação no terceiro e último ano analisado. Esse fato se deve, muito por conta da pandemia de COVID-19, que alcançou seu auge durante este período. Porém, a apuração dos resultados do ISSQN nos mostram o oposto, visto que houve crescimento na arrecadação em todos os anos analisados. Vale ressaltar que a queda na arrecadação foi maior em União da Vitória do que em Porto União.

Outra análise realizada foi a de qual cidade teve a maior arrecadação tendo em vista o montante arrecadado apenas com ISSQN e também a arrecadação total de tributos no município. Neste sentido foi constatado que União da Vitória possui uma arrecadação maior em ambos os aspectos analisados, com relação ao município vizinho, que por sua vez arrecada menos que o dobro em impostos. Um fato curioso é de que se somarmos a arrecadação de ISSQN nos municípios durante os três anos, chegaríamos à conclusão que, o montante arrecadado em Porto União, durante os 3 anos corresponde a apenas 73,28% da arrecadação do mesmo tributo em União da Vitória e quando se trata da arrecadação total dos impostos, a quantia arrecadada pelo município catarinense, iria corresponder a apenas 34,39% do que União da Vitória arrecadou.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber a complexidade e a importância do ISSQN como fonte de receita para os municípios, permitindo o financiamento de serviços públicos essenciais. A autonomia concedida aos municípios na definição de alíquotas e regras específicas deixa ainda mais nítida a importância do mesmo para com o progresso econômico dos municípios.

A comparação entre União da Vitória e Porto União revelou aspectos

interessantes. Porto União demonstrou uma dependência maior do ISSQN em relação à sua arrecadação total de tributos, especialmente nos anos de 2021 e 2022, indicando uma maior relevância e dependência desse tributo para suas finanças.

A análise das arrecadações ao longo dos anos também apontou para a influência significativa da pandemia de COVID-19 nos resultados financeiros, refletindo em quedas e recuperações nas arrecadações totais. Esses dados ressaltam a importância de considerar fatores externos e eventos imprevisíveis ao analisar a dinâmica tributária municipal.

Em termos de valores, União da Vitória demonstrou uma arrecadação mais expressiva tanto em ISSQN quanto na arrecadação total de tributos, indicando uma economia mais robusta com melhor capacidade de arrecadação em comparação com seu município vizinho. Outro fator importante é a quantidade de habitantes na cidade, bem como o PIB.

Por fim, pode-se afirmar que os objetivos e expectativas do estudo foram atingidos. O estudo do ISSQN nos municípios de União da Vitória e Porto União contribui para a compreensão das dinâmicas tributárias locais, possibilitando reflexões sobre a eficácia das políticas adotadas e abrindo espaço para futuras análises e pesquisas no campo da gestão pública e tributação municipal.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação.2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

BRASIL. Código Tributário Nacional. **Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966**. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº18 de 1 de Dezembro de 1965**. Brasília, DF: Câmara dos deputados e Senado Federal, 1965.

BRASIL. **Lei nº 116, de 31 de julho de 2003**. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Brasília, DF, 1º de agosto de 2003.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA; **Lei Ordinária nº 3176/2003**

de 29/12/2003 Lei Complementar nº 019; 2003 – Prefeitura de Porto União, Santa Catarina Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISS ou ISSQN; Portal Tributário;
Disponível em: <<https://www.portaltributario.com.br/tributos/iss.html>> Acesso em: 7 de Novembro de 2023.

COSTA, Alcides Jorge; “**Algumas notas sobre o Imposto sobre Serviços**”; 2012; Revista do Advogado da AASP, nº18.

IMPOSTÔMETRO; Disponível em: <<https://impostometro.com.br/>> Acesso em: 6 de Novembro de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; **Cidades e Estados do Brasil; 2023**; Disponível em : <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/uniao-da-vitoria/panorama>> Acesso em 09 de Novembro de 2023.

LEITE, Vitor. **O que é tributo? É a mesma coisa que imposto e taxa ?** 2019; Disponível em: <<https://blog.nubank.com.br/o-que-e-tributo/>> acesso em 22 de Outubro de 2023.

OLIVEIRA, Rodrigo Rios Faria de; ROSA, Érica Cristina. **ISSQN – Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza**. 2016. Revista Científica e-locação, edição nº10.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**, Volume II. Editora Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.

TESOURO NACIONAL. "**Carga tributária bruta do governo geral atinge 33,71% do PIB em 2022**". Disponível em: <<https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/noticias/carga-tributaria-bruta-do-governo-geral-atinge-33-71-do-pib-em-2022>> Acesso em 09 de Novembro de 2023.

ANÁLISE COMPARATIVA DE UMA AFERIÇÃO DE OBRA ENTRE OS REGIMES TRIBUTÁRIOS: LUCRO REAL, LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL

Bianca Carolina Kraemer¹
Uriel Mitzko²
Dagmar Rhinow³

RESUMO: No Brasil toda obra de construção civil precisa passar pelo processo de aferição para ser regularizada junto a Receita Federal e possibilitar a emissão da certidão negativa de débitos para possível averbação da obra. O presente trabalho tem como principal objetivo identificar os principais processos para a realização de uma aferição de um galpão cidade de União da Vitória - PR considerando os regimes tributários, Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional. O método utilizado foi o quali-quantitativa, trata-se também de uma pesquisa aplicada, e em relação aos seus objetivos considera-se uma pesquisa exploratória descritiva-explicativa. Na pesquisa realizada foi possível verificar que em relação a edificação analisada o regime de tributação Simples Nacional é o mais vantajoso, já que o total a recolher foi significativamente menor.

Palavras-Chave: Contabilidade. Construção Civil. Aferição de Obras. SERO.

ABSTRACT: In Brazil, all civil construction work must go through the verification process to be regularized with the Federal Revenue Service and enable the issuance of a debt clearance certificate for possible endorsement of the work. The main objective of this work is to identify the main processes for carrying out a measurement of a warehouse in the city of União da Vitória - PR considering the tax regimes, Real Profit, Presumed Profit and Simples Nacional. The method used was qualitative-quantitative, it is also applied research, and in relation to its objectives it is considered exploratory descriptive-explanatory research. In the research carried out, it was possible to verify that in relation to the building analyzed, the Simples Nacional taxation regime is the most advantageous, as the total to be collected was significantly lower.

Keywords: Accounting. Construction. Measurement of Construction. SERO.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com Degani (2022) o Brasil, como os demais países em desenvolvimento, tem uma grande carência de infraestrutura e moradia. Apesar dos

¹ Bacharel em Engenharia Civil pelo Centro Universitário Vale do Iguaçu (2020), Pós-graduanda em Estruturas de Concreto e Fundações pelo Centro Universitário UGV, Graduanda do Oitavo Período de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV con-biancakraemer@ugv.edu.br

² Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV, Especialista em Auditoria, Contabilidade e Perícia pela Universidade Cesumar - UNICESUMAR e Docência no Ensino Superior pela Universidade Cesumar — UNICESUMAR. Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV prof_urielmitzko@ugv.edu.br

³ Professora do curso de Ciências Contábeis na UGV Centro Universitário. Graduada em História e Ciências Econômicas. Especialista em Gestão Fazendária. Mestrado em Desenvolvimento Regional. E-mail: prof_dagmar@ugv.edu.br.

altos e baixos da economia, o impacto da construção civil tanto no PIB quanto na geração de empregos é muito grande.

Toda obra de construção civil precisa passar pelo processo de aferição para ser regularizada junto a Receita Federal, o que permite a emissão da certidão negativa de débitos para averbação da obra na respectiva matrícula do imóvel (RECEITA FEDERAL, 2021).

De acordo com a Receita Federal (2021), aferição significa “avaliação”, ou seja, é o procedimento para calcular as contribuições sociais devida em razão, principalmente, do uso de mão de obra na atividade de construção. Todos os procedimentos de aferição devem ser realizados pelo Sistema Eletrônico para aferição de Obras (SERO).

“As empresas de construção civil têm a obrigação de regularizar suas obras no Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, com objetivo de recolher as contribuições previdenciárias incidentes vinculadas ao CNO”. (RONCATO, 2021, p. 2)

Este estudo teve a questão de pesquisa, quais são e como são realizados os processos para aferição de uma obra de construção civil na cidade de União da Vitória – PR considerando os regimes de tributação Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

Este estudo se justifica, pois, a pesquisadora é graduada em Engenharia Civil e graduanda no curso de Ciências Contábeis, trabalha em uma empresa de prestação de serviços de engenharia com a tarefa de elaboração de projetos da construção civil, pedidos de alvará e habite-se de clientes. Com a elaboração deste trabalho será desenvolvido um projeto de um barracão em pré-moldado hipotético na Cidade de União da Vitória, a aluna adquirirá conhecimento sobre o tema para atender os clientes com excelência. Além disso, fornecer a sociedade o conhecimento dos itens necessários para regularização de um imóvel perante ao órgão municipal, a Prefeitura e também ao Federal, a Receita Federal.

Tendo como objetivo geral identificar os processos para realizar uma aferição nos três regimes tributários considerando como são as burocracias e legislações municipais e federais, até a finalização da aferição para possível averbação do imóvel.

Para esse fim, os objetivos específicos deste estudo consistem em: descrever o processo de aferição de obras; exemplificar os processos necessários; identificar os

principais conceitos e métodos da aferição de obras; elaborar um processo de aferição de obras.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO CIVIL

O ramo da construção civil possui atividade complexa, na qual exige conhecimento específico dos profissionais da contabilidade, para fazer sua contabilização, pois esta possui particularidades que a diferenciam das outras atividades econômicas. Deve-se tratar com cautela no momento de registrar vendas, estoques, custos e reconhecimento de lucro bruto, já que o início e o fim das obras acontecem na maioria das vezes em períodos contábeis diferentes (SPECK, 2011,).

Se uma empresa da construção civil não utilizar a contabilidade de forma adequada para reconhecer seus lucros obtidos, este pode criar expectativas de lucros periódicos para o futuro que podem não ocorrer, além de estar considerando um lucro que poderá não se realizar (BONIZIO, 2001).

2.1.1 Tributação da Construção Civil

Como nos assegura o portal Segura Contabilidade (2023) podemos dizer que existem três sistemas de tributação: O lucro real, presumido e o simples nacional.

2.1.1.1 Lucro Real

De acordo com Gularte (2022) “é um regime tributário no qual o cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de uma empresa é feito com base no lucro efetivo que esse negócio teve dentro do período de apuração, após ser ajustado por adições e/ou exclusões de despesas”.

Torres (2023) nos cita em relação as alíquotas no regime do Lucro Real sendo elas IRPJ onde a alíquota é de 15% para lucro de até R\$ 20 mil mensal, e 10% do que for superior, CSLL taxado em 9% a qualquer lucro apurado durante o período, PIS 1,65%, Cofins que chega a 7,6% sobre as receitas.

2.1.1.2 Lucro Presumido

Possui uma forma mais simplificada de apuração do cálculo dos tributos com imposto de renda e da contribuição social, restrita aos contribuintes que não estão obrigados ao regime de apuração com base no lucro real (OLIVEIRA, 2011).

O lucro presumido também visa o cálculo de quanto uma empresa deve pagar de IRPJ, CSLL mas de uma forma mais simples que no Lucro Real. Dentro do Lucro Presumido existe o que chamamos de percentual de presunção, o qual trata-se por lucro apenas um percentual do faturamento da empresa. Este percentual varia de acordo com a atividade geradora de receita sendo ela de 1,6% até 32% (GULARTE, 2022).

O portal do Serasa (2023) cita “PIS, COFINS, ISS e ICMS são recolhidos mensalmente e incidem sobre o faturamento da empresa no período. As alíquotas referentes a cada tributos é PIS 0,65%, Cofins 3% e o ISS e ICMS podem variar entre 2% a 5% conforme o município e tipo de serviço.”

2.1.1.3 Simples Nacional

O Simples Nacional é a modalidade especial de arrecadar os tributos e contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte. O método é correspondente a um regime de tributação diferenciado para esse tipo de empresa, são os oito tributos federais com o pagamento por via unificada e uma única alíquota (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

De acordo com o portal da Receita Federal o Simples Nacional “abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social.”

Com relação a contribuição para terceiros (outras entidades e fundos), a opção pelo Simples Nacional dispensa as empresas do pagamento das contribuições para outras entidades e fundos (terceiros), conforme determinado pelo art. 13, parágrafo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006.

O cálculo do Simples Nacional tem como o quanto a empresa faturou nos últimos 12 meses. O valor de cada contribuição varia de acordo com o faturamento,

dessa maneira aumentando proporcionalmente. As alíquotas são distribuídas em 5 tabelas, sendo distribuídas em tabela 1 para comércio, 2 para indústria e 3,4 e 5 para prestadores de serviço (GULARTE, 2023)

Tabela 1 – Tabela Comparativa Regimes Tributários

	Simples Nacional	Lucro Pres.	Lucro Real
Faturamento Permitido	até 4,8 milhões	até 78 milhões	não há
IRPJ	alíquota única, conforme anexo correspondente	15% sobre a parcela de presunção de lucro + 10% do que superar R\$ 60 mil da presunção do trimestre	15% até 240 mil da receita bruta anual + 10% para valores acima
CSLL	alíquota única, conforme anexo correspondente	9% sobre a parcela de presunção do lucro do trimestre	9%
PIS	alíquota única, conforme anexo correspondente	0,65%	1,65%
Cofins	alíquota única, conforme anexo correspondente	3%	7,60%
ISS	alíquota única, conforme anexo correspondente	Entre 2% a 5% de acordo com a determinação do município	Entre 2% a 5% de acordo com a determinação do município
ICMS	alíquota única, conforme anexo correspondente	Alíquota conforme legislação do Estado	Alíquota conforme legislação do Estado

Fonte: Adaptada pelo autor com base em Gularte, 2023

2.2 REGULARIZAÇÃO DE OBRAS

Para iniciar a regularização de obras, primeiramente é necessário ter em mãos o alvará de construção, o habite-se da obra e os comprovantes de pagamento das contribuições realizados ao longo da construção. E a mesma deve estar registrada no Cadastro Nacional de Obras - CNO (RECEITA, 2021).

2.2.1 SERO – Serviço Eletrônico para aferição de Obras

A Instrução Normativa da RFB nº 2021, de 16 de abril de 2021 cita “Fica instituído o Serviço Eletrônico para Aferição de Obras (SERO), por meio do qual serão fornecidas as informações necessárias à aferição de obra de construção civil, inclusive sobre a remuneração da mão de obra utilizada em sua execução, notas fiscais, faturas e recibos de prestação de serviços”.

De acordo com o Manual do Sero (2022, p. 9) “O Sero constitui uma solução eletrônica que simplifica uma das etapas necessárias à obtenção da prova de regularidade da obra, o objetivo final pretendido pelo contribuinte”.

Manual do Sero (2022, p.9) cita ainda:

A integração do Sero a outros sistemas, tais como: o Cadastro Nacional de Obras (CNO), o sistema de Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), o sistema de emissão de certidões e o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial), dentre outros, possibilita o preenchimento automatizado de várias informações sobre a obra e a emissão da DCTFWeb Aferição de Obras, que constitui instrumento de confissão da dívida fiscal apurada na aferição. Além disso, o Sero fornece informações para a emissão pela internet da certidão relativa à aferição da obra de construção civil.

De acordo com o Ato Declaratório Executivo Corat nº 6, de 28 de abril de 2021, “Ficam incluídos no Centro Virtual de Atendimento da Secretaria Especial da RFB (e-CAC), o Serviço Eletrônico para aferição de Obras (SERO)”.

2.2.2 Cadastro Nacional de Obras – CNO

De acordo com a Instrução Normativa da RFB nº 2061, de 20 de dezembro de 2021, “considera-se CNO o banco de dados que contém informações cadastrais das obras de construção civil e dos seus responsáveis. A inscrição no CNO deve ser realizada no prazo de até 30 dias contados do início da obra (art. 18º, IN 2061/2021).

Roncato (2021, p. 05) observa ainda que:

O CNO é de responsabilidade do dono da obra ou incorporador de construção civil, sendo ele pessoa jurídica ou física, a construtora quando contratada por empreitada total e quando empreitada parcial o cadastro será de responsabilidade do contratante.

O Cadastro Nacional de Obras- CNO é indispensável para aferir obras através do sistema SERO. (Manual do Sero, 2022, p. 15).

2.2.3 Alvará de Construção

O alvará de construção é um documento solicitado por um profissional da área da construção civil seja ele engenheiro ou arquiteto, este documento é expedido pelas prefeituras certificando que uma obra está dentro das normas e da legislação vigente do município (ALCANCE ENGENHARIA, 2021).

2.2.4 Habite-se

habite-se é o documento expedido pela prefeitura que autoriza o início da utilização efetiva da construção acabada para fins de moradia. Este documento comprova que a construção seguiu o projeto e as normas para construir definidas na legislação municipal. (SOUZA, 2021).

2.2.5 Fluxo de Informações Alvará e Habite-se

Ao obter um alvará ou habite-se de uma obra junto a prefeitura, a mesma envia informações a Receita Federal do Brasil por meio do sistema SisobraPref. Dessa forma é possível obter-se à inscrição da obra no CNO e a aferição da obra no Sero. (Manual do Sero, 2022, p. 16).

2.2.6 Enquadramento da Obra com base na Destinação do Imóvel

Segundo o Manual do Sero, (2022 p. 20) “A destinação do imóvel a ser informada na inscrição da obra relativa à edificação no CNO corresponde ao enquadramento da obra de edificação de acordo com as características do respectivo projeto ou com a finalidade do imóvel.

2.2.7 Enquadramento da Obra com base no Tipo da Obra

“A classificação é feita em função do material empregado na estrutura predial e nas paredes externas da edificação: alvenaria, madeira e mista.” (Manual do Sero, 2022, p. 25)

O Manual do Sero (2022, p.25) cita que a obra será do tipo mista se:

As paredes externas ou a estrutura da edificação forem de madeira, de metal ou de material pré-fabricado ou pré-moldado; ou a edificação for do tipo rustico, sem fechamento lateral ou lateralmente fechada apenas por tela e mureta de alvenaria.

“Para classificar uma obra como sendo do tipo Madeira ou Mista o contribuinte deve ter a comprovação do material utilizado, que pode ser feita através de nota fiscal da aquisição”. (Manual do Sero, 2022, p.26)

De acordo ainda com a nota 2 do Manual do Sero (2022, p. 26):

Considera-se material pré-fabricado ou pré-moldado, o componente ou a parte de uma edificação adquiridos prontos em estabelecimento comercial ou fabricados por antecipação em estabelecimento industrial de terceiros, para posterior instalação ou montagem na obra.

2.2.8 Regularização de Obras de Pessoas Jurídicas

De acordo com o art. Nº 12, da IN 2021/21 da Secretaria da Receita Federal, a baixa, ou regularização de obra de construção civil de pessoa jurídica pode ser feita pelo método de aferição indireta ou contabilidade regular. Quando feita pela contabilidade regular, a empresa deve ter as escriturações legais registradas corretamente, os livros Razão e Diário ou ECD (Escrituração Contábil Digital). O contribuinte não pode ter pendências ou falta de declarações, pois o sistema reconhece todas as informações, não gerando nenhum valor a pagar.

Para que a regularização seja realizada por contabilidade regular utiliza-se o SERO, e com todas as informações preenchidas é possível concluir a aferição e enviar a DCTFWeb de Aferição de Obras. No entanto, conforme a escrituração contábil processada anteriormente, a aferição não irá gerar nenhum valor devido, e a

regularização da obra estará concluída, podendo ser emitida a Certidão Negativa de Débitos, para posteriormente realizar a averbação.

2.2.9 Notas Fiscais de Pré-Moldados ou Pré-Fabricados

De acordo com o manual do SERO (2022, p. 95), “as notas fiscais relativas a materiais pré-moldados ou pré-fabricados são informadas com a finalidade de obter a redução da remuneração calculada pelo Sero”.

Em outras de construção civil aonde são utilizados componentes pré-moldados ou pré-fabricados em sua estrutura predial ou paredes externas, o valor da remuneração devida, que compõe a base de cálculo das contribuições sobre a obra pode sofrer uma redução de 70%, sob a condição de que seja informado ao Sero, com nota fiscal emitidas pelo fabricante e também o somatório dos valores brutos das notas fiscal informadas ao Sero em cada competência até o mês anterior ao da transmissão da DCTFWeb, seja superior a 40% do Custo da Obra por Destinação (Manual do Sero, 2022, p. 95)

2.2.10 Custo da Obra por Destinação

De acordo com o manual do Sero (2022, p. 86), entende-se Custo da Obra por Destinação “o resultado da multiplicação do Valor Atualizado Unitário (VAU) aplicável, por destinação, pela correspondente área total para cálculo, isto é, pela área principal ou pela área complementar que será considerada no cálculo”.

2.2.11 Valor Atualizado Unitário (VAU)

Índice calculado pela Receita Federal, é disponível no menu Aferições através do menu da tela “Consultar Tabela VAU”. Na tabela é possível escolher ano, unidade da federação e o valor do VAU para cada tipo de destinação. (Manual do SERO, 2022, p. 77)

2.2.12 Créditos por Uso de Concreto Usinado, Massa Asfáltica ou Argamassa Usinada

Se houver a utilização de concreto usinado, massa asfáltica ou argamassa usinada na obra, isso deve ser informado nos detalhes da aferição, já que o crédito referente ao uso será deduzido automaticamente do valor da Remuneração de Mão de Obra Total (RMT) e corresponde à remuneração calculada pela aplicação do percentual de 5% sobre o Custo da Obra por Destinação. Este percentual é levado em conta a destinação da Obra e a unidade de federação (UF). (Manual do SERO, 2022, p. 76).

2.2.13 Percentual de Equivalência

“É o fator de redução aplicado sobre as áreas principais do projeto, resultando na área equivalente.” (Manual do Sero, 2022, p. 80)

Alguns itens devem ser observados para obter a área equivalente como por exemplo: pilotis, varandas, garagens, ou ainda demais áreas que complementem a edificação principal e que não estejam especificadas como áreas complementares. A área total para cálculo é obtida então da seguinte fórmula:

Área total para cálculo = área principal a aferir x percentual de equivalência
(Manual do Sero, 2022 p. 81)

2.2.14 Percentual de Mão de Obra sobre o Custo da Obra

“O percentual correspondente ao tipo da obra será aplicado ao custo da obra por destinação considerando o material empregado na construção, na reforma da edificação ou que foi utilizado na construção da obra ser demolida.” (Manual do Sero, 2022, p. 88)

2.2.15 Apuração da Remuneração da Mão de Obra Total – RMT

“A RMT corresponde à totalidade das remunerações devidas, apuradas por aferição indireta”. Para o cálculo da RMT usa-se o Custo da Obra por Destinação, aplicando o percentual da mão de obra sobre o Custo da Obra, como nos mostra a equação a seguir:

$RMT = \text{Custo da obra por destinação} \times \text{percentual de mão de obra sobre o custo da obra.}$ (Manual do Sero, 2022 p. 88).

2.2.16 Cálculo do Débito a Pagar por Código de Receita (CR)

O manual do Sero (2022, p. 153) menciona que “Após a dedução dos créditos existentes, sobre a RMT são aplicadas as alíquotas para o cálculo das contribuições devidas na aferição da obra nos seguintes valores percentuais:”

Figura 1 - Alíquota para Cálculo das Contribuições

CÓDIGO DE RECEITA - CR	DESCRIÇÃO	PERCENTUAL (%)
1138-31	CP PATRONAL – EMPREGADOS - AFERIÇÃO	20,0
1082-31	CP SEGURADOS – EMPREGADOS - AFERIÇÃO	8,0
1646-31	CP PATRONAL – GILRAT - AFERIÇÃO	3,0
1170-31	CP TERCEIROS – SALÁRIO EDUCAÇÃO - AFERIÇÃO	2,5
1176-31	CP TERCEIROS – INCRA - AFERIÇÃO	0,2
1200-31	CP TERCEIROS – SEBRAE - AFERIÇÃO	0,6
1184-31	CP TERCEIROS – SESI - AFERIÇÃO	1,5
1181-31	CP TERCEIROS – SENAI - AFERIÇÃO	1,0
TOTAL		36,8

Fonte: Manual do Sero, 2022

Dessa maneira, aplicando à RMT a alíquota corresponde a cada código e se não houver créditos a deduzir, o débito a pagar na DCTFWeb da aferição é o total da soma de todos os débitos das contribuições.

2.2.17 DCTFWeb Aferição de Obras

O Ato Declaratório Executivo Corat nº 6, de 28 de abril de 2021 cita:

A DCTFWeb Aferição de Obras, será emitida por meio do Sero depois de finalizado o procedimento de aferição da obra, deverá ser transmitida até o último dia útil do mês em que as informações referentes à obra forem prestadas por meio do SERO, mesmo que forem apurados créditos tributários na aferição da obra.

A DCTFWeb é enviada após a conferência dos dados da aferição e do valor do débito a ser pago. E após a sua transmissão conclui-se a aferição da obra e constitui requisito para a emissão da certidão relativa à aferição concluída. (Manual do Sero, 2022, p. 50).

3 METODOLOGIA

O estudo se limitará em analisar um projeto hipotético contendo escritório, banheiros, vestiários de um galpão industrial totalizando uma área de 550 m² elaborado e desenvolvido para a cidade de União da Vitória – PR. Trata-se de um estudo de caso exploratório, quali-quantitativo e descritivo.

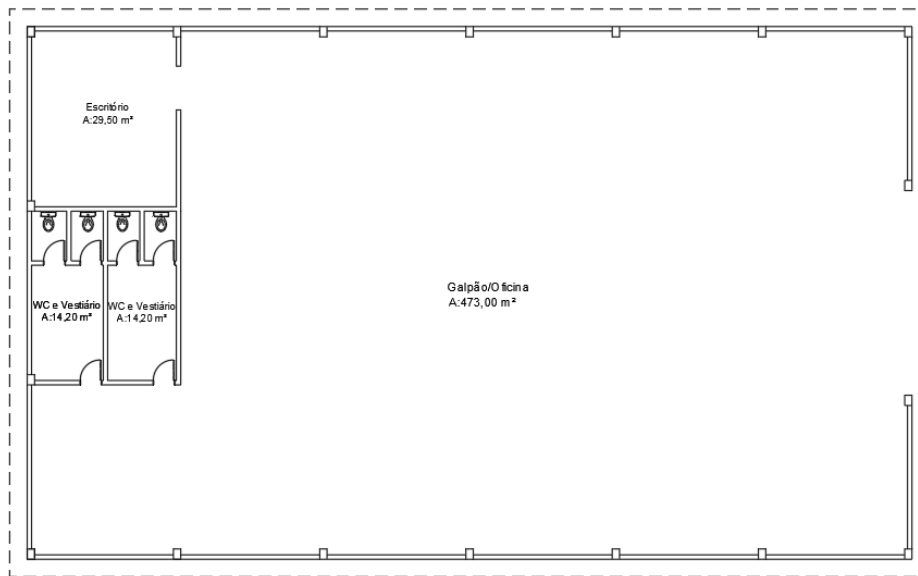
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto da figura abaixo refere-se a um projeto contendo escritório, banheiros, vestiários e galpão industrial em pré-moldado com fechamento em placas de concreto pré-fabricados com cobertura em telhas trapezoidais em aluzinco totalizando 550,00 m². Este projeto hipotético está situado na Cidade de União da Vitória - PR, considerando que o alvará de construção e o habite-se já foram emitidos pela Prefeitura Municipal vinculando assim a inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (CNO) e liberando a aferição da obra no Serviço Eletrônico para a Aferição de Obras (SERO), para a regularizações perante a Receita Federal do Brasil.

O período total de execução da obra ocorreu de 01/01/2022 a 31/10/2023, totalizando 22 meses. Analisando os fatores e atribuindo a legislação pertinente para

a regularização de obras leva-se em conta o enquadramento da obra, o percentual de equivalência, valor atualizado unitário (VAU), custo de obra por destinação, percentual de uso de concreto usinado e argamassa usinada, percentual de mão de obra sobre o custo da obra como pode-se analisar no processo de aferição simulado abaixo.

Figura 2 - Planta Baixa Galpão 550,00 m²



Fonte: Os autores, 2023

Para iniciar a aferição é necessário enquadrar a obra, e de acordo com o Manual do Sero (2022), o enquadramento é realizado com base a destinação do imóvel, como nos mostra a figura 3 a seguir.

Figura 3 - Enquadramento da Obra

DESTINAÇÃO	DESCRIÇÃO
Galpão Industrial	<ul style="list-style-type: none"> os imóveis compostos de galpão, com ou sem área administrativa, banheiros, vestiário e depósito pavilhão industrial

Fonte: Manual do Sero, 2022

Após o enquadramento aplica-se o percentual de equivalência da edificação que difere de acordo com cada destinação de imóvel, na edificação estudada e enquadrada como galpão industrial o percentual de equivalência segue a tabela disponível no Manual do Sero (2022).

Figura 4 - Percentual de Equivalência

Galpão Industrial	Fator
Igual ou superior a 0,00 m ²	95,00%

Fonte: Manual do Sero, 2022

Conforme mencionado anteriormente, a área do galpão industrial em análise totaliza 550,00 m². Ao aplicar o percentual de equivalência, obtém-se uma área de 522,5m². No estado do Paraná, para o mês 10/2023, o VAU é de R\$ 1267,09, conforme indicado na figura 5. Dessa forma pode-se calcular o custo de obra por destinação, como observa-se na tabela 2.

Figura 5 - Tabela VAU

Mês/Ano	UF	Casa popular	Comercial salas e lojas	Conjunto habitacional popular	Edifício de Garagens	Galpão industrial
09/2023	PR	1.542,21	2.770,62	1.542,21	2.770,62	1.264,43
10/2023	PR	1.545,45	2.776,44	1.545,45	2.776,44	1.267,09

Fonte: Receita Federal, 2023

Tabela 2 - Custo da Obra por Destinação

Identificação da Área	Área Total em Aferição (m ²)	% Equivalência	Área Total para Cálculo (m ²)	VAU	Custo da Obra por Destinação
Galpão Industrial	550,00	95,00%	522,5	1267, 09	R\$ 662.054,53

Fonte: Os autores, 2023

Uma vez que a estrutura da edificação é construída com material pré-moldado e possui fechamento em placas de concreto pré-fabricadas, emprega-se argamassa usinada para facilitar o assentamento. A figura 6 apresenta o percentual que pode ser convertido em créditos correspondente ao Estado. Além disso, de acordo com a estrutura da edificação, esta é classificada como uma obra de natureza mista, conforme ilustrado na figura 7.

Figura 6 - % de Uso de Concreto Usinado e Argamassa Usinada

UF	Casa popular	Comercial salas e lojas	Conjunto habitacional popular	Edifício de Garagens	Galpão industrial	Residencial multifamiliar	Residencial unifamiliar
PI	3,53%	10,00%	3,53%	10,00%	3,30%	7,16%	5,33%
PR	3,18%	8,78%	3,18%	8,78%	3,08%	6,50%	4,91%

Fonte: Manual do Sero, 2022

Tabela 3 - Remuneração por Uso de Concreto Usinado

Custo	Percentual de Uso por UF	Percentual de Aplicação por Obra Nova	Percentual de Uso por UF	Remuneração por Uso de Concreto Usinado e Argamassa Usinada
662.054,53	3,08%	100%	5%	1019,56

Fonte: Manual do Sero, 2022

Figura 7 - Percentual de Mão de Obra sobre o custo da obra

Residencial Unifamiliar Residencial Multifamiliar Comercial Salas e Lojas Edifício de Garagens Galpão Industrial	
Alvenaria	20%
Madeira	15%
Mista	15%

Fonte: Manual do Sero, 2022

Ao empregar o percentual atribuído a obra mista e após a dedução dos créditos relacionados ao Concreto e Argamassa Usinada, é possível calcular a remuneração de Mão de Obra Total, conforme demonstrado na tabela 4 a seguir.

Tabela 4 – Remuneração de MO Total – RMT

Custo da Obra por Destinação	Percentual de MO sobre o Custo da Obra	Créditos Concreto e Argamassa Usinada (-)	Remuneração de MO total - RMT
R\$ 662.054,53	15%	(-) R\$ 1019,56	R\$ 98.288,61

Fonte: Os autores, 2023

A partir do montante total da Mão de Obra, são realizados os cálculos das contribuições devidas nos três regimes tributários: Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional como exposto na tabela 5.

Tabela 5 - Contribuições Devidas Aferição da Obra Lucro Real/Presumido e Simples Nacional

RMT COM DESCONTOS = R\$ 98.288,61			Lucro Real/ Presumido	Simples Nacional
PAT	CP Patronal - EMPREGADOS	20%	R\$ 19.657,72	R\$ 19.657,72
SEG	CP Segurados - EMPREGADOS	8%	R\$ 7.863,09	R\$ 7.863,09
GILRAT	CP Patronal - GILRAT	3%	R\$ 2.948,66	R\$ 2.948,66
FNDE	CP Terceiros - SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 2.457,22	0
INCRA	CP Terceiros - INCRA	0,20%	R\$ 196,58	0
SEBRAE	CP Terceiros - SEBRAE	0,60%	R\$ 589,73	0
SESI	CP Terceiros - SESI	1,50%	R\$ 1.474,33	0
SENAI	CP Terceiros - SENAI	1%	R\$ 982,89	0
Total			R\$ 36.170,22	R\$ 30.469,47

Fonte: Os autores, 2023

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste trabalho consistiu em descrever e exemplificar os processos necessários utilizados para aferição de uma obra de construção civil utilizando como base de pesquisa um galpão industrial com área de 550 m², situado na região de União da Vitória – PR, considerando os regimes de tributação Lucro Real, Lucro Presumido e Simples Nacional.

Um dos primeiros aspectos a serem observados é que a aferição de uma obra só pode ser conduzida se a mesma estiver devidamente regularizada perante o órgão municipal, ou seja, a prefeitura. É a prefeitura que emite tanto o alvará de construção quando o habite-se para uma obra, e a obtenção desses documentos requer a intervenção de um profissional da área da construção civil, como um engenheiro civil ou arquiteto. Uma vez que os documentos necessários emitidos, torna-se possível realizar a aferição por meio do Sistema Eletrônico para Aferição de Obras (SERO).

Foi possível concluir que o regime de tributação Simples Nacional apresenta vantagens claras, uma vez que as contribuições devidas nesse regime são aproximadamente 15,80% inferiores. Enquanto no regime de tributação Lucro

Real/Presumido, as contribuições somam R\$ 36.170,22, no Simples Nacional elas totalizam apenas R\$ 30.469,47. Essa economia considerável se deve à ausência de incidência das contribuições previdenciárias de terceiros. Com essa economia também reforça a importância de uma análise criteriosa e estratégica dos regimes tributários disponíveis para empreendimentos dessa natureza.

Embora este trabalho se concentre na análise de um galpão industrial e suas características específicas, é importante notar que o método de aferição pelo Sero abrange uma ampla gama de categorias, incluindo residências unifamiliares, multifamiliares, comerciais, entre outras.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e documentação: artigo em publicação periódica técnica e/ou científica: apresentação. 2.ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2018a.

ALCANCE ENGENHARIA JR. **Alvará de Construção: Um guia completo**. 23 jul.2021. Disponível em: <https://alcancejr.com.br/alvara-de-construcao-um-guia-completo/#:~:text=O%20processo%20organizacional%20de%20cada,pela%20prefeitura%20de%20cada%20cidade>. Acesso em 17 ago. 23.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Como regularizar minha obra**. Receita Federal, 08 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/construcao-civil/sero/afericao>. Acesso em: 17 ago. 23.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 2021, 16 de abril de 2021**. Dispõe sobre as contribuições previdenciárias e as contribuições destinadas a outras entidades ou fundos incidentes sobre o valor da remuneração da mão de obra utilizada na execução de obras de construção civil Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=116968>. Acesso em 17 ago. 23

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Instrução Normativa nº 2061, 20 de dezembro de 2021**. Dispõe sobre o Cadastro Nacional de Obras (CNO). Disponível em: <http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=122299#2314933>. Acesso em 17 ago. 23

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Ato Declaratório Executivo Corat nº06, 28 de abril de 2021**. Dispõe sobre Inclui o Serviço Eletrônico para Aferição de Obras

(Sero) e a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos, via Web, para fins de Aferição de Obras (DCTFWeb Aferição de Obras) no Centro Virtual de Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (e-CAC). Disponível em:
<http://normas.receita.fazenda.gov.br/sijut2consulta/link.action?idAto=117193>. Acesso em 17 ago. 23.

BRASIL. Secretaria da Receita Federal. **Serviço Eletrônico para Aferição de Obras – SERO. Manual do Contribuinte**. 04/2022. Disponível em:
<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/manuais/manual-do-sero/manual-do-sero/manual-do-sero-1>. Acesso em 22 ago.23.

BRASIL. Receita Federal. **O que é o Simples Nacional?** Disponível em:
<https://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3>. Acesso em 06 out.23.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006**. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em 12 out. 23.
BONIZIO, R.C. **Um estudo sobre os aspectos relevantes da contabilidade e o seu uso em empresas do setor de construção civil**. Jan. 2001. Disponível em:
<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-15112001-122042/publico/dissertacaoronibonizio.pdf>. Acesso em: 17 ago. 23.

DEGANI, J. **O Impacto e a Importância da Construção Civil no Brasil**. 15 set. 2022. Disponível em: <https://www.sienge.com.br/blog/construcao-civil-no-pais/>. Acesso em 22 ago. 23.

GULARTE, C. **Diferenças entre Simples Nacional, Lucro Presumido e Lucro Real**. Disponível em: <https://11nq.com/vnwyg>. Acesso em: 04 out.23

GULARTE, C. **Como calcular o Simples Nacional? Como é feito o cálculo?** Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/calculo-simples-nacional/>. Acesso em: 06 de out. 23.

OLIVEIRA, L.M. de. *et al.* **Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas**. 12.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

RONCATO, L. **Liberção do Cadastro Nacional de Obras – Uma Análise Tributária pela Aferição por Metragem ou por Contabilidade Regular**. Sem.2021-2. Disponível em:
<https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8761/TCC%20Laise%20Roncato.pdf?sequence=1>. Acesso em 22 ago. 23.

SPECK, R. M. **Contabilidade da Construção Civil: Aspectos Contábeis e Fiscais conforme legislação tributária e sob enfoque do CPC 17 – Contratos de Construção**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense. Criciúma/SC. 2011. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/550/1/Rafael%20Macarini%20Speck%20.pdf>. Acesso em: 17 ago. 23.

SEGURA CONTABILIDADE. **Tributação na construção civil: como funciona?** Disponível em: https://seguracontabilidade.com/tributacao-na-construcao-civil-como-funciona/#Quais_os_tipos_de_tributacao_para_o_setor_da_construcao_civil. Acesso em: 04 out. 23.

SERASA EXPERIAN. **O que é Lucro Presumido e como funciona essa tributação**. Disponível em: <https://www.serasaexperian.com.br/blog-pme/lucro-presumido/>. Acesso em 04 out 23.

TORRES, V. **O que é Lucro Real? Entenda essa Tributação e como calcular**. Disponível em: https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-real/?utm_device=c&utm_term=&utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=%5BMAX%5D_Migracao_2022. Acesso em: 04 out. 23.

ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM UMA EMPRESA DO RAMO DE VAREJO

Otávio Rafael Pasa¹
Sávio Giovanni Pasa²
Cristiano Damaceno³
Jonas Elias de Oliveira⁴

RESUMO: As demonstrações contábeis são importantes demonstrativos financeiros, sendo essenciais em um planejamento gerencial, através das análises de índices e indicadores é possível interpretar balanços patrimoniais e demonstrações de resultado de determinados períodos de forma confiável, o qual trazem informações valiosas para diretores, gestores e investidores. A pesquisa justifica-se pela importância de compreender os benefícios da utilização dos índices e indicadores nas demonstrações contábeis de uma empresa do ramo de varejo. O estudo tem por objetivo geral demonstrar a aplicação dos índices e indicadores nas demonstrações contábeis da empresa Magazine Luiza S.A, tendo como objetivos específicos: embasar o artigo com referências sobre o tema, pesquisar as demonstrações contábeis de 2020, 2021 e 2022, aplicar os índices e indicadores e analisar as informações obtidas. Na realização da pesquisa foram utilizados livros, artigos e sites para complementá-lo. Os métodos de pesquisas utilizado no trabalho foram por meios bibliográficos e com uma abordagem quantitativa, considerando como população as demonstrações contábeis da Magazine Luiza S.A obtidas na CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Os cálculos utilizados para a realização da análise foram: Indicadores de estrutura de capital e endividamento; índices de liquidez e indicadores de rentabilidade e lucratividade. Através deles foi possível observar a situação financeira e econômica da empresa, destacado por meios de gráficos os resultados obtidos.

Palavras-chave: Contabilidade, Demonstrações, Análise.

ABSTRACT: Financial statements are important financial statements, being essential in management planning. Through the analysis of indices and indicators, it is possible to interpret balance sheets and income statements for certain periods in a reliable manner, which provide valuable information for directors, managers and investors. The research is justified by the importance of understanding the benefits of using indexes and indicators in the financial statements of a retail company. The study's general objective is to demonstrate the application of indices and indicators in the financial statements of the company Magazine Luiza S.A, with specific objectives: supporting the article with references on the topic, researching the financial statements for 2020, 2021 and 2022, applying the indices and indicators and analyze the information obtained. When carrying out the research, books, articles and websites were used to complement it. The research methods used in the work were bibliographical and with a quantitative approach, considering the accounting statements of Magazine Luiza S.A. obtained

¹ Egresso do Curso de Ciências Contábeis pela UGV – Centro Universitário, União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: cont_otaviopasa@ugv.com.br

² Graduado em Administração pelo Centro Universitário do Vale do Iguaçu e Ciências Contábeis pelo Centro Universitário de União da Vitória - UNIUV, Especialização em Sistema Financeiro e Mercado de Capitais, pela Universidade Cesumar – UNICESUMAR - Professor no Curso de Administração e Ciências Contábeis na Ugv Centro Universitário. prof_saviopasa@ugv.edu.br

³ Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologia (UDESC) - Ugv – Centro Universitário, União da Vitória, PR.e SEED PR

⁴ Docente da Ugv – Centro Universitário, União da Vitória, PR

from the CVM (Securities Commission) as a population. The calculations used to carry out the analysis were: Capital structure and debt indicators; liquidity indices and profitability and profitability indicators. Through them it was possible to observe the company's financial and economic situation, highlighting the results obtained using graphs.

Keywords: Accounting, Statements, Analysis.

1 INTRODUÇÃO

No cenário atual, a contabilidade vem se tornando cada vez mais essencial e necessário para as empresas, pois com o uso dela, é possível obter informações precisas e confiáveis que ajudam a empresa a planejar financeiramente a curto, médio e longo prazo.

O presente artigo trata sobre as análises das demonstrações contábeis, a qual é uma das áreas mais importante para avaliar a saúde financeira da empresa. Através dela, é possível interpretar balanços patrimoniais e demonstrações de resultado de determinados períodos, utilizando ferramentas índices e indicadores que se bem executados trazem informações importante para a gestão da empresa.

A contabilidade deve ser vista como um sistema de informações, cujo método de trabalho consiste, simplificada, em coletar, processar e transmitir dados sobre a situação econômico-financeira de uma entidade em determinado momento e sua evolução em determinado período (JUNIOR; BEGALLI, 2015).

As análises financeiras desempenham um papel fundamental no momento do planejamento e tomada de decisões. Muitos investidores analisam as demonstrações de empresas que tenham um potencial de expansão e essas informações podem ser utilizadas para avaliar a lucratividade e rentabilidade, corroborando na sua decisão de investir ou não o seu capital.

Com base nisso, este trabalho se justifica pela importância de compreender os benefícios da utilização dos índices e indicadores nas demonstrações contábeis em uma empresa do ramo de varejo para avaliar a situação econômica, financeira e patrimonial.

Esta pesquisa tem por objetivo geral demonstrar a aplicação dos índices e indicadores nas demonstrações contábeis da empresa Magazine Luiza S.A.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente artigo se caracteriza como um estudo de caso, exploratório com abordagem quantitativa.

Utilizou-se como população da pesquisa as demonstrações contábeis da Magazine Luiza S.A obtidas na CVM (Comissão de Valores Mobiliários) a qual é uma entidade que visa proteger os interesses dos investidores, especialmente o acionista minoritário, e o mercado de valores mobiliários em geral, oferecendo condições de segurança para o desenvolvimento de atividades no mercado financeiro. Para a amostra as demonstrações dos anos de 2020, 2021 e 2022 foram analisadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis apresentam informações financeiras e contábeis de uma empresa em um determinado período. Essas informações são importantes para a administração da empresa e stakeholders, como investidores, credores, clientes e fornecedores, possam tomar decisões estratégicas e avaliar a saúde financeira da empresa. Para embasar o contexto acima, Perez e Begalli (2015, p. 302) definem a análise como:

Essencial para os usuários do sistema de informações atenderem seus interesses específicos, tais como saber através dos Relatórios Financeiros se a empresa analisada tem condições de ser financiada e por quanto tempo; se esses usuários são os seus credores; se vale a pena comprar ações da empresa ou investir na empresa; se o usuário é o investidor; se o desempenho da direção e da gerencia da empresa é satisfatório e os resultados são favoráveis; se o usuário é o acionista controlador; enfim, como anda a saúde econômica e financeira da empresa, utilizando-se do processo de análise.

O balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício e a demonstração do fluxo de caixa são as principais demonstrações contábeis utilizadas na análise, além disso, para corroborar com o entendimento das demonstrações é fundamental o uso das notas explicativas para melhor entendimento dos usuários, pois, as demonstrações contábeis apresentam apenas saldos que não constituem

informações suficiente para a adequada análise da situação patrimonial, econômica e financeira.

Perez e Begalli, (2015) salientam que para obter o resultado almejado, é necessário que a qualidade das informações contábeis contenha os seguintes atributos: Sejam confiáveis com relatórios precisos; Abrangente, com a informação de todo movimento da empresa; Objetiva, simples, com destaques nos pontos mais importantes e oportuna, recente, com dados atuais. Logo afirma-se que é essencial a cautela do contador na elaboração das demonstrações contábeis.

3.2 PRINCIPAIS DEMONSTRAÇÕES UTILIZADAS NA ANÁLISE

3.2.1 Balanço Patrimonial (B.P)

O Balanço Patrimonial é a principal peça contábil, pois representa a posição estática da situação financeira econômica e patrimonial da entidade em determinado momento. De acordo com Marion, Cardoso & Rios, (2019, p. 27) o balanço patrimonial é constituído por três grupos de contas; no lado esquerdo, consta o Ativo, que são as aplicações de recursos, e, no lado direito, dois grandes grupos de contas, o Passivo e o Patrimônio Líquido, que são origens de recursos. O objetivo é apresentar o patrimônio da entidade, isto é, seus bens, direitos e obrigações.

3.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (D.R.E)

A Demonstração do Resultado do Exercício é um relatório contábil que resume através da confrontação das contas de receitas, custos e despesas o desempenho financeiro de uma empresa em um determinado período. Para PEREZ E BEGALLI, (2015, p. 164) a DRE da “empresa deve informar a terceiros interessados como foi obtido o resultado do exercício, lucro ou prejuízo, transferido para a conta de lucros ou prejuízos acumulados.”

Na visão de MARTINS (2020 p.35) dentro da “DRE estão expressos os resultados apurados pela entidade, tanto a benefício do capital de terceiros quanto do capital próprio. É por meio dela que se pode avaliar tendências em termos de receitas,

custos e despesas de variadas naturezas.” O objetivo é evidenciar a lucratividade das vendas da empresa e a eficiência na gestão dos recursos financeiros.

3.2.3 Demonstração do Fluxo de Caixa (D.F.C)

O fluxo de caixa é uma demonstração representada pelas disponibilidades imediatas, como caixa, bancos conta movimento e aplicações. Independente do porte e da natureza operacional da empresa, seja grande ou pequena, indústria, comércio ou prestadora de serviços, não é possível gerenciá-la sem o acompanhamento do fluxo de caixa, principalmente em virtude da urgência para a tomada de decisões de pagamentos, recebimentos, aplicações, investimentos e assim por diante. (PEREZ E BEGALLI, 2015, p. 240).

3.2.4 Planejamento e Tomada de Decisão

Um planejamento consiste em um conjunto de estratégias e medidas que têm como objetivo alcançar metas específicas dentro de uma organização. É crucial para uma empresa estabelecer objetivos claros e identificar os recursos necessários para analisar o mercado e a concorrência e assim traçar planos projetando bons resultados. Por conta disto, é importante que as informações financeiras fornecidas pela contabilidade sejam precisas e eficientes, pois, é essencial para o planejamento.

Ainda, Kuazaqui (2015, p. 69) destaca que:

Para que o processo do planejamento estratégico se consolide, a empresa deve efetuar a gestão de seus negócios e respectivas estratégias, que deve ser realizada a partir de indicadores de desempenho organizacional, possibilitando a análise crítica de seu desempenho.

De acordo com Cavalcante, (2015) existem três tipos de planejamentos: o estratégico, este é desenvolvido pela hierarquia mais alta da empresa e objetiva realizar o planejamento no longo prazo; o tático, planejamento de nível médio que envolve especificar como cada departamento ajudara a empresa para atingir a meta estratégica estabelecida e o operacional que está relacionado diretamente a operação do setor, a um curto espaço de tempo.

Desta forma podemos concluir que o planejamento é fundamental para as empresas estabelecerem prazos e responsabilidades para cada etapa do processo, monitorando o desempenho e ajustando as estratégias para concretizar as metas propostas. Além disso, Mações (2018) destaca que a qualidade das decisões determina o desempenho das organizações, pois, é importante que a gestão da empresa tenha um processo bem definido e estruturado, que envolva a coleta de informações relevantes, análise crítica das possibilidades, identificação dos riscos envolvidos e a definição de um plano de ação claro e objetivo.

Nesse ambiente, a qualidade do processo de decisão é fundamental, pois existem variáveis desconhecidas, limitações de análise e contextos que precisam ser tratados no processo de decisão. As variáveis desconhecidas referem-se às que afetam o problema, mas não são visualizadas pelo decisor. No que se refere às limitações, podem ser de recursos financeiros, humanos, de tempo, entre outras. O contexto refere-se à cultura organizacional e aos ambientes econômico, social e político. Todos esses aspectos influenciam de forma direta ou indireta o processo de decisão e a qualidade da decisão em si. (NETO, 2020 p.7)

É fundamental que a tomada de decisão seja realizada de forma participativa, envolvendo gestores e colaboradores, pois, é um modelo que valoriza a troca de experiências, colaboração e participação de todos no processo.

3.3 ANÁLISE PRÁTICA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para a realização da análise prática escolheu-se os seguintes indicadores: Indicadores de estrutura de capital e endividamento; índices de liquidez e indicadores de rentabilidade e lucratividade, estes, que serão calculados nas demonstrações contábeis da grande varejista Magazine Luiza S.A. evidenciando sua situação financeira econômica e patrimonial. Abaixo faremos uma abordagem do conceito de cada índice e indicador, bem como sua aplicação prática.

3.3.1 Índices de Estrutura Patrimonial

Conforme Martins, (2020, p. 123) a análise da estrutura patrimonial estabelece relações entre as fontes de financiamento próprio e de terceiros, visando evidenciar a

dependência da entidade em relação aos recursos de terceiros. Para a referida análise, os seguintes índices são apresentados: Índice de endividamento geral; Composição do endividamento; Imobilização do patrimônio líquido; Imobilização de recursos não correntes.

Índice de endividamento geral: O índice de endividamento representa a proporção de dívidas com terceiros em comparação ao ativo total da empresa. Indica a dependência que a empresa apresenta com relação a terceiros. Quanto maior o índice, maior é o nível de endividamento da empresa e, portanto, maior é o risco de inadimplência. Por outro lado, um índice baixo indica que a empresa tem uma boa capacidade de honrar suas dívidas

Composição do endividamento: O índice de composição do endividamento revela o quanto da dívida total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) com terceiros é exigível no curto prazo (Passivo Circulante), pois, para analisar a solvência de uma empresa, é importante conhecer os prazos de vencimentos de suas dívidas.

Imobilização do patrimônio líquido: Avalia o quanto uma empresa está financiando seus ativos fixos com recursos próprios, ou seja, com o seu patrimônio líquido. Quanto maior for o índice, mais imobilizado estará o patrimônio líquido da empresa em ativos fixos. Isso pode indicar uma política de investimentos de longo prazo por parte da empresa, mas também pode indicar uma gestão financeira pouco eficiente, já que muitos recursos estariam sendo alocados em ativos pouco líquidos e de difícil conversão em dinheiro.

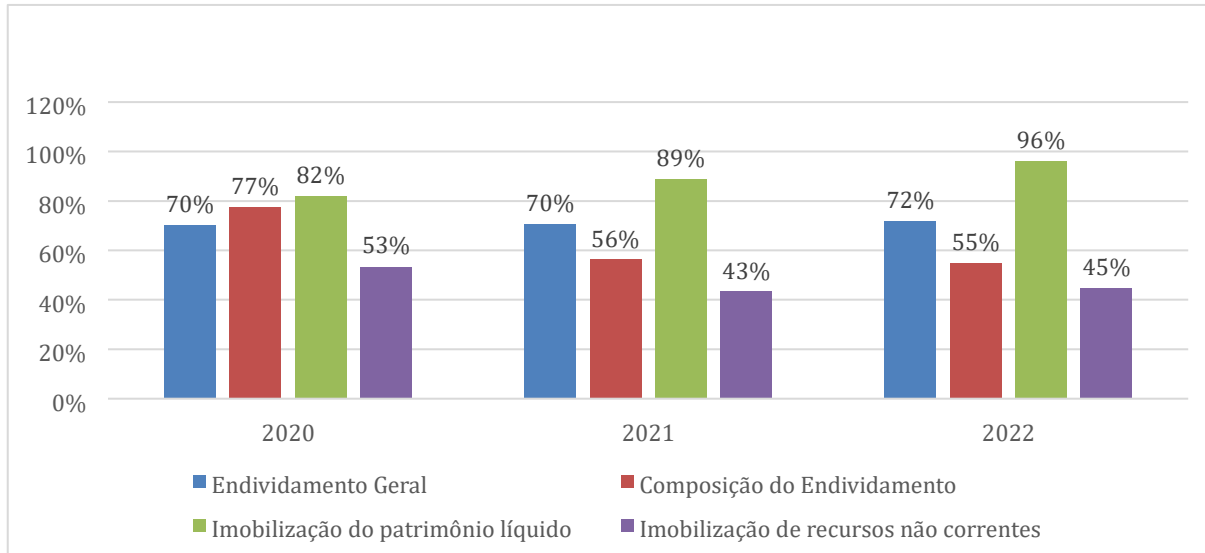
Imobilização de recursos não correntes: É uma medida de eficiência que ajuda a avaliar a capacidade de uma empresa em gerir seus recursos a longo prazo. Este índice ajuda a determinar a proporção de recursos que estão sendo mantidos em investimentos de longo prazo em relação aos recursos disponíveis para a empresa. Um índice alto pode significar que a empresa está investindo em ativos valiosos que podem gerar lucros a longo prazo, mas também pode indicar que a empresa não está usando seus recursos de maneira eficiente.

Quadro 01 – Cálculo Índices de Estrutura Patrimonial

Índice	Formúla	2020		2021		2022	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo não Circulante	17.321.916	70%	27.123.385	70%	27.117.144	72%
	Ativo Total	24.647.203		38.509.810		37.765.845	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	13.416.145	77%	15.257.189	56%	14.832.925	55%
	Passivo C + Passivo não Circulante	17.321.916		27.123.385		27.117.144	
Imobilização do patrimônio líquido	Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo	5.997.398	82%	10.016.078	89%	10.233.319	96%
	Patrimônio Líquido	7.325.287		11.261.231		10.648.701	
Imobilização de recursos não correntes	Ativo não Circulante - Realizável a Longo Prazo	5.997.398	53%	10.016.078	43%	10.233.319	45%
	Patrimônio Líquido + Passivo não Circulante	11.231.058		23.127.427		22.932.920	

Fonte: Os autores, 2023

Gráfico 1: Índices de Estrutura Patrimonial – Magazine Luiza



Fonte: Os autores, 2023

No gráfico 1 observa-se que há uma grande participação do capital de terceiros no ativo da empresa, uma assiduidade média de 70% no decorrer dos três anos, o que indica que a Magalu trabalha mais com recursos de terceiros do que com o próprio, além disso, houve um equilíbrio entre as dívidas de curto e longo prazo, indo de 77% para 55%, o que é benéfico, pois, com as dívidas concentradas no longo

prazo, as condições de gerar recursos são preferíveis para fazer frente aos compromissos em um momento de crise. Também é importante evidenciar o aumento do IPL, indicando uma significativa imobilização do patrimônio líquido em ativos de baixa liquidez, no entanto, o IRC demonstra que esta imobilização vem de capital de terceiros.

3.3.2 Índice de Liquidez

O índice de liquidez é uma medida financeira que indica a capacidade de uma empresa de cumprir suas obrigações financeiras de curto prazo.

Para Martins (2020 p.109) os índices de liquidez apresentam a situação financeira de uma empresa frente aos compromissos financeiros assumidos, ou seja, demonstram sua capacidade de arcar com as dívidas assumidas, o que, em última instância, sinaliza a condição de sua própria continuidade.

Existem vários tipos de índices de liquidez, mas todos eles se concentram em quantificar a relação entre os ativos e passivos de uma empresa.

Índice de liquidez corrente (ILC): Mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (Ativo Circulante) para cada real de dívidas de curto prazo (Passivo Circulante). Se o índice for maior que 1, isso indica que a empresa tem mais ativos circulantes do que passivos circulantes, o que significa que ela tem recursos suficientes para pagar suas dívidas de curto prazo.

Índice de liquidez seca (ILS): Mostra a parcela das dívidas de curto prazo (Passivo

Circulante) que poderiam ser pagas pela utilização de itens de maior liquidez no Ativo Circulante, basicamente disponível e contas a receber. Ou seja, quanto maior o valor do índice, maior é a capacidade da empresa em honrar seus compromissos de curto prazo sem precisar vender seus estoques.

Índice de liquidez imediata (ILI): O índice de liquidez imediata mostra a parcela das dívidas de curto prazo (Passivo Circulante) que poderiam ser pagas imediatamente por meio dos valores relativos à caixa e equivalentes de caixa

(disponível). Quanto maior for o índice, mais segura e saudável será a situação financeira da empresa.

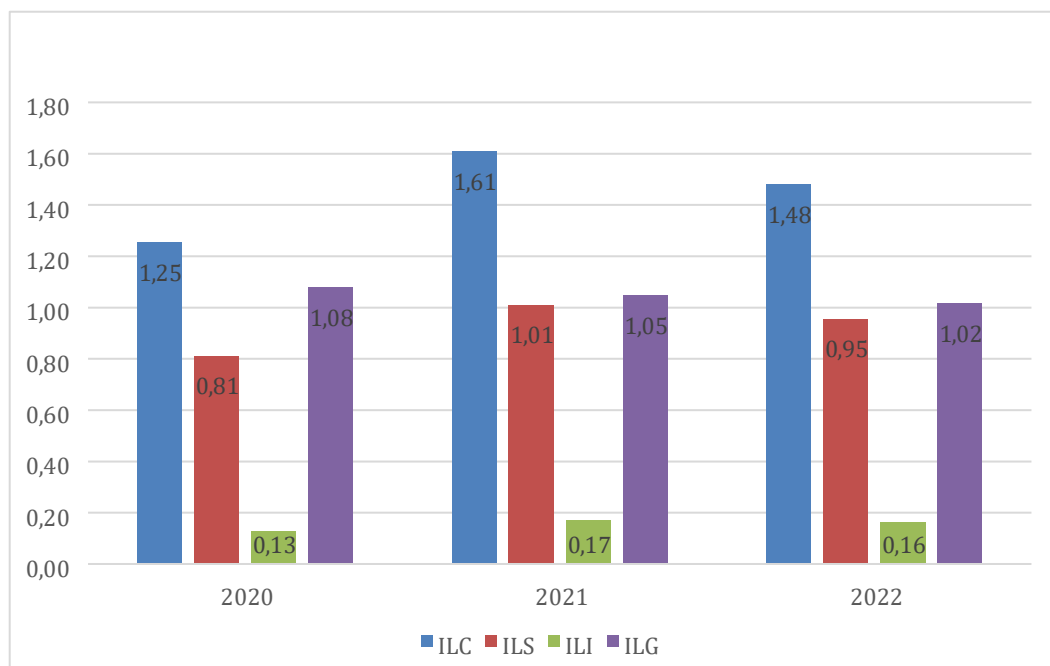
Índice de liquidez Geral (ILG): O índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazos (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) para cada real de dívidas de curto e longo prazos (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante). O resultado obtido indica se a empresa tem recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros no curto e longo prazo. Quanto maior o índice, maior é a capacidade da empresa para cumprir suas obrigações.

Quadro 02 – Cálculo índice de liquidez

Índice	Formúla	2020		2021		2022	
ILC	Ativo Circulante	16.798.810	1,25	24.509.810	1,61	21.938.136	1,48
	Passivo Circulante	13.416.145		15.257.189		14.832.925	
ILS	Ativo Circulante-Estoques	10.871.574	0,81	15.397.596	1,01	14.148.067	0,95
	Passivo Circulante	13.416.145		15.257.189		14.832.925	
ILI	Caixa e Equivalente de Caixa	1.681.376	0,13	2.566.218	0,17	2.420.045	0,16
	Passivo Circulante	13.416.145		15.257.189		14.832.925	
ILG	Ativo C + Realizavel a L.P	18.649.805	1,08	28.368.538	1,05	27.532.526	1,02
	Passivo C + Passivo não C	17.321.916		27.123.385		27.117.144	

Fonte: Os autores, 2023

Gráfico 2: Índices de Liquidez– Magazine Luiza



Neste gráfico observa-se que a Magalu possui uma boa capacidade de pagamento no curto prazo, isto é evidenciado pelo ILC. Em 2021 para cada 1,0 de dívidas, a empresa contava com 1,61 de ativos de curto prazo para cumprir com suas obrigações. Além disso, o ILG se manteve acima de 1,0, e em caso de solvência a empresa seria capaz de liquidar todas as suas dívidas (curto e longo prazo) com seu ativo, tendo ainda uma pequena sobra. Outro ponto importante é o ILS, que revelou a baixa dependência de estoques para prosseguir com suas atividades comerciais. Já o ILI foi abaixo de 1,0, indicando pouco capital líquido, desta forma, podemos constatar duas suposições: Primeiro; A empresa presa por investir o capital líquido em aplicações que tragam retornos financeiros e segundo: A imobilização do capital líquido em ativos de baixa liquidez.

3.3.3 Índices de Rentabilidade

Medem a eficiência de uma empresa de gerar lucros em relação aos seus investimentos. É calculado a partir da divisão do lucro líquido pelo investimento total da empresa.

Para APRATO, (sem data) os índices de rentabilidade consistem em medidas estabelecidas para a avaliar o desempenho econômico de uma empresa, e se está sendo rentável em relação a diversos parâmetros.

Silva (2017 p.16) diz que:

Para medir a rentabilidade, existem algumas abordagens básicas, mas existe uma maneira que é considerada como análise definitiva de rentabilidade, pois relaciona o lucro líquido após os impostos, que é a medida final do lucro alcançado com o valor do patrimônio líquido médio, mensurando a rentabilidade do maior interessado no investimento na empresa, o dono do capital. Essa rentabilidade é conhecida como a do patrimônio líquido.

As ferramentas deste índice permitem que acionistas ou empresários visualizem de forma clara seus investimentos e comparações dos seu negócio. Quanto maior o índice, mais eficiente é a empresa em gerar lucros com seus investimentos.

Martins (2020) cita várias ferramentas utilizadas para compreender a situação da empresa, são elas:

Rentabilidade do Patrimônio Líquido: Representa o Lucro Líquido do período e do patrimônio líquido. Evidencia o quanto a empresa obteve de resultados em relação ao retorno sobre o capital investido pelos acionistas na empresa. Quanto maior melhor.

Rentabilidade do Ativo: Representa a relação existente entre o lucro líquido do período e o ativo total. Este índice revela o desempenho dos capitais, próprios e de terceiros, investido na empresa. Uma rentabilidade do ativo alta indica que a empresa está utilizando seus ativos de forma eficiente, gerando mais lucro com um menor investimento. Por outro lado, uma rentabilidade do ativo baixa pode indicar que a empresa não está gerando lucro suficiente em relação ao valor de seus ativos. Ou seja, quanto maior melhor.

Prazo de retorno de investimento: Chamado de Pay-back, ele mostra em quanto tempo acontecerá o retorno do investimento inicial, ou seja, o período necessário de recuperação do investimento realizado.

Giro do Ativo: Indica a relação entre as vendas líquidas e valor do ativo total, realizadas no período. Para SZUSTER, CARDOSO e SZUSTERE esse índice compara as vendas da empresa com o seu investimento. Ou seja, indica quanto a empresa vendeu para cada real investido. Quanto mais a empresa conseguir girar o seu ativo, melhores serão os resultados.

3.3.4 Índices de Lucratividade

Conforme APRATO, (sem data) os índices de lucratividades são indicadores que medem a eficiência de uma empresa em produzir lucro a partir das suas vendas.

Para os autores SZUSTER, CARDOSO, SZUSTER (2013 p.330) A lucratividade reflete o quanto (percentual) da receita sobra para compor o resultado da empresa, a cada período. A interpretação dos indicadores de lucratividade é quanto maior, melhor.

Margem bruta: Consiste na relação entre o lucro bruto e a receita de vendas. Essa margem indica a eficiência da empresa em gerar lucro com seus produtos ou serviços, desconsiderando despesas operacionais e financeiras. Quanto maior for o índice, melhor foi o desempenho da empresa

Margem operacional: É a relação entre o lucro operacional e as receitas de vendas. Essa margem indica a eficiência da empresa em gerar lucro em suas operações principais, desconsiderando despesas financeiras e não operacionais. Quanto maior o índice melhor.

Margem líquida: É a relação entre o lucro líquido e as receitas de vendas no período. Essa margem reflete a eficiência da empresa em gerar lucro após considerar todas as despesas, incluindo despesas operacionais e financeiras. Desta forma, quanto maior for o índice, melhor será o desempenho da empresa.

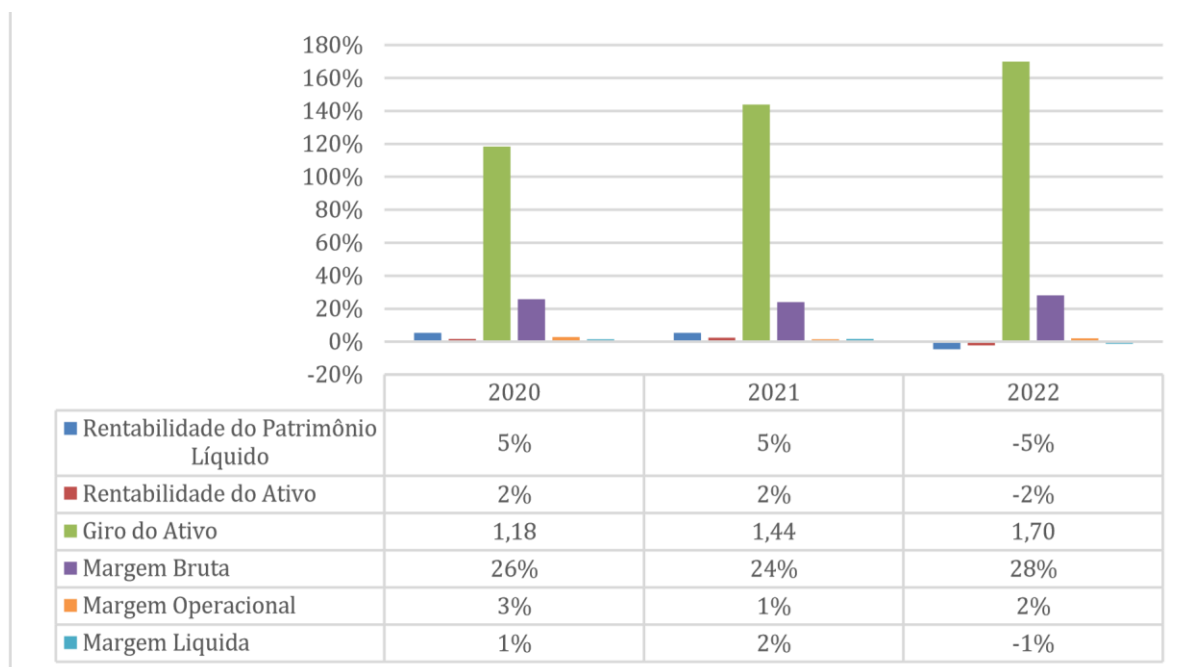
Esses indicadores são importantes para que os investidores, acionistas e gestores possam avaliar a saúde financeira de uma empresa e tomar decisões estratégicas com base em informações precisas e confiáveis.

Quando 03: Cálculo Índices de Rentabilidade e Lucratividade – Magazine Luiza

Índice	Formúla	2020		2021		2022	
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	391.709	5%	590.661	5%	-498.975	-5%
	Patrimonio Líquido	7.325.287		11.261.231		10.648.701	
Rentabilidade do Ativo	Lucro Líquido	391.709	2%	590.661	2%	-498.975	-2%
	Ativo Total	24.647.203		24.509.810		21.938.136	
Giro do Ativo	Receita vendas	29.177.113	118%	35.278.150	144%	37.299.002	170%
	Ativo total	24.647.203		24.509.810		21.938.136	
Margem Bruta	Lucro Bruto	7.519.962	26%	8.486.805	24%	10.438.896	28%
	Receita vendas	29.177.113		35.278.150		37.299.002	
Margem Operacional	Lucro Operacional	824.576	3%	470.602	1%	771.635	2%
	Receita vendas	29.177.113		35.278.150		37.299.002	
Margem Líquida	Lucro Líquido	391.709	1%	590.661	2%	-498.975	-1%
	Receita vendas	29.177.113		35.278.150		37.299.002	

Fonte: Os autores, 2023

Gráfico 3: Índices de Rentabilidade e Lucratividade – Magazine Luiza



Fonte: Os autores, 2023

Neste gráfico a Magalu se manteve rentável até o ano de 2021, onde havia um retorno de 5% sobre o capital próprio investido e 2% sobre o total aplicado no ativo (Capital próprio e de terceiros). No ano de 2022 os resultados foram negativos, no entanto, pode-se perceber que não é proveniente da atividade operacional da empresa, pois, a sua margem operacional foi de 2% no mesmo ano, além do mais, o giro do ativo chegou a 1,70, ou seja, ela gerou quase o dobro do valor de vendas em relação ao seu ativo total. Neste caso, a explicação para os resultados negativos é observada nos índices da estrutura patrimonial, principalmente no IPL e IRC, pressupõe-se que a Magalu buscou recursos de terceiros para financiar o seu ativo de baixa liquidez e esses recursos são onerosos, causando um grande gasto com encargos financeiros. É importante destacar que este inconveniente no ano de 2022 pode ser passageiro, pois, como mencionado a atividade operacional é lucrativa, ou seja, ela possui uma ótima capacidade de gerar recursos através de seu ativo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, podemos caracterizar o perfil econômico, financeiro e patrimonial da Magazine Luiza S.A da seguinte forma: É uma empresa que trabalha mais com recursos de terceiros do que com o próprio, possui um ótimo grau de liquidez e uma rentabilidade e lucratividade considerada média para o mercado. Além do mais, dispõe de uma estrutura operacional lucrativa, ou seja, ela consegue extrair o máximo de renda dos recursos aplicados no ativo e isso é um ponto a favor quando um possível investidor decide investir seu capital objetivando retorno financeiro.

Portanto, podemos afirmar que os objetivos propostos inicialmente foram atingidos, desde o embasamento com referências de autores sobre tema até a aplicação dos índices e indicadores, onde foi possível transformar os dados presentes das demonstrações contábeis em informações úteis para a análise econômica, financeira e patrimonial da Magalu.

REFERÊNCIAS

APRATO, Fernando. **Indicadores de Rentabilidade e Lucratividade**, sem data. A plataforma para desenvolver seus trabalhos e pesquisas acadêmicas. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/ead_casa/ead_casa/Aula/11331-indicadores-delucratividade-e-rentabilidade-fernando-aprato.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

CAVALCANTE, Luis Felipe de O. **Administração Patrimonial**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. *E-book*. ISBN 9788522123506. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788522123506/>. Acesso em: 05 out. 2023.

CVM E O MVM. **A plataforma para desenvolver seus trabalhos e pesquisas acadêmicas**. Disponível em: <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx>. Acesso em: 26 set. 2023.

JUNIOR., José Hernandez P.; BEGALLI, Glaucos A. **Elaboração e Análise das Demonstrações Financeiras**, 5ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2015. *E-book*. ISBN 9788597000740. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#!/books/9788597000740/>. Acesso em: 31 out. 2023.

KUAZAQUI, Edmir. **Planejamento Estratégico**. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2015. *E-book*. ISBN 9788522122523. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522122523/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

MAÇÃES, Manuel Alberto R. **Planeamento, Estratégia e Tomada de Decisão - Vol IV**. [Digite o Local da Editora]: Grupo Almedina (Portugal), 2018. *E-book*. ISBN 9789896942274. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9789896942274/>. Acesso em: 05 out. 2023.

MARION, José C.; CARDOSO, Adalberto; RIOS, Ricardo P. **Contabilidade para Executivos**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788597022629. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022629/>. Acesso em: 07 nov. 2023.

MARTINS, Eliseu. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788597025439. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597025439/>. Acesso em: 05 out. 2023.

NETO, Jocildo Figueiredo C.; MARQUES, Erico V. **Tomada de decisões gerenciais com analítica de dados**. [Digite o Local da Editora]: Editora Alta Books, 2020. *Ebook*. ISBN 9788550817101. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550817101/>. Acesso em: 05 out. 2023.

RENDER, Barry; JR., Ralph M S.; HANNA, Michael E. **Análise quantitativa para administração**. [Digite o Local da Editora]: Grupo A, 2010. *E-book*. ISBN 9788577806676. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577806676/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

SILVA, Alexandre Alcantara da. **Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2017. *Ebook*. ISBN 9788597012897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597012897/>. Acesso em: 26 set. 2023.

SZUSTER, Natan; CARDOSO, Ricardo L.; SZUSTER, Fortunée R.; et al. **Contabilidade geral: introdução à Contabilidade Societária, 4ª edição**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 9788522476848. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522476848/>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA VISANDO AMPLIAÇÃO DA ÁREA DE COBERTURA PARA UM PROVEDOR DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO

André Knapp¹
Cristiano Damaceno²

RESUMO: O trabalho aborda a importância da análise de viabilidade financeira em um mundo competitivo, onde investimentos malsucedidos podem ameaçar a saúde financeira e a continuidade dos negócios. O estudo se concentra em uma empresa de telecomunicações e visa a expansão por meio da aquisição de equipamentos para uma nova central de atendimento. O objetivo é comparar essa expansão com investimentos de baixo risco do mercado financeiro. A análise envolve a comparação das opções de investimento, a avaliação da atratividade e do retorno do projeto, bem como a determinação da estratégia financeira mais vantajosa. Os resultados apontam que a expansão é uma decisão financeiramente vantajosa, superando as alternativas de investimento em renda fixa com baixo risco. Em resumo, o trabalho ressalta a importância de análises de viabilidade financeira para tomar decisões informadas e destaca a relevância desse processo no contexto empresarial Brasileiro.

Palavras-Chave: Investimentos. Renda Fixa. Expansão de Negócios. Telecomunicações. Risco. Finanças.

ABSTRACT: This paper addresses the significance of financial feasibility analysis in a competitive world, where unsuccessful investments can jeopardize financial health and business continuity. The study focuses on a telecommunications company aiming to expand by acquiring equipment for a new point of presence (PoP). The objective is to compare this expansion with low-risk financial market investments. The analysis involves comparing investment options, evaluating project attractiveness and returns, and determining the most advantageous financial strategy. The results indicate that expansion is a financially advantageous decision, surpassing low-risk fixed-income investment alternatives. In summary, the paper underscores the importance of financial feasibility analysis for making informed decisions and highlights its relevance within the Brazilian business context.

Keywords: Investments. Fixed Income. Business Expansion. Telecommunications. Risk. Finance.

1 INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado e de extrema concorrência, não há mais espaço para investimentos malsucedidos, pois esses geram um risco a saúde financeira, a imagem e a continuidade dos negócios. Por conta disto, a análise da viabilidade de

¹Egresso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: con-andreknapp@ugv.edu.br

²Mestre em Ensino de Ciências Matemática e Tecnologias, Professor no Curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário (UGV). União da Vitória. Paraná. Brasil. E-mail: prof_cristiano@ugv.edu.br

possíveis investimentos se torna um fator essencial para gestores antes da alocação de seus recursos, e para isto, é necessário compreender qual o risco e compará-lo com outras possibilidades.

O Brasil enfrenta desafios de instabilidade política e regulatória a todo momento que podem afetar o ambiente empresarial e possíveis ampliações de negócios. Isso destaca a importância de avaliar cuidadosamente o risco ao fazer investimentos no país.

Neste estudo analisaremos para uma empresa de média porte provedora de serviços de telecomunicações, a viabilidade financeira de um investimento que visa a ampliação da área de coberta e captação de novos clientes, com a aquisição de equipamentos para uma nova central de atendimento dentro de um possível município ainda não atendido, e, confrontaremos com investimentos de capital de baixo risco.

Com isto temos como objetivo específico, comparar as possibilidades apresentadas, analisando a atratividade e o retorno do investimento do projeto, verificar se o possível investimento obteria lucratividade para a empresa e, se neste período a melhor decisão a ser tomada é, ou não, o direcionamento desses recursos financeiros na aquisição de bens para a expansão da empresa.

O procedimento adotado na presente pesquisa recorreu a instrumentos financeiros, tais como o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR) e análises comparativas com a Taxa Mínima de Atratividade (TMA). Esta análise foi realizada com o objetivo de fornecer uma avaliação minuciosa e fundamentada sobre a viabilidade do projeto de expansão em questão, oferecendo dados essenciais para embasar decisões relacionadas à distribuição de recursos.

Espera-se obter como resultado através desse, a estratégia financeira mais vantajosa para a empresa, destacando entre as hipóteses estabelecidas a melhor maneira de aplicar o capital, fornecendo assim, informações valiosas que permitirão ao empresário tomar a melhor decisão possível.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

Segundo Ribeiro (2017), o objetivo da Contabilidade é o estudo e o controle do patrimônio e de suas variações fornecendo informações úteis para a melhor tomada de decisão.

Hoje em dia, não se pode mais improvisar no ambiente empresarial pois se tornou arriscado demais. As empresas devem obter um planejamento absorvendo todas as variáveis envolvidas para assim poder articulá-las e aproveitá-las da forma mais eficaz possível (CHIAVENATO, 2021).

A Contabilidade é o alicerce na tomada de decisão para os gestores, permitindo avaliar, de forma inteligente, flexível e ágil, qual a forma mais vantajosa pretendida pela empresa no âmbito financeiro.

No Brasil, suas normas são regulamentadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), abrangendo regras, procedimentos e conceitos que devem ser cumpridos (CRCSC, 2018).

2.2 INVESTIMENTOS

De acordo com Martins (2018), investimentos são sacrifícios pela aquisição de bens ou serviços estocados nos ativos da empresa, para que haja sua baixa ou amortização na sua venda, consumo, desaparecimento ou desvalorização.

Essencialmente, representam os dispêndios realizados pela empresa com a expectativa de colher benefícios no futuro, seja por meio da comercialização desses ativos ou de sua utilização contínua nas operações do negócio. Esta definição desempenha um papel crucial na contabilidade ao distinguir os investimentos de outras despesas ou custos que não são mantidos com a mesma perspectiva de retorno ou uso. A seguir será destacado conceitos importantes a serem relevados sobre investimentos.

2.2.1 Investimentos de Baixo Risco

Um investimento de baixo risco é aquele em que a probabilidade de perda é relativamente pequena. Em geral, esses investimentos são caracterizados por ter uma

alta liquidez, ou seja, podem ser facilmente convertidos em dinheiro, e por oferecerem uma taxa de retorno relativamente baixa (ANBIMA, 2020).

2.2.2 Renda Fixa

Segundo Neto, Santos e Mello (2019, p. 13) “renda fixa é um tipo de investimento em que rendimentos reais, nominais ou indexados às taxas flutuantes são recebidos em intervalos de tempo regulares e definidos em documentos formais”.

2.2.2.1 Pré-Fixado

Modalidade de investimento, onde, o investidor conhecerá previamente o rendimento do título antes da contratação, pois a rentabilidade é fixada do início ao fim do período de resgate (GENIAL INVESTIMENTOS, 2023).

2.2.3 Certificado/Recibo de Depósito Bancário (CDB/RDB)

Certificados de Depósito Bancária segundo Assaf Neto (2021) são títulos de renda fixa, representados por depósitos a prazo e emitidos por instituições financeiras, sua subscrição constitui-se em forma de empréstimo para o banco, tendo como remuneração os juros pagos dessa tomadora de recursos.

2.2.4 Letras de Crédito Imobiliário (LCI)

As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) representam títulos de renda fixa emitidos por instituições financeiras, garantindo aos investidores o direito a valor nominal, juros e possível atualização monetária. Encontram respaldo em créditos imobiliários assegurados por hipoteca ou alienação fiduciária de bens imóveis, fornecendo base sólida em investimentos no mercado imobiliário (CVM, 2022).

2.2.5 Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)

As Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos semelhantes ao LCI em suas características. Estes, são utilizados como fonte à recursos para a cadeia do agronegócio, é possível respaldá-los com uma ampla gama, contanto que estejam associados aos direitos de crédito ligados a agricultores, suas cooperativas e outras partes interessadas. (CVM, 2022).

2.3 IMPOSTO DE RENDA (IR)

De acordo com o Art. nº 31 da Lei nº 4.625 (1922) o imposto geral sobre a renda foi estabelecido e deverá ser pago anualmente por todas as pessoas físicas ou jurídicas que residam no país, incidindo sobre a totalidade dos rendimentos líquidos de qualquer fonte.

2.3.1 Incidência de Imposto de Renda sobre Investimentos

A incidência de imposto de renda retido na fonte sobre investimentos, se dá, de acordo com tabela regressiva:

Quadro 1 – Tabela Regressiva de IR sobre Investimentos

Prazo de Aplicação	Alíquota do IR
até 180 dias	22,50%
entre 181 e 360 dias	20,00%
entre 361 e 720 dias	17,50%
acima de 720 dias	15,00%

Fonte; Adaptada com base na Lei nº 11.053, 2023.

2.4 FLUXO DE CAIXA

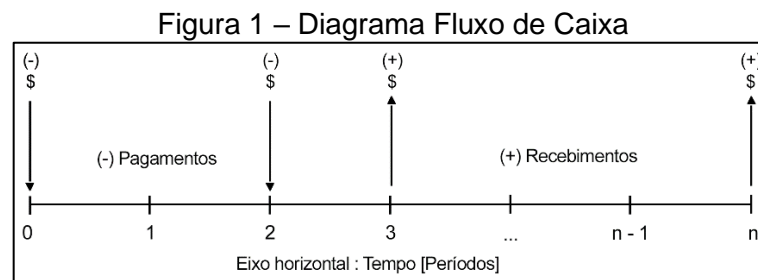
Denomina-se por Puccini (2022), fluxo de caixa como conjunto de entradas e saídas de dinheiro em determinado período, a partir do fluxo de caixa podemos

analisar custos, rentabilidade de operações financeiras e estudos de viabilidade econômica de projetos.

O fluxo de caixa é um instrumento indispensável na gestão financeira de uma empresa, permitindo verificar a liquidez e a necessidade de caixa da empresa (CAMLOFFSKI, 2014).

2.4.1 Diagrama de Fluxo de Caixa

“A representação do fluxo de caixa é feita por meio de tabelas e quadros, ou esquematicamente” (PUCCINI, 2022, p. 11)



Fonte: Adaptado de Puccini (2022, p. 11)

2.5 VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)

O valor presente líquido, é a fórmula capaz de determinar o valor presente de pagamentos futuros descontados a uma taxa de juros apropriada, o método de cálculo é apurado conforme Camloffski (2014, p. 75)

Apura, em valores atuais, o ganho financeiro previsto para o projeto. Para tanto, é necessário descapitalizar todos os valores constantes no fluxo de caixa e diminuir este resultado pelo investimento inicial.

Exemplificado por Neto (2020) o valor presente líquido é obtido pela diferença entre o valor presente esperado de duração do projeto e o valor presente do investimento (desembolso do caixa).

Figura 2 – Fórmula VPL

$$NPV = \left[\sum_{t=1}^n \frac{FC_t}{(1+K)^t} \right] - \left[I_0 + \sum_{t=1}^n \frac{I_t}{(1+K)^t} \right]$$

Fonte: Assaf Neto e Lima (2020, p. 256).

2.6 TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

A taxa interna de retorno (TIR) é o limite superior da rentabilidade estimada sobre um investimento ou projeto, pois seu procedimento de cálculo presume que entradas de caixa previstas serão reinvestidas com base na própria TIR. Também pode ser definida como a taxa de juros que torna o VPL um investimento igual a zero com as saídas previstas de caixa (CAMLOFFSKI, 2014).

Para Puccini (2022), a taxa interna de retorno de um fluxo de caixa é a taxa de desconto que faz o valor presente líquido (VPL) se tornar zero, ou seja, igual a zero.

2.7 TAXA MINIMA DE ATRATIVIDADE (TMA)

Definido por Camloffski (2014) como uma taxa indicativa de quanto será o retorno mínimo esperado pelo investidor ao implementar projetos ou aplicar investimento.

Segundo Puccini (2022), cada empresa tem sua própria taxa mínima de atratividade, variando de acordo com o negócio e a estrutura de capital da empresa podendo também, haver mais de uma TMA dependendo das características do investimento.

3 METODOLOGIA

No contexto deste estudo, o foco principal reside na avaliação da viabilidade financeira de um investimento estratégico em uma empresa de médio porte que atua no setor de telecomunicações. Este investimento tem como objetivo a expansão da área de cobertura e a captação de novos clientes por meio da aquisição de equipamentos destinados a uma nova central de atendimento, potencialmente localizada em um município até então não atendido pela empresa.

Diante dessa decisão estratégica, o estudo se propõe a responder à pergunta fundamental: é mais vantajoso direcionar os recursos financeiros disponíveis para a criação da nova central de atendimento ou investi-los em alternativas de renda pré-fixadas de baixo risco.

A coleta de dados será realizada por meio de uma análise financeira detalhada, que incluirá a obtenção de informações financeiras da empresa com o empresário, projeções esperadas de fluxo de caixa após aplicação de recursos, bem como taxas de retorno de investimentos financeiros de baixo risco em renda fixa disponíveis no mercado.

Os dados financeiros coletados serão analisados por meio de métodos de análise de investimentos, incluindo o cálculo do valor presente líquido (VPL) e sua comparação com a taxa mínima de atratividade (TMA). A análise comparativa entre o investimento na nova central de atendimento e o investimento financeiro será realizada para determinar a viabilidade do projeto inicial.

Para especificação, a pesquisa utilizou, a comparação entre os títulos de renda pré-fixada destacados no artigo, considerando como taxa mínima de atratividade (TMA) a melhor rentabilidade possível entre eles, visto que ao aplicar o dinheiro na aquisição dos equipamentos o empresário deixa de ter o rendimento dos instrumentos financeiros.

Os dados do fluxo de caixa conforme esperado e fornecido in loco pelo empresário, foram destacados no período de dois anos seguintes à aquisição dos equipamentos, após frisar essas informações passou-se a aplicar o cálculo do valor presente líquido (VPL) sobre os valores, que por sua vez trouxe de forma determinística se a alocação de capital obteve ou não retorno financeiro.

Subsequentemente evidenciou-se a taxa interna de retorno (TIR) sobre o caso, destacando quanto neste investimento o empresário ganhou ou perdeu, no intuito de fornecer uma recomendação embasada para a tomada de decisão.

Este estudo respeitará todas as considerações éticas ao lidar com informações financeiras da empresa e garantirá a confidencialidade das informações sensíveis, como solicitado pelo empresário. Não haverá impacto, pois a pesquisa se concentrará em dados financeiros e projeções.

Não se aplicam técnicas estatísticas, possíveis custos e despesas advindos da aplicação da prestação de serviço e projeções de rentabilidade futuras ao período determinado deste estudo, uma vez que a análise se concentra em avaliações financeiras de determinado período, cálculos e comparações. As decisões e resultados apresentados serão baseados em critérios apenas financeiros e de investimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 TAXA MÍNIMA DE ATRATIVIDADE (TMA)

No intuito de tomar a melhor decisão sobre o investimento de expansão da empresa, houve a comparação entre o CDBs, LCIs e LCAs pré-fixados disponíveis no mercado com o intuito de verificar qual o melhor investimento dentre as possibilidades apresentadas descontando o imposto de renda de suas respectivas rentabilidades.

Os títulos apresentados para comparação foram:

Quadro 2 – Títulos

Nº	Tipo Investimento	Instituição	Rentabilidade	Prazo
1	CDB	Banco BMG	13,24% a.a.	2 Anos
2	CDB	Banco OMI CFI	12,98% a.a.	2 Anos
3	LCI	Banco Daycoval	10,85% a.a.	2 Anos
4	LCA	Banco BDMG S.A.	9,13% a.a.	2 Anos

Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Como destacado no Quadro 1, a incidência de imposto de renda para investimento com o prazo de 720 dias (dois anos) será de 15% no momento de seu resgate, lembrando que a isenção de imposto de renda sobre Letras de Crédito se aplica apenas a investidores pessoas físicas. Para descontar o imposto de renda de suas respectivas rentabilidades é possível fazer o seguinte cálculo:

$$IR\ Incidente = Rentabilidade \times Incidência\ de\ IR \quad (1)$$

$$Rentabilidade\ Líquida = Rentabilidade - IR\ Incidente \quad (2)$$

A partir disto a rentabilidade líquida dos títulos apresentados será de:

Quadro 3 – Rentabilidade Efetiva de Títulos

Nº	Rentabilidade	IR Incidente (15%)	Rentabilidade Líquida
1	13,24% a.a.	1,99%	11,25% a.a.
2	12,98% a.a.	1,95%	11,03% a.a.
3	10,85% a.a.	1,63%	9,22% a.a.
4	9,13% a.a.	1,37%	7,76% a.a.

Fonte: Os autores (2023).

Verifica-se no Quadro 3 que a melhor rentabilidade sobre as possibilidades de aquisições de títulos é o CDB Banco BMG (número 1) com rentabilidade líquida de 11,25% a.a., esse será utilizado como taxa mínima de atratividade sobre o investimento do projeto, uma vez que o possível projeto renda menos, o mesmo não se torna mais viável. Dessa forma temos:

$$TMA = 11,25\% \text{ a. a.}$$

4.2 VALOR DO INVESTIMENTO

Estimando em uma lista, quais os produtos necessários para o funcionamento de uma central de atendimento e seus respectivos valores.

Quadro 4 – Equipamentos Central de Investimento

Item	Marca/Modelo	Quantidade	Unidade de Medida	Valor
Roteador de Bordo	Huawei/NE8000 DC	1,00	UN	R\$ 54.000,00
OLT - Acesso ONT 2048	Huawei/SmartAX MA5801-FL16	1,00	UN	R\$ 50.803,77
Fonte Nobreak Retificadora 150A	Huawei/ETP-48300	1,00	UN	R\$ 12.000,00
Ar-Condicionado 12.000 BTUs	Indiferente	1,00	UN	R\$ 2.630,00
Rack 42U	Indiferente	1,00	UN	R\$ 10.700,00
Bateria de Lítio 48V 100A	Indiferente	1,00	UN	R\$ 15.500,00
DIO 72 Fibras SC-APC	Furukawa/Dio Curto BT72 72F SM SC-APC	1,00	UN	R\$ 2.303,76
Gerador de Energia 7,5 KWA Diesel	Indiferente	1,00	UN	R\$ 8.554,44
Roteador Switch Microrotik CCR 1036	MikRotik/CCR1036-12G-4S	1,00	UN	R\$ 8.000,00
Servidor HP 980 - USADO	HP/ProLiant DL 980	2,00	UN	R\$ 50.000,00
Acessórios p/ Rack 42U	Indiferente	1,00	UN	R\$ 2.000,00
Nobreak 3.000 VA	Indiferente	1,00	UN	R\$ 4.105,25
TOTAL				R\$ 220.597,22

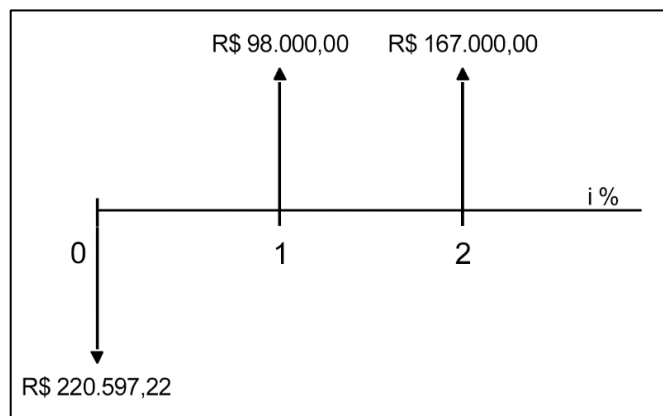
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base no quadro apresentado evidenciamos que o valor do investimento para o projeto de expansão da empresa é de R\$ 220.597,22 (duzentos e vinte mil e quinhentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos), todo este valor está disponível no caixa da empresa em conta corrente.

4.3 PROJEÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Para que pudesse ser realizada a análise econômico-financeira foi necessária à projeção dos fluxos futuros da empresa. As projeções de faturamento sobre o período de dois anos após a aquisição do equipamento, foram informadas pelo empresário in loco abaixo destacados:

Figura 3 – Fluxo de Caixa Projetado



Fonte: Os autores (2023).

Observa-se que o empresário tem como expectativa após um ano de início de suas operações no novo município faturar R\$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais), e seu segundo exercício o valor de R\$ 167.000,00 (cento e sessenta e sete mil reais).

4.4 VALOR PRESENTE LÍQUIDO (VPL)

Após a composição do fluxo do caixa, foi possível calcular o valor presente líquido.

Quadro 5 – Valor Presente Líquido do Investimento

Ano	TMA	Fluxo de Caixa	Valor Presente	VP Acumulado
0	11,35%	-R\$ 220.597,22	-R\$ 220.597,22	-R\$ 220.597,22
1	11,35%	R\$ 98.000,00	R\$ 88.010,78	-R\$ 132.586,44
2	11,35%	R\$ 167.000,00	R\$ 134.690,21	R\$ 2.103,77
VPL do Projeto	R\$ 2.103,77			

Fonte: Os autores (2023).

O Quadro 5 exhibe o cálculo do Valor Presente Líquido (VPL) com um desconto de 11,35% em relação à TMA. Após a análise, confirmamos que a aquisição dos equipamentos para a nova central é economicamente viável, uma vez que o VPL é positivo.

4.5 TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR)

Após elaborar o VPL, é calculado a taxa interna de retorno (TIR), que mostra a taxa de rentabilidade sobre o projeto. O cálculo efetuado em uma calculadora financeira Hp12C foi:

Quadro 6 – Taxa Interna de Retorno do Investimento

Memória de Cálculo
220.597,22 CHS g CF0
98.000 g CFj
167.000 g CFj
f IRR = 12,01%

Fonte: Os autores (2023).

O cálculo da TIR retornou após o cálculo uma taxa de 12,01%, sendo maior que a TMA de 11,35%, isso significa que o projeto trará maior retorno que o investimento bancário para a empresa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, muitos empresários não fazem um bom planejamento financeiro antes de realizarem seus investimentos, esse planejamento, se realizado adequadamente, poderia auxiliá-los na tomada de decisões bem embasadas, além de atuar como um escudo protetor contra os riscos potenciais associados a escolhas errôneas ou prejudiciais na alocação de recursos financeiros.

Neste estudo, nosso objetivo geral foi conduzir uma análise financeira de investimento, focada na aquisição de equipamentos destinados a uma nova central de atendimento. Para alcançar essa meta, estabelecemos objetivos específicos, que incluíram a comparação das opções disponíveis no mercado financeiro, a determinação da viabilidade do projeto e a identificação da abordagem mais rentável para alocar o capital da empresa.

Por meio dos resultados apresentados foi possível responder aos objetivos específicos definindo que as alternativas de investimentos no mercado financeiro seriam menos vantajosas para a empresa. Isso se deve ao fato de que a TIR do projeto atingiu 12,01%, superando a Taxa Mínima de Atratividade de 11,35%, o que significa que o projeto é mais lucrativo do ponto de vista financeiro.

Demonstrou-se com o VPL que o projeto geraria um lucro de R\$ 2.103,77, que, embora seja relativamente insignificante ao valor inicial do investimento, representa um marco significativo para a empresa, pois simboliza o crescimento e a expansão para um possível novo município, aumentando a visibilidade da empresa e sua capacidade de atender a novos clientes.

Em resumo, os resultados obtidos a partir da análise financeira indicam claramente que a expansão da empresa por meio da criação da nova central de atendimento é uma decisão financeiramente rentável, superando as alternativas de investimento em renda pré-fixada com baixo risco, portanto, a recomendação é que a empresa siga adiante com o projeto de expansão, uma vez que os resultados evidenciam um melhor retorno.

No entanto, caso a previsão apresentada no fluxo de caixa se revele equivocada, pode ser aconselhável para o empresário considerar investir no mercado financeiro, dada a baixa rentabilidade do VPL sobre o investimento inicial.

É relevante destacar que este estudo observou todas as considerações éticas ao lidar com informações financeiras da empresa e garantiu a confidencialidade das informações sensíveis, em conformidade com as solicitações do empresário.

Conclui-se que empresas que desejam realizar investimentos necessitam realizar um estudo de viabilidade antes da tomada de decisão, dessa maneira é possível visualizar se o projeto é viável ou não. Essa abordagem contribui para a redução de riscos e a tomada de decisões mais ponderadas, minimizando assim o potencial impacto de escolhas precipitadas ou inadequadas que possam afetar suas operações.

REFERÊNCIAS

ANBIMA. **Investimentos de baixo risco: aprenda como eles funcionam.** 2020. Disponível em: <https://comoinvestir.anbima.com.br/noticia/investimento-de-baixo-risco/>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004. **Dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l11053.htm. Acesso em: 19 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 4.625, de 31 de dezembro de 1922. **Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1923.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1922. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5143.htm. Acesso em: 15 out. 2023.

BRASIL. Lei Nº 5.143, de 20 de outubro de 1966. **Institui o Imposto sobre Operações Financeiras.** Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1965. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5143.htm. Acesso em: 14 out. 2023.

CAMLOFFSKI, Rodrigo. **Análise de investimentos e viabilidade financeira das empresas.** São Paulo: Grupo GEN, 2014. E-book. ISBN 9788522486571. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522486571/>. Acesso em: 14 out. 2023.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo - Dando Asas ao Espírito Empreendedor.** São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597028089. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028089/>. Acesso em: 17 out. 2023.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). **Títulos Bancários**. Portal do Investidor. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/investidor/pt-br/investir/tipos-de-investimentos/titulos-bancarios>. Acesso em: 15 out. 2023.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA. **Conhecer as Normas Brasileiras de Contabilidade pode evitar processos éticos e disciplinares**. CRCSC. 2018. Disponível em: <https://www.crcsc.org.br/noticia/view/6716>. Acesso em: 17 out. 2023.

GENIAL INVESTIMENTOS. **Qual a diferença entre Prefixado e Pós-Fixado**. 2023. Disponível em: <https://blog.genialinvestimentos.com.br/diferenca-entre-prefixado-pos-fixado/#:~:text=Quando%20sabemos%2C%20antecipadamente%2C%20quanto%20render%C3%A1,de%20um%20investimento%20p%C3%B3s%2Dfixado>. Acesso: 20 out. 2023.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788597018080. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597018080/>. Acesso em: 17 out. 2023.

NETO, Alexandre A. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788597026184. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026184/>. Acesso em: 19 out. 2023.

NETO, Alexandre A. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. E-book. ISBN 9788597028171. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028171/>. Acesso em: 17 out. 2023.

NETO, José Monteiro V.; SANTOS, José Carlos de S.; MELLO, Eduardo M. **O mercado de renda fixa no Brasil - Conceitos, precificação e riscos**. São Paulo: Saint Paul Publishing (Brazil), 2019. E-book. ISBN 9788580041507. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580041507/>. Acesso em: 18 out. 2023.

PUCCINI, Abelardo de L. **Matemática financeira**. São Paulo: Editora Saraiva, 2022. E-book. ISBN 9786587958064. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786587958064/>. Acesso em: 21 out. 2023.

RIBEIRO, Osni M. **Contabilidade geral**. São Paulo: Editora Saraiva, 2017. E-book. ISBN 9788547220815. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788547220815/>. Acesso em: 17 out. 2023.

TORRES, Vitor. **Como fazer o fluxo de caixa sem complicação.** Contabilizei. 2022. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/como-fazer-o-fluxo-de-caixa-sem-complicacao/>. Acesso em: 19 out. 2023.

DIVÓRCIO PARENTAL E O DESENVOLVIMENTO SOCIOACADÊMICO DOS FILHOS: UM ESTUDO DE CASO

Paloma Sarnowski da Silva¹
Eduarda Bileski Sprötte²

RESUMO: O divórcio é um evento significativo na vida de qualquer casal e pode afetar profundamente todos os envolvidos, especialmente os filhos. O manejo adequado durante esse processo é de extrema importância, pois esse período pode ser emocionalmente desafiador e impactante para as crianças, prejudicando-as. Objetivou-se analisar, por meio de um estudo de caso, as habilidades sociais e competências acadêmicas de um sujeito cujo qual passou pelo advento da separação dos genitores. Foram utilizados três instrumentos, sendo eles: Processo Judicial Eletrônico, Questionário Sociodemográfico, e Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica Para Crianças. Foi realizada a coleta de dados com o sujeito, sua genitora e sua professora, conforme demanda o teste. Os resultados indicam repertório deficitário em civilidade e cooperação, e competência acadêmica mediana. Esses resultados podem causar prejuízos, principalmente em dificuldades de relacionamentos e problemas de comportamento. Destaca-se a importância crucial de um manejo cuidadoso e sensível com os filhos durante o processo de separação dos pais. Esse manejo pode ser considerado como instrumento para prevenção de déficits em habilidades sociais e competências acadêmicas.

Palavras-Chave: Desenvolvimento infantil. Habilidades Sociais. Competência Acadêmica. Problemas de Comportamento.

Abstract: Divorce is a significant event in the lives of any couple and can deeply affect everyone involved, especially the children. Proper management during this process is extremely important, as this period can be emotionally challenging and impactful for children, harming them. The objective is to analyze, through a case study, the social skills and academic skills of a subject who went through the advent of parental separation. Three instruments were used, namely: Electronic Judicial Process, Sociodemographic Questionnaire, and Inventory of Social Skills, Behavior Problems and Academic Competence for Children. Data collection was carried out with the subject, his mother and his teacher, as required by the test. The results indicate a deficient repertoire in civility and cooperation, and average academic competence. These results can cause harm, especially in relationship difficulties and behavioral problems. The crucial importance of careful and sensitive management of children during the process of parental separation is highlighted. This management can be considered as an instrument for preventing deficits in social skills and academic skills.

Keywords: Child development. Social skills. Academic Competence. Behavior Problems.

¹ Acadêmica do curso de Psicologia – UGV - Centro Universitário – União da Vitória – Paraná – Brasil.

² Psicóloga (CRP 12/23768); Professora do curso de Psicologia – UGV - Centro Universitário – União da Vitória – Paraná – Brasil.

1 INTRODUÇÃO

O divórcio é um acontecimento que provoca diversas consequências e mudanças na estrutura familiar. Tem-se observado que esse rompimento não afeta somente o casal, mas também os filhos. Quando esse processo ocorre na primeira infância, quando as crianças ainda são novas demais para entender toda a situação, esses indivíduos acabam enfrentando uma situação difícil e de grande impacto em suas vidas desde muito cedo (CRUZ *et al*, 2013). Os problemas frequentemente associados à separação dos pais podem compreender um desempenho acadêmico inferior, relações insatisfatórias com os colegas e uma elevada incidência de problemas de comportamento (VILLAS BOAS, 2007).

Não só o fato do divórcio causa danos para a criança, mas também a maneira pela qual ela é exposta a esse processo. Pode-se dizer que o filho sofre antes, durante e após o ocorrido. A adaptação das crianças depende do contato com a figura parental, bem como do ajuste dessa figura diante das dificuldades que podem surgir em decorrência desse acontecimento (CRUZ *et al*, 2013). A infância é um período crucial para a aprendizagem de habilidades sociais. Uma parcela significativa do que a criança aprende é decorrente do contexto familiar. Os pais desempenham um papel fundamental na mediação da aquisição das habilidades sociais da criança. Dessa forma, ressalta-se a relevância do contexto familiar para estabelecer relações educativas que promovam o desenvolvimento social dos filhos (VILLAS BOAS, 2007).

O fato é que divórcios acontecem, e continuarão acontecendo, sendo necessário, portanto, a compreensão do impacto que este pode ter na qualidade de vida dos filhos envolvidos. Necessita-se abordar esse assunto com sensibilidade, a partir do pressuposto de identificação de formas de minimizar os prejuízos, bem como promover a temática que ainda é pouco explorada. Dessa forma, filhos com pais divorciados possuem habilidades sociais e acadêmicas afetadas? Diante do exposto, o objetivo do presente estudo se configura em avaliar as habilidades sociais e competências acadêmicas de um sujeito com genitores divorciados, relacionando esses aspectos com a experiência da separação vivenciada pelo núcleo familiar.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E A CONTRIBUIÇÃO PARENTAL

No decorrer do desenvolvimento infantil, a criança se desenvolve em diversos aspectos, sendo influenciada tanto por fatores genéticos como pelo meio em que a criança vive. A família desempenha um papel fundamental nesse processo, fornecendo cuidados essenciais, como carinho, alimentação, higiene, segurança e um ambiente propício para estimular o crescimento da criança. Conflitos familiares e uma relação parental de má qualidade prejudicam o desenvolvimento do menor, causando danos emocionais e impactando seu progresso geral. Portanto, é essencial que a criança cresça em um ambiente favorável e com pais amorosos. Por outro lado, um ambiente adverso pode resultar em prejuízos no desenvolvimento e nas interações sociais da criança (CÓRIA-SABINI, 1997).

2.2 O DIVÓRCIO, MANEJO E AS CONSEQUÊNCIAS

O episódio da separação influencia no desenvolvimento de uma criança. O que irá diferir a proporção dos efeitos é a maneira como essa desunião ocorre. A reação das crianças à cisão dos pais varia. Em alguns casos, exposição constante a brigas entre os pais causa mais perturbação do que a própria separação. As crianças geralmente se adaptam melhor a serem criadas por um único genitor em um ambiente tranquilo do que em um lar onde ambos os pais estão constantemente em conflito (MICCIONE; MELO, 2014). Espera-se que os atritos entre os genitores cessem após a desunião, no entanto, em algumas situações os conflitos persistem, e as crianças vivem no meio dessa hostilidade, com os pais expressando ódio entre si (CADOLLE, 2006).

Quanto a condução do processo de separação conjugal, é fundamental explicar à criança sobre a situação que está por vir. Ocultar informações que impactarão a vida dela pode prejudicar a confiança nos pais. A separação não deve ser abrupta, dando à criança tempo para compreender. A forma como a separação é comunicada é crucial. A conversa deve enfatizar que o bem-estar da criança é uma prioridade e que ela não tem culpa pela situação. Manter a ideia de que a criança é amada, apesar das

mudanças, preserva sua autoestima e reduz o sentimento de culpa. Aqueles que se separam são o casal amoroso, o casal matrimonial. O casal parental seguirá com a responsabilidade de zelar, resguardar e suprir as exigências materiais e emocionais dos filhos. A prática da coparentalidade, em que os ex-cônjuges deixam as desavenças de lado e priorizam o bem-estar das crianças, é essencial (CADOLLE, 2006).

2.3 HABILIDADES SOCIAIS E COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS

As habilidades sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento social e acadêmico durante a infância (GRESHAM; ELLIOTT, 2016). O desempenho social abrange todos os comportamentos em relação a outras pessoas, afetando ou não a qualidade dos relacionamentos. Competência social é a habilidade de alinhar pensamentos, sentimentos e ações para atingir objetivos pessoais e sociais positivos. Habilidades sociais se aplicam a vários aspectos do comportamento social e são essenciais para uma boa qualidade de vida e relações interpessoais. Competência social na infância correlaciona-se positivamente com desempenho acadêmico, responsabilidade, independência e cooperação, indicando um funcionamento adaptativo (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

A aprendizagem de habilidades sociais é um processo contínuo ao longo da vida, permitindo a superação de déficits e dificuldades. Começa na infância, com influência da família e posteriormente em outros ambientes, como escola e vizinhança. Considerando os problemas interpessoais mais comumente encontrados entre crianças, propõe-se sete classes prioritárias de habilidades sociais a serem desenvolvidas, incluindo autocontrole emocional, civilidade, empatia, assertividade, estabelecimento de amizades, resolução de problemas interpessoais e habilidades sociais acadêmicas. Isso visa aprimorar o desenvolvimento interpessoal das crianças (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005).

A competência acadêmica é definida como “o funcionamento geral da criança, de acordo com o julgamento do professor” (GRESHAM; ELLIOTT, 2016, p. 32). Existe uma forte relação entre competência acadêmica e competência social. Crianças com problemas de aprendizagem frequentemente enfrentam desafios em suas interações sociais. Comparando crianças com e sem dificuldades de aprendizagem, observa-se

que aquelas com dificuldades apresentam maiores déficits nas interações sociais. Em resumo, crianças com bom desempenho acadêmico geralmente tem um repertório social mais desenvolvido. Portanto, o desenvolvimento das habilidades sociais em crianças pode beneficiar seu desempenho acadêmico (BANDEIRA; ROCHA; PIRES, 2006).

2.4 ESTILOS E PRÁTICAS PARENTAIS

Os modos de criação são reconhecidos como uma importante influência no desenvolvimento humano. De acordo com Pacheco; Teixeira; Gomes (1999, p.1), estilos parentais são definidos como “a forma como os pais lidam com as questões de poder e hierarquia na relação com os filhos, e as posições que adotam frente aos problemas disciplinares, ao controle do comportamento e à tomada de decisões”. Os estilos são classificados em quatro tipos, sendo eles: autoritário, autoritativo, indulgente e negligente. Os estilos parentais têm impacto no desempenho dos filhos, abrangendo áreas como acadêmica e competência social. Crianças que percebem seus pais como autoritativos tendem a se sair melhor em várias áreas (CARNEIRO; OLIVEIRA, 2013).

Pais autoritativos guiam as atividades dos filhos de forma racional, promovendo o diálogo e compartilhando o raciocínio por trás de suas ações. Eles consideram as opiniões da criança, estabelecem controle firme em áreas de discordância e reconhecem os interesses e individualidades da criança (WEBER; PRADO; VIEZZER; BRANDENBURG, 2004).

Práticas parentais referem-se a estratégias usadas pelos pais para guiar o comportamento dos filhos no cotidiano. Elas tem um impacto direto no desempenho escolar. Mudanças no estado civil dos pais podem afetar negativamente essas práticas, levando a menos afeto e comunicação. “As práticas parentais seriam os preditores mais importantes do bem-estar emocional e da adaptação social e escolar da criança cujos pais se separaram e/ou se recasaram” (LEME; MARTURANO, 2014, p. 2).

3 MÉTODO

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente trabalho tem natureza básica. Aborda o problema de um ponto de vista qualitativo, tendo objetivo exploratório. Como procedimento técnico se refere a um estudo de caso. A pesquisa do ponto de vista da natureza básica tem como objetivo gerar aprendizado novo para o crescimento da ciência. O método qualitativo pretende entender e interpretar o fenômeno em estudo, por meio de entrevistas ou questionários com perguntas abertas. Trata-se de um estudo de caso, que tem como característica envolver o estudo profundo e intenso de um sujeito de maneira que se permite o amplo e detalhado conhecimento (SHAUGHNESSY; ZECHMEISTER; ZECHMEISTER, 2012).

3.2 POPULAÇÃO AMOSTRAL

O presente estudo de caso é composto por um sujeito único, sendo uma criança de dez anos de idade, sexo feminino, que presenciou o processo de divórcio dos seus genitores quando tinha três anos de idade.

3.3 INSTRUMENTOS

A coleta de dados se deu a partir de três instrumentos. O primeiro instrumento utilizado foi o Processo Judicial Digital (PROJUDI). É um recurso eletrônico onde encontra-se os processos judiciais instaurados, fornecendo os dados do caso. O segundo instrumento foi o questionário Sóciodemográfico, cujo qual teve por objetivo investigação, descrição e classificação da amostra, contendo dados da família, história pessoal, rotina familiar, e sobre o processo da separação. O questionário foi avaliado e validado por três psicólogas docentes do curso de Psicologia da Ugv – Centro Universitário.

O terceiro instrumento é o Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças (SSRS)¹, uma ferramenta estruturada e amplamente usada para avaliar habilidades sociais em crianças em

¹ Instrumento favorável pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, de uso restrito do profissional da Psicologia, como previsto na Resolução CFP nº 31/2022.

idade escolar. Para uma avaliação precisa, é aconselhável obter dados de vários informantes que interagem com a criança em diferentes ambientes. O teste inclui três formulários de avaliação para a criança, os pais e os professores e é destinado a crianças de 6 a 13 anos, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

O SSRS produz escores e percentis gerais e fatoriais relacionados a Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica, com base nas avaliações de pais, professores e da própria criança. O escore geral em habilidades sociais fornece uma visão ampla das competências e deficiências da criança, mas uma análise mais detalhada envolve a avaliação dos fatores isolados, como empatia, afetividade, responsabilidade, autocontrole, civilidade, cooperação, assertividade e desenvoltura social (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

3.4 PROCEDIMENTOS E ASPECTOS ÉTICOS

A participante foi selecionada por meio do sistema eletrônico *PROJUDI*. O contato e agendamento de entrevistas foram feitos via WhatsApp. A coleta de dados ocorreu entre agosto e setembro de 2023, com a genitora e a criança na Vara da Infância e Juventude. A professora foi entrevistada em uma sala de aula da escola em que leciona. O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Núcleo de Ética e Bioética (NEB) do Centro Universitário Ugv, sob o Protocolo 2023/064. Todos os participantes da pesquisa consentiram por escrito através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além disso, obteve-se uma autorização para utilizar as instalações da Vara da Infância e Juventude.

4 RESULTADOS

Os resultados do presente estudo destacam os resultados obtidos através do SSRS, e serão dispostos a partir de: resultados da criança, resultado dos pais e, resultado dos professores. Os resultados da criança indicaram um escore geral de habilidades sociais altamente elaborado, acima da média para praticamente todos os itens e subescalas. Dentre os escores fatoriais, destaca-se o de responsabilidade

(100%). Em contrapartida, o escore de empatia/afetividade foi o de menor percentil (50%). Os demais dados estão descritos na tabela 1.

A apuração dos resultados dos pais, tendo a genitora como informante, indicou um escore geral de habilidades sociais elaborado (70%). Em relação aos escores fatoriais, destaca-se o repertório abaixo da média para Civilidade (20%). Com relação a escala de Problemas de Comportamento, indicou-se um escore geral médio superior para Problemas de Comportamento (75%).

Tabela 1 - Apuração e Interpretação dos Resultados da Criança

HABILIDADES SOCIAIS		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	80%	Repertório altamente elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais altamente satisfatórias nesses itens.
Escore Fatorial – Empatia/ Afetividade	50%	Bom repertório de habilidades sociais, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits nesses itens e subescalas em que aparecem.
Escore Fatorial – Responsabilidade	100%	Repertório altamente elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais altamente satisfatórias nesses itens.
Escore Fatorial – Autocontrole/ Civilidade	70%	Repertório elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais bastante satisfatórios.
Escore Fatorial – Assertividade	90%	Repertório altamente elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais altamente satisfatórias nesses itens.

Fonte: As autoras, 2023

A tabela 2 aponta e descreve os dados.

Tabela 2 - Apuração e Interpretação dos Resultados dos Pais

HABILIDADES SOCIAIS		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	70%	Repertório elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais bastante satisfatórios.
Escore Fatorial – Responsabilidade	50%	Bom repertório de habilidades sociais, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits nesses itens e subescalas em que aparecem.
Escore Fatorial – Autocontrole	80%	Repertório altamente elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais altamente satisfatórias nesses itens.
Escore Fatorial – Afetividade/ Cooperação	90%	Repertório altamente elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais altamente satisfatórias nesses itens.
Escore Fatorial – Desenvoltura Social	70%	Repertório elaborado de habilidades sociais, com resultados acima da média. Indicativo de recursos interpessoais bastante satisfatórios.
Escore Fatorial – Cívildade	20%	Repertório abaixo da média inferior de habilidades sociais. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais, especialmente naquelas escalas e itens mais críticos para o ajustamento social e acadêmico.
PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	75%	Repertório médio superior para problemas de comportamento, com resultados acima da média. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – PC Externalizantes	75%	Repertório médio superior para problemas de comportamento, com resultados acima da média. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – PC Internalizantes	55%	Repertório mediano para problemas de comportamento, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits. Indicativo de atenção apenas preventiva.

Fonte: As autoras, 2023

A apuração dos resultados dos professores indicou um escore geral de habilidades sociais abaixo da média (30%). Destaca-se repertório abaixo da média

para Cooperação/Afetividade e Responsabilidade. Com relação aos Problemas de Comportamento, tem-se repertório médio superior. Dentro dos fatores, destaca-se repertório acima da média, indicando necessidade de atenção, para Problemas de Comportamento Hiperatividade (80%). Tem-se indicativo de Competência Acadêmica mediana (40%). A tabela 3 aponta e descreve os dados.

Tabela 3 - Apuração e Interpretação dos Resultados dos Professores

HABILIDADES SOCIAIS		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	30%	Repertório médio inferior de habilidades sociais, com resultados abaixo da média. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – Responsabilidade	25%	Repertório abaixo da média inferior de habilidades sociais. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – Autocontrole	50%	Bom repertório de habilidades sociais, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits nesses itens e subescalas em que aparecem.
Escore Fatorial – Assertividade/Desenvoltura Social	50%	Bom repertório de habilidades sociais, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits nesses itens e subescalas em que aparecem.
Escore Fatorial – Cooperação/Afetividade	15%	Repertório abaixo da média inferior de habilidades sociais. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
PROBLEMAS DE COMPORTAMENTO		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	70%	Repertório médio superior para problemas de comportamento, com resultados acima da média. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – PC Externalizantes	75%	Repertório médio superior para problemas de comportamento, com resultados acima da média. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais.
Escore Fatorial – PC Hiperatividade	80%	Repertório acima da média superior para problemas de comportamento. Indicativo de necessidade de treinamento de habilidades sociais, e também de atenção ao manejo de contingências por parte dos significantes (pais e professores).

Escore Fatorial – PC Internalizantes	40%	Repertório mediano para problemas de comportamento, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits. Indicativo de atenção apenas preventiva.
COMPETÊNCIA ACADÊMICA		
Escores	Percentil	Interpretação
Escore Geral	40%	Competência acadêmica mediana, com resultados dentro da média ou equilíbrio entre recursos e déficits. Indicativo de necessidade de manutenção preventiva sobre as condições que favorecem o desempenho acadêmico.

5 DISCUSSÃO

Quanto ao escore geral de habilidades sociais, houve indicativo de um repertório altamente elaborado (80%) resultante da avaliação do próprio sujeito (tabela 1); repertório altamente elaborado (70%) resultante da avaliação da genitora (tabela 2); e um repertório médio inferior (30%) resultante da avaliação do professor (tabela 3). Há divergências nas avaliações entre os respondentes na maioria dos itens avaliados. Os dados obtidos através do professor, mostraram um desempenho mais deficitário nas classes referentes as habilidades sociais. O formulário de aplicação dos professores possui valores altos de confiabilidade para as estruturas analisadas, enquanto o dos pais possui valor razoável, e do próprio sujeito possui valor abaixo do esperado (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

Com relação a classe de responsabilidade cabe também a comparação com os dados obtidos através do próprio sujeito, evidenciando a classe com um repertório altamente elaborado da habilidade (100%), divergindo dos dados obtidos através do professor, onde se enquadra como um repertório abaixo da média (25%). A responsabilidade se refere aos comportamentos que demonstram compromisso com tarefas e regras preestabelecidas para atividade, como fazer as tarefas de casa no tempo estabelecido e seguir instruções (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

O escore geral de problemas de comportamento do sujeito permaneceu alto em todas as avaliações (75% e 70%), abrangendo ações que violam normas sociais ou expectativas apropriadas para idade ou contexto. Os problemas foram categorizados em três grupos: Externalizantes (agressão e falta de controle

emocional), Internalizantes (ansiedade, tristeza, solidão, baixa autoestima) e Hiperatividade (movimento excessivo e impulsividade). Entende-se que se a criança apresenta um padrão de problemas de comportamento em situações sociais, ela pode não ter a oportunidade de aprender a se relacionar de forma socialmente habilidosa (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

Os problemas interpessoais resultam da carência de habilidades sociais, como empatia, comunicação de sentimentos e resolução de problemas, e estão associados a fatores cognitivos e emocionais, como baixa autoestima, crenças disfuncionais, impulsividade e traços temperamentais difíceis (CIA; BARHAM, 2009). Com base nos dados obtidos pelo próprio sujeito, a empatia foi classificada como média (50%). A empatia diz respeito a comportamentos que demonstram interesse e respeito pelos sentimentos e perspectivas de outras pessoas, envolvendo a capacidade de compreender e se identificar com as emoções e experiências dos outros (GRESHAM; ELLIOTT, 2016). Apesar da classificação dentro da média, é uma habilidade a qual pode ser aprimorada, visto sua relevância para as relações interpessoais.

De acordo com a tabela 2, há um repertório baixo de civilidade (20%). Essa habilidade envolve comportamentos que estão de acordo com as normas básicas de convivência social (GRESHAM; ELLIOTT, 2016). A classe de civilidade contribui significativamente para as interações sociais, na medida em que a dificuldade da criança nessa habilidade pode resultar em não conhecer as normas do grupo em que deseja se inserir, dificultando a socialização (DEL PRETTE: DEL PRETTE, 2005).

A competência acadêmica do sujeito apresentou indicativo de necessidade de manutenção preventiva (tabela 3). Competências acadêmicas são um conjunto de habilidades, conhecimentos e capacidades que um indivíduo adquire ao longo de sua jornada educacional e que são essenciais para o sucesso na vida acadêmica. Nesse caso, essa avaliação é importante porque o sucesso ou insucesso escolar apresenta correlações com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem (GRESHAM; ELLIOTT, 2016). Nota-se, portanto, que o índice baixo na habilidade de civilidade pode ter relação com o desempenho acadêmico mediano. Ressalta-se ainda, a importância de estratégias preventivas com intuito de aprimorar as habilidades acadêmicas.

As habilidades sociais das crianças são indicadores cruciais do seu sucesso acadêmico. O ambiente escolar é um contexto centrado em relações interpessoais. As relações da criança desempenham um papel fundamental no processo de ensino e aprendizado. Sendo assim, se a criança não possui uma desenvoltura social, e possui dificuldades em habilidades sociais, pode haver consequências no aprendizado, resultando em um desempenho acadêmico inferior (DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2005). Crianças com dificuldades de aprendizagem tendem a exibir características interpessoais como agressividade, interações negativas com colegas, problemas de personalidade, menor foco em tarefas e um repertório limitado de comportamentos sociais apropriados e desejáveis (MOLINA; DEL PRETTE, 2006).

O sujeito em questão apresenta índices baixos nas habilidades de civilidade e cooperação, avaliadas pela genitora e pela professora respectivamente, habilidades estas que podem prejudicar sua desenvoltura social no ambiente escolar. Nesse caso, pode-se analisar que a competência acadêmica mediana do sujeito pode se relacionar com o índice baixo em cooperação apresentado na avaliação da professora. Cooperação se refere aos comportamentos que contribuem para o andamento de uma atividade e/ou atendem necessidades de outros (GRESHAM; ELLIOTT, 2016).

Levando em consideração o pressuposto de que o comportamento social é influenciado por características do ambiente, e que ambientes desfavoráveis podem levar a déficits em habilidades sociais e comportamentos socialmente competentes (CASALI-ROBALINHO; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2015). Considerando e analisando o processo judicial decorrente da separação dos genitores, é relevante pontuar que esse processo foi conduzido de forma perturbada, e que a criança presenciou situações que a influenciaram psicologicamente, fato evidenciado pela psicóloga atuante nos autos.

Práticas parentais inadequadas, como conflitos, violência ou negligência, aumentam o risco de problemas de comportamento em crianças, tornando-as mais vulneráveis a impactos prejudiciais em seu desenvolvimento (CIA; PAMPLIN; DEL PRETTE, 2006). Durante o convívio dos genitores ainda enquanto casal, a criança presenciou várias agressões do pai para a genitora. Houve diversos conflitos entre os genitores no decorrer do processo da separação. A criança foi exposta a conteúdos sexuais pelo genitor, e subornada a não relatar o acontecido. Posterior a exposição a

conteúdos sexuais, a criança apresentou comportamentos sexuais aguçados para a sua fase de desenvolvimento.

Quando as condições ambientais são desfavoráveis, podem ocorrer déficits nas habilidades (DEL PRETTE: DEL PRETTE, 2005). A exposição do sujeito a eventos estressores, podem ser consideradas situações desfavoráveis para o seu desenvolvimento. Haja vista que as habilidades sociais são aprendidas através da socialização, primordialmente no ambiente familiar, e que a aprendizagem da criança é afetada pelas condições presentes em seu ambiente (CASALI-ROBALINHO; DEL PRETTE; DEL PRETTE, 2015), pode-se considerar que a falta de um modelo parental, práticas parentais efetivas e má condução do processo de separação podem ter sido fatores para os baixos índices apresentados pelo sujeito em algumas classes, que podem vir a impactar na qualidade de suas relações interpessoais no futuro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do histórico de vida apresentado e da avaliação realizada, nota-se o baixo repertório da habilidade social de civilidade do sujeito avaliado no contexto familiar pela genitora, e baixo índice de cooperação e competência acadêmica mediana no contexto escolar, avaliado pela professora. O baixo repertório destas classes pode causar prejuízos, principalmente em fases posteriores, em termos de dificuldades de relacionamentos e problemas de comportamento. Entre vários fatores que podem influenciar os baixos índices dessas habilidades, um deles pode ser a forma como os genitores conduziram os conflitos conjugais, sendo faltante um modelo parental efetivo para a criança.

A importância de um manejo cuidadoso e sensível com os filhos durante o processo de separação dos pais é crucial. Esse manejo pode ser considerado como instrumento para prevenção de déficits em habilidades sociais e competências acadêmicas. A cisão dos pais é um desafio para todas as partes envolvidas, mas é também uma oportunidade para os genitores demonstrarem o cuidado e compromisso contínuo com os filhos. Destaca-se a necessidade de mais avaliações para que haja a definição do impacto da separação referente as habilidades sociais e competências

acadêmicas do sujeito, sendo necessário avaliar outros aspectos em diversos contextos e promovendo uma comparação com filhos de pais não divorciados.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Maria; ROCHA, Sandra Silva; PIRES, Luisa Gonçalves. Competência acadêmica de crianças do Ensino Fundamental: características sociodemográficas e relação com habilidades sociais. **Interação em Psicologia**, 2006. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/5773/4209>>. Acesso em 01 mai. 2023.

BENETTI, Sílvia Pereira da Cruz. **Conflito Conjugal: Impacto no Desenvolvimento Psicológico da Criança e do Adolescente**. Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/8z7BqGvXbnbpbD5vdw4H8qy/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 23 ago. 2022.

CADOLLE, Sylvie. **Dois casas para crescer: como lidar com os filhos na separação**. São Paulo, Larousse do Brasil, 2006. Acesso em 23 ago. 2022.

CARNEIRO, Rachel Shimba; OLIVEIRA, Maria Gabriela de Castro. Um estudo da relação entre estilos parentais e habilidades sociais. **Revista Augustus**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/229105119.pdf>>. Acesso em 12 out. 2023.

CASALI-ROBALINHO; Ivana Gisel; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira; DEL PRETTE, Almir. Habilidades Sociais como Preditores de Problemas de Comportamento em Escolares. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/7gVdfKW9s9hrtgG8vww7c4xG/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 out. 2023.

CIA, Fabiana; BARHAM, Elizabeth Joan. Repertório de habilidades sociais, problemas de comportamento, autoconceito e desempenho acadêmico de crianças no início da escolarização. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/SRFjYhZv8DNXmJDG9VQYvRK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 out. 2023.

CIA, Fabiana; PAMPLIN, Renata Christian de Oliveira; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Comunicação e participação pais-filhos: correlação com habilidades sociais e problemas de comportamento dos filhos. **Pesquisas Empíricas**, Paidéia, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/hZ8mXNcphFgJ4BSFXHFncvm/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 out. 2023.

CÓRIA-SABINI, Maria Aparecida. **Psicologia do Desenvolvimento**. 2ª edição, São Paulo: Ática, 1997. Acesso em 25 ago. 2022.

CRUZ, Daiane Cristina Macedo; SANTANA, Elane Carvalho de; BARBOSA, Laíge Pereira, SILVA, Sara Querzia da Cruz; SILVA, Sarah Raquel Siqueira; BARBOSA, Vera Lúcia. **Divórcio dos pais: até que ponto isso interfere negativamente nos filhos que estão em fase de desenvolvimento.** Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em:<
<file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/975-Texto%20do%20artigo-3591-1-10-20131017.pdf>>. Acesso em 27 mar. 2023.

GRESHAM, Frank M.; ELLIOTT, Stephen N. **Inventário de Habilidades Sociais, problemas de Comportamento e Competência Acadêmica Para Crianças.** São Paulo, Pearson Clinical Brasil, 2016. Acesso em 20 mar. 2023.

LEME, Vanessa Barbosa Romera; MARTURANO, Edna Maria. Preditores de Comportamentos e Competência Acadêmica de Crianças de Famílias Nucleares, Monoparentais e Recasadas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2014. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/prc/a/KwsCfFRRrFPXBgrLwWVtsgg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 30 abr. 2023.

MICCIONE, Mariana Moraes; MELO, Neiva Soares de Almeida. As consequências do divórcio dos pais sobre o desenvolvimento infantil: contribuição da abordagem cognitivo-comportamental. **Revista Estação Científica**, Juiz de Fora, 2014. Disponível em:
<http://portal.estacio.br/docs%5Crevista_estacao_cientifica/03.pdf>. Acesso em 30 ago. 2022.

MOLINA, Renata Cristina Moreno; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Funcionalidade da relação entre habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem. **Psico-USF**, 2006. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/pusf/a/jqR4mrtJKHf8FJN7qJjWcbK/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 out. 2023.

PACHECO, Janaína T. B.; TEIXEIRA, Marco A. P.; GOMES, William B. Estilos Parentais e Desenvolvimento de Habilidades Sociais na Adolescência. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 1999. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/ptp/a/rg5m9Ryx5HMRq5FG39BMDLS/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 30 abr. 2023.

PRETTE, Zilda A.P. Del; PRETTE, Almir Del. **Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. Acesso em 20 mar. 2023.

SHAUGHNESSY, John J.; ZECHMEISTER, Eugene B.; ZECHMEISTER, Jeanne S. **Metodologia de pesquisa em psicologia.** AMGH Editora, 9 edição, Porto Alegre, 2012. Acesso em 17 ago. 2023.

VILLAS BOAS, Ana Carolina Villares Barral. **Comportamento infantil, separação conjugal e habilidades sociais educativas parentais.** UNESP, 2007. Disponível em: Acesso em 27 mar. 2023.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj; PRADO, Paulo Müller; VIEZZER, Ana Paula; BRANDENBURG, Olivia Justen. Identificação de Estilos Parentais: O Ponto de Vista dos Pais e dos Filhos. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2004. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/prc/a/xP7PmbNp3Q5W76DPMzL935C/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em 30 abr. 2023.

ESTILOS DE LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

Cristofer França de Azeredo¹
Jonas Elias de Oliveira²
Hilton Tomal³
Jonas Guilherme de Oliveira⁴

RESUMO: Um líder dentro da organização tem que se mostrar eficiente no seu dia a dia, pois ele deve se alinhar ao jeito da empresa e moldar seu estilo de liderança para que agrade não apenas a empresa, mas também seus liderados. Pensando nesses aspectos, o presente artigo tem por finalidade apresentar a importância da liderança no contexto organizacional, bem como as teorias de base, seus tipos e demais peculiaridades e variáveis que implicam positiva ou negativamente sob o processo de gestão de pessoas no ambiente das organizações. Entretanto, há uma dificuldade em adequar uma percepção clara sobre a importância da atuação de um líder assertivo para motivar, orientar, comandar e influenciar seus liderados, repercutindo em resultados satisfatórios para a organização como um todo. O objetivo é constatar a importância do líder para a organização, identificar conceitos, estilo de liderança, e características e habilidades do líder. Para entender o universo da liderança foi utilizada a pesquisa bibliográfica para conhecer as definições de liderança, a importância da liderança nas organizações.

Palavras-chave: Liderança. Estilos de liderança. Tipos de Liderança.

ABSTRACT: A leader within an organization has to be efficient in their day-to-day work, as they must align themselves with the company's way of doing things and shape their leadership style so that it pleases not only the company, but also those they lead. With these aspects in mind, the purpose of this article is to present the importance of leadership in the organizational context, as well as the basic theories, their types and other peculiarities and variables that have a positive or negative impact on the people management process in organizations. However, there is a difficulty in establishing a clear perception of the importance of an assertive leader's ability to motivate, guide, command and influence those they lead, resulting in satisfactory results for the organization as a whole. The aim is to ascertain the importance of the leader for the organization, identify concepts, leadership style, and the characteristics and skills of the leader. In order to understand the universe of leadership, bibliographical research was used to learn about the definitions of leadership and the importance of leadership in organizations.

Keywords: Leadership. Leadership styles. Types of leadership.

¹ Bacharel em Administração pela Ugv - Centro Universitário.

² Administrador. Especialista em Engenharia da Produção e Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor e Coordenador do Curso Administração da Ugv - Centro Universitário. prof_jonas@ugv.edu.br.

³ Administrador. Especialista em Engenharia da Produção e Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Professor do Curso Administração e Pro-Reitor de Administração e Planejamento da Ugv - Centro Universitário. prof_hilton@ugv.edu.br.

⁴ Administrador. Especialista em MBA – Executivo em Administração, Professor do Curso Administração da UGV-Centro Universitário. prof_jonasoliveira@ugv.edu.br

1 INTRODUÇÃO

O líder precisa saber gerenciar pessoas, fazendo com que sua equipe se sinta mais participante e motivada, aumentando a relação de confiança. Se bem praticada, a liderança se torna um processo-chave e indispensável em todas as organizações.

Para formar um verdadeiro líder exige-se um grande esforço. Um dos obstáculos enfrentados hoje na liderança, é que existem muitas pessoas exercendo cargos de liderança sem ter o conhecimento e o treinamento necessário para ocupar tal função. Quando o líder sabe o seu papel na organização, o ambiente caminha de forma mais agradável e eficiente.

Tendo em vista que uma boa liderança faz toda diferença, será apresentado no presente artigo traz definições de liderança, a importância da liderança nas organizações, teorias da liderança e as características e habilidades da liderança para melhor compreender a liderança e seus benefícios.

Uma das grandes dificuldades que se enfrenta nos dias atuais quando o assunto é liderança, é que muitas pessoas estão exercendo cargos de chefia sem ter o conhecimento e treinamento adequado para ocupar tal função.

Por esse motivo a realização do presente trabalho tem sua justificativa baseada na necessidade de demonstrar a importância do líder na organização, identificando o estilo de liderança que exercem e assim propor estratégias para que os comandos sejam mais efetivos e possam ajudar no desenvolvimento e eficiência do trabalho da equipe liderada. O objetivo geral é identificar os estilos de liderança adotados pelos líderes. E os objetivos específicos são de analisar quais estilos de liderança são eficientes para o processo organizacional, constatar a importância do líder dentro da organização.

2 DEFINIÇÕES DE LIDERANÇA

Definir liderança é um desafio, pois a quantidade de publicações trazidas ao público tem se multiplicado. Bergamini (2009, p. 2-3), afirma que o aparecimento de inúmeros conceitos sobre liderança trouxe dificuldades para delinear de maneira mais

precisa e clara uma definição abrangente o suficiente para englobar todos esses conceitos.

Sobre isso, Bennis e Nanus (1988, p. 5) comentam que "assim como o amor, a liderança continuou a ser algo que todos sabiam que existia, mas ninguém podia definir".

Wagner e Hollenbeck (2012, p. 305) relatam que muitas pessoas têm dificuldades para informar exatamente o que quer dizer a palavra liderança, muita das vezes as definições que os especialistas encontram acabam entrando em conflito. Um exemplo dessa contradição é a tabela abaixo de alguns dos maiores líderes que já existiram no mundo, desta maneira temos uma ideia de como é difícil propor uma definição única de liderança, tendo em vista o comportamento de cada um dos nomes abaixo.

Tabela 1 Nomes de diferentes líderes.

Bill Gates	Martin Luther King Jr.
Mahatma Gandhi	Napoleão Bonaparte
Mao Tsé-Thung	Moisés
Franklin D. Roosevelt	Abraham Lincoln
Winston Churchill	Golda Meir
John F. Kennedy	Nelson Mandela

Fonte: Wagner e Hollenbeck (2012)

Uma importante característica dos líderes citados acima é a capacidade para influenciar outras pessoas. Deve-se ter em mente que o uso da influência deve ser fundamental quando definimos qualquer tipo de liderança. Porém devemos estar cientes que a influência não é o único fator predominante quando se fala sobre liderança. Os autores Wagner e Hollenbeck (2012) utilizam um exemplo simples para demonstrar como a influência é importante, mas não faz da pessoa necessariamente um líder.

Por exemplo, será que se deve considerar líder um assaltante armado que entra no trem e induz os passageiros a lhe entregarem seus pertences pessoais? Muitas pessoas iriam admitir que essa pessoa teria uma influência, mas não considerariam isso um ato de liderança, pois a influência do líder deve ser, em certa medida, reconhecida pelos seus seguidores. Em algumas situações, uma pessoa pode ser pressionada por outras a liderar e, em outras, pode ser que o líder seja apenas

tolerado quando ele executa o papel de líder. “Não importa as circunstâncias, a ideia de que os seguidores entregam voluntariamente o controle de seu próprio comportamento a outra pessoa é parte integrante de qualquer definição de liderança” (WAGNER; HOLLENBECK, 2012, p. 6).

Com as diversas concorrências e as mudanças que vem afetando o mercado e as organizações, entende-se que o líder deve exercer vários papéis como uma visão holística, visionária e com inteligência emocional, onde o seu foco seja a integração dos colaboradores, eliminando o individualismo e cultivando o trabalho na equipe, para serem capazes de criar e articular visões de futuro. A satisfação dos funcionários é uma responsabilidade dos líderes, por isso tal função é de suma importância para as organizações, pois o seu bom desempenho tem papel fundamental nas relações humanas e a capacidade de liderar torna-se associada ao sucesso ou fracasso das equipes e organizações.

Chiavenato (2002, p.147-148) afirma que “a liderança não deve ser confundida com direção ou com gerência. Um bom dirigente ou gerente deve ser necessariamente um bom líder”. O líder nem sempre é um dirigente ou gerente, na realidade, para que a empresa funcione perfeitamente, são necessários líderes em todos os seus níveis hierárquicos e em todas as suas áreas de atuação, mas considera-se que é na gerência que se encontra o ponto mais crítico da liderança. É nesse nível que são decifrados os objetivos e as necessidades da empresa e estes são transformados em metas para serem realizadas pelos outros níveis de hierarquia da empresa. Com a gerência transitando pelos níveis hierárquicos, ela passa a ser a intermediária entre os objetivos fixados pela alta direção e os meios utilizados pelo nível operacional para o alcance desses propósitos.

A gerência funciona como mediador, interpretando os objetivos impostos pela direção, transformando-os em planos e programas de trabalho para serem executados pelas demais pessoas da organização. Ao interpretar os objetivos fixados e transformá-los em programas de ação, a gerência assume o papel e começa a direcionar esforços, comunicar, liderar, motivar, avaliar e recompensar as pessoas dentro da organização. O gerente não lida apenas com capital ou dinheiro, com máquinas ou equipamentos, mas trabalha, sobretudo, com pessoas. É por intermédio das pessoas que o gerente consegue a execução das tarefas, a alocação dos recursos

matérias e financeiros, a produção de bens ou serviços, bem como o alcance dos objetivos organizacionais. “Ao lidar com pessoas, a principal habilidade e ferramenta gerencial que emerge é a liderança (CHIAVENATO, 2002, p. 148)”.

Chiavenato (2002), afirma que a liderança pode se mostrar presente em certas situações. Ela acontece em decorrência da distribuição de autoridade quando se vão tomar decisões. Quando uma pessoa consegue demonstrar qualidades de liderança, não depende apenas das características individuais que ela possui, e sim da situação em que ela se encontra. Portanto, compreende-se que a liderança é a junção de uma determinada situação e a relação entre o indivíduo e um grupo, e essa relação funcional existe quando um líder é enxergado por um grupo como alguém que pode satisfazer suas carências. Sendo assim, segui-lo pode indicar uma forma de aumentar o conteúdo de suas necessidades ou até mesmo evitar sua diminuição.

A liderança se torna um processo da comunicação humana, onde ela pode ser definida como a arte de instigar as pessoas a realizarem suas tarefas e cumprirem suas obrigações com maior destreza e cuidado. Em suma, a capacidade de influenciar as pessoas a fazerem aquilo que devem fazer. Dessa maneira, o líder consegue exercer influência sobre seus liderados, conduzindo-os para concluírem seus próprios objetivos.

Segundo Hunter (2004) a liderança evolui devido com o aumento do conhecimento e experiência na área. Afirma que liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente visando atingir objetivos comuns, inspirando confiança por meio da força do caráter.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA LIDERANÇA NAS ORGANIZAÇÕES

Chiavenato (2007), ressalta que a liderança é necessária em todos os tipos de organizações humanas, principalmente nas empresas e em cada um dos seus departamentos. Ela é igualmente essencial nas demais funções da administração: planejamento, organização, direção e controle. Empresas estruturadas e bem-sucedidas devem parte do seu sucesso à liderança e aos seus líderes, pois eles são indispensáveis e determinantes para o desenvolvimento e comprometimento dos colaboradores. A liderança jamais poderá ser confundida com gerência, pois nem

sempre um gerente é um líder na organização, em contrapartida um bom gerente também deve ter habilidades como coerência na tomada de decisões, responsabilidade e boa comunicação, favorecendo assim o crescimento da organização em que se trabalha.

A liderança é fundamental para o ciclo de vida da empresa como também para o seu crescimento, pois traz um enorme diferencial na relação com os colaboradores.

O líder deve conquistar o respeito dos liderados, através do reconhecimento, do apoio ou até mesmo críticas construtivas.

De acordo com Chiavenato (2005, p.182)

Cada sucesso da empresa é o sucesso de um ou mais executivos. Cada fracasso é o fracasso de um ou mais executivos. A excelência empresarial está profundamente relacionada com a excelência gerencial. A visão, a dedicação e a integridade do executivo são os principais determinantes do sucesso empresarial. As principais habilidades e ferramentas gerenciais quase sempre se resumem em uma característica básica e fundamental: a liderança.

Diante disso, vê-se que toda organização precisa de um líder que lute pelos seus ideais, respeitando sempre a sua política para obter sucesso e crescimento no mercado e conquistando cada vez mais o respeito dos liderados.

O motivo da existência da liderança é para resolver conflitos, pois “ela ocorre em uma dada estrutura social decorrente da distribuição de autoridade de tomar decisões.” (CHIAVENATO, 2005, p. 184)

Para que os liderados trabalhem com satisfação, precisam que o líder os guie pelo caminho mais assertivo. Um líder possui diversas características que tornam mais fácil os processos desenvolvidos para se alcançar os objetivos propostos, entre elas a de ser conselheiro e inspirar entusiasmo aos seus liderados. O líder que tem zelo por seus liderados está sempre preocupado com o grupo e faz de tudo para que a equipe de trabalho passe a ser um time, fazendo com que todos se sintam importantes na empresa, atingindo as metas e objetivos que foram alinhados com a direção.

Ainda segundo Chiavenato (2005), dentro da organização o líder possui um papel importantíssimo que faz a diferença no todo da empresa. Organizações que colocam em prática a liderança se posicionam melhor nos mercados em que atuam, pois possuem uma equipe altamente treinada e qualificada, tendo a seu favor um fator

positivo no comportamento organizacional, buscando sempre maior competitividade no mercado, tendo uma demanda alta de produtos ou serviços de melhor qualidade e maior ênfase no atendimento ao consumidor final.

Para que o líder obtenha sucesso, ele deve construir uma equipe própria, treina-la, desenvolver habilidades e conhecimentos da mesma, pois com o poder da influência o líder consegue de maneira positiva desenvolver a capacidade pessoal da sua equipe, realizando com êxito as tarefas que lhe foram confiadas.

A organização sempre vai esperar o melhor do líder em suas funções de apoio e suporte para os liderados, orientação, treinamento e desenvolvimento, motivação, comunicação e o reconhecimento pessoal deles.

A comunicação é essencial para que se exista uma boa liderança, Chiavenato (2005, p. 185) afirma que “Ela pode ser definida como a arte de induzir as pessoas a cumprirem suas obrigações com zelo e correção”. Um líder nato tem o poder de fazer seus liderados cooperarem com o que é pedido.

Da Cunha (2007, p. 73) afirma que:

Longe de ser um processo unilateral, a comunicação é sobretudo um exercício de mútua influência, a partir da transmissão de ideias ou emoções de uma parte para outra utilizando códigos compartilhados pelo emissor e receptor.

O maior objetivo que o líder tem dentro da organização é trazer melhorias que sejam significativas para seus liderados utilizando a comunicação de maneira franca e sincera assim a equipe irá alcançar todas as metas propostas.

De acordo com Chiavenato (2005, p. 185):

O líder surge como um meio para o alcance dos objetivos desejados pelo grupo. O comportamento de liderança deve ajudar o grupo a atingir objetivos ou a satisfazer às necessidades. Assim, a pessoa que pode dar maior assistência e orientação ao grupo – escolhendo as soluções ou ajudando o grupo a encontrar as melhores soluções para seus problemas –, para que atinja um estado satisfatório, tem maiores possibilidades de ser considerado seu líder.

Desta maneira, pode-se considerar que para o líder atingir tais características ele deve motivar seus colaboradores, guiá-los ao melhor caminho, ter competência e fazer com que seus liderados tenham afinco e dedicação naquilo que fazem.

Uma característica importante de um líder bem-sucedido é a de saber lidar com aspectos positivos e negativos na sua carreira. Ele deve alcançar o poder, mas sempre de maneira positiva, que se caracteriza por uma preocupação com os objetivos em comum do grupo e não somente os próprios, um fator determinante do poder do líder é a humildade.

Liderança e motivação estão diretamente interligados e o *feedback* é uma ferramenta que promove a harmonia entre os dois. Moreira (2009, p. 7) afirma que “o feedback é a capacidade de dar e receber opiniões, críticas e sugestões sobre algo pessoal ou profissional”.

O *feedback* não é que uma opinião, e sim uma reorientação, portanto é necessário dizer o motivo porque não gostou ou se não está certo, então como é faz? De maneira que fique claro para o colaborador onde está o erro, e qual a melhor maneira de corrigi-lo, para que haja uma melhoria contínua tanto na comunicação entre as partes, quanto no crescimento profissional de ambos, conforme afirmação de Moreira (2009, p. 7):

[...] Feedback é uma REORIENTAÇÃO para que nosso subordinado não erre o alvo. Ou seja, é um processo de acompanhamento, orientação e condução do processo. Uma responsabilidade de todos os gestores [...] É difícil enfrentar nossas limitações, mas é impossível vencê-las sem autoconhecimento. E uma das melhores ferramentas para isso é o feedback [...]

Seguindo o raciocínio de Moreira (2009), quando um colaborador está executando certo trabalho, é dever do líder orientá-lo a respeito do seu desempenho por meio de *feedbacks* contínuos. As orientações do líder farão com que os colaboradores possam se autoavaliar e ver em que estão acertando e errando. Essa cultura do *feedback* dentro das organizações faz com que os funcionários consigam de maneira assertiva ajustarem sua própria conduta.

O *feedback* deve estar presente em uma relação entre líder e liderados, pois, como vimos, é de suma importância para a qualidade do trabalho final e para que os colaboradores sintam que seus esforços estão sendo vistos.

Knapik (2008, p. 109), afirma que:

As empresas precisam de pessoas criativas, confiantes e flexíveis para gerenciar as mudanças e desenvolver as competências que agregam valor para a instituição, garantem a continuidade do seu emprego e as fazem merecedoras de premiações, promoções e aumento de salários. Quando os

colaboradores apreciam o gosto pela conquista, sentem-se revigorados para prosseguir, resolver problemas e mudar.

Colaboradores que ficam entusiasmados para atingir metas, conseguem encarar os desafios e atender as necessidades dos clientes, fornecedores internos e externos, sendo assim uma grande diferencial no mundo dos negócios.

A motivação está ligada de modo direto à liderança, pois acaba influenciando o comportamento das pessoas. Quanto o colaborador e a equipe se sentem motivados, o desempenho de cada um será satisfatório e os resultados finais previstos pela empresa serão alcançados. Sabe-se que fazer com que o colaborador se sinta motivado não é um trabalho exatamente fácil, pois é preciso criar estratégias e colocá-las em prática para que uma melhora efetiva aconteça.

Furtado (2012), descreve que a motivação no ambiente de trabalho e o reconhecimento têm-se provado fatores de extrema importância no incentivo dos colaboradores, possibilitando uma cooperação maior entre equipes e um desempenho melhor em trabalhos individuais. Embora ainda não seja aplicada em parte das grandes empresas nacionais e internacionais, as estratégias de incentivo ajudam bastante na hora de refazer novos grupos de trabalho, trazendo bons resultados para todas as pessoas e à empresa. Não se pode esquecer que o líder se correlaciona com seres humanos que têm sentimentos e personalidades diferentes.

Empregados têm necessidades diferentes. Não trate a todos da mesma forma. Além disso, gaste o tempo que for necessário para entender o que é importante para cada empregado. Isto permite que você personalize as 21 metas, o nível de envolvimento e as recompensas para se alinharem com as necessidades individuais. (ROBBINS, 1999, p. 142)

Dentro da organização, o papel do líder é requerer o comprometimento do colaborador para com a empresa, buscando sempre respeitar as dificuldades do seu liderado, dessa maneira o colaborador irá se sentir respeitado e alcançará as metas voltadas a ele. Uma característica muito importante para o líder é a versatilidade, pois na trajetória de sua liderança encontra as mais diversas situações, podendo ser comparado a um guerreiro que busca mais desafios para sua vida. De acordo com Sun Tzu (2002, p. 103) “o exército, pois, gosta de alturas e detesta as áreas baixas, estima o ensolarado e desdenha o sombreado. Fomenta a vida e ocupa o substancial. Diz-se de um exército que evita as cem doenças que tem garantida a vitória”.

Assim como grandes guerreiros, o líder está sempre procurando o melhor para seus companheiros. O líder quer sempre o sucesso da sua equipe. Os princípios de liderança estão sendo inovados no ambiente organizacional segundo as necessidades referente às empresas e seus colaboradores, a motivação é uma palavra-chave quando se fala sobre liderança, pois o papel da mesma dentro da organização é ajudar o clima organizacional e interpessoal para melhor desenvolver o ambiente de trabalho. Dentro da organização, o líder também tem como função elaborar uma visão para aumentar a motivação dos colaboradores, incentivando a equipe para o crescimento organizacional e pessoal, oferecendo confiança, comprometimento e contentamento de cada colaborador.

2.2 TEORIAS DA LIDERANÇA

Segundo Robbins (2005) dentro das teorias administrativas encontra-se a Teoria das Relações Humanas e dentro dela, enfatizaremos as teorias que versam sobre a liderança. Pode-se classificá-las em três grupos: teoria de traços de personalidade: Características marcantes de personalidade possuídas pelo líder; teorias sobre estilo de liderança: Maneiras e estilos de comportamento adotado pelo líder; teorias situacionais de liderança: Adequação do comportamento do líder às circunstâncias da situação.

A teoria dos traços tem o objetivo de identificar qualidades e características pessoais que caracterizam e distinguem os líderes dos não-líderes (ROBBINS, 2005). Dentre esses traços encontra-se os sociais, físicos, intelectuais ou de personalidade, pois a liderança é um conjunto desses traços.

Segundo Robbins (2005), muitas pesquisas sobre traços acabaram sem resultados concretos, indicando até oitenta traços diferentes para a liderança, muitos deles, contraditórios. Ralph Stogdil, pioneiro da pesquisa em teoria dos traços, confirmou que a teoria não é conclusiva, pois esses traços podem ser encontrados em qualquer pessoa, conseqüentemente esta não pode ser utilizada para diferenciar líderes de não-líderes.

Teorias de traços de personalidade são as teorias mais antigas de liderança. Um traço é uma qualidade ou característica distintiva da personalidade e, segundo

essas teorias, o líder é aquele que possui alguns traços específicos de personalidade que o distinguem das demais pessoas.

Segundo Chiavenato (2002, p. 90) há alguns traços característicos de personalidade que definem o líder, como:

- Traços físicos: como energia, aparência pessoal, estatura e peso;
- Traços intelectuais: adaptabilidade, agressividade, entusiasmo e autoconfiança;
- Traços sociais: cooperação, habilidades interpessoais e habilidade administrativa;
- Traços relacionados com a tarefa: impulso de realização, persistência e iniciativa.

Teorias sobre estilos de liderança são as teorias que estudam os possíveis estilos de comportamento do líder em relação aos subordinados, isto é, as maneiras pelas quais orienta sua conduta. Enquanto a abordagem dos traços se refere aquilo que o líder é, a abordagem dos estilos se refere aquilo que o líder faz. Teorias Situacionais da liderança são teorias que explicam dentro de um contexto mais amplo.

Chiavenato (2002) ressalta que na prática são utilizados os 3 estilos de liderança de acordo com a situação com os liderados e as tarefas que serão executadas. O estilo do líder irá depender das características da equipe que ele lidera. As Teorias sobre os Traços de Personalidade são simplistas e limitadas, as Teorias sobre Estilos de Liderança consideram apenas certos aspectos da situação. As teorias situacionais são mais cativantes ao administrador, pois possibilita mudar a situação para ajustar a um modelo de liderança ou então mudar o modelo de liderança para adequá-lo à situação.

Bergamini (2009, p. 37-41) fala que as organizações aos poucos foram dando espaço para as pesquisas sobre liderança. A relevância começou desde a Segunda Guerra Mundial, onde nessa ocasião foi contratado um grande contingente de mão de obra devido à reformulação do parque industrial nos EUA.

Para dirigir um grande número de pessoas recém-contratadas era preciso líderes organizacionais, assim, os selecionados foram avaliados por meio de extensas entrevistas, também passaram por testes psicológicos que permitissem realizar a construção de um modelo comportamental que deveriam ter bons líderes para serem considerados vitoriosos.

As teorias contingenciais exploram maior número de variáveis que cercam o processo de liderança, adaptando-se com diferentes estilos de liderança. O intuito é de conhecer como esses comportamentos diferentes podem influir os resultados da interação entre líder e subordinado. Por este motivo, muitos autores atribuem que o sucesso de liderança depende da situação. A direção de cada grupo é desenvolvida por líderes que utilizam três estilos diferentes: a liderança autocrática, a liderança liberal e a liderança democrática.

2.2.1 Liderança Autocrática

Sobre a liderança autocrática, Chiavenato (2005, p. 187) afirma que essa abordagem “apresenta maior volume de trabalho produzido, com evidentes sinais de tensão, frustração e agressividade.”. Acredita-se que o líder autocrático consegue que o grupo faça tudo o que é pedido, porém com o grau de motivação muito baixo, pois os colaboradores não se sentem reconhecidos. É o líder que toma todas as decisões e busca solucionar os problemas sozinho sem muita interferência dos liderados e das pessoas envolvidas. Muitos liderados veem como um “chefe” e não um líder, pois essa figura autoritária se sobressai e as pessoas apenas recebem as ordens, assim os liderados não têm espaço para questionamentos ou sugestões no ambiente de trabalho.

2.2.2 Liderança Liberal

Ao contrário da liderança autocrática, esse estilo de liderança tem maior destaque no liderado. Neste estilo, o líder dá total liberdade para a tomada de decisões individuais ou até em grupo, o líder só participa quando é solicitado. A liderança liberal tem o foco somente no grupo, desta maneira as pessoas tendem a exercer suas atividades mais relaxadas e sem supervisão.

Seguindo esse conceito Araújo (2006, p. 342) afirma:

O estilo *laissez-faire* é conhecido como os chamados líderes de rédea solta, contudo a liberdade oferecida por essas pessoas pode passar a impressão de que a liderança não existe, pois, não há um foco como nos estilos democrático e autoritário.

De acordo com Robbins (2005), o líder liberal permite que seus funcionários tenham total liberdade para que tomem as decisões e façam seu trabalho da melhor maneira que lhes convém. O líder opina apenas quando lhe é perguntado, não faz nenhuma tentativa de avaliar o desenvolvimento. Nesse estilo, ele também pode demonstrar uma liderança fraca e desleixada onde o líder pode deixar passar os erros sem tomar as atitudes para evitar que as falhas ocorram novamente. A liderança liberal dá muita liberdade para seus liderados. Um estilo de liderança para que líderes que se julgam despreocupados e sem tempo para muitas atenções, onde quem dirige o setor são os funcionários e não ele.

2.2.3 Liderança Democrática

No estilo democrático o colaborador acaba se envolvendo nas tomadas de decisões, o líder designa autoridade para que ocorra a participação dos liderados, um estilo mais participativo. Quando é utilizada a liderança democrática na organização, é possível opinar juntamente com o líder, sem que haja conflitos. Um estilo bastante interessante por parte dos liderados.

Sobre o estilo democrático, Araújo (2006, p. 341) retrata:

No estilo democrático ou participativo ao contrário do estilo autocrático o enfoque são as relações humanas e não a produção. Por conta disso, os objetivos e estratégias são definidos tanto pelo líder, quanto pelos colaboradores, de maneira totalmente democrática, característica presente em líderes femininas.

Este estilo de liderança segundo Banov (2008, p. 31), possibilita a inclusão entre os liderados, pois existe um maior engajamento das pessoas. Os colaboradores se sentem motivados e valorizados para executar as tarefas e objetivos da empresa. Assim, eles conseguem maiores resultados, e pode-se atribuir ao bom relacionamento interpessoal entre o líder e os subordinados. O estilo democrático é o mais favorável, pois o líder consegue a atenção e traz seus liderados para junto dele, em alguns casos o nível de produção pode não ser tão eficiente como acontece em uma liderança mais rígida, como na autocrática, porém os colaboradores são reconhecidos pelos seus esforços e com isso gera um grande

fator: a motivação, que é uma das principais características que o líder deve alcançar diante do grupo.

2.2.4 Liderança Situacional

A liderança situacional tem uma característica que se destaca das outras. O líder consegue desenvolver uma ação para cada tipo de situação e o liderado deve ter discernimento para entender e aceitar isso. Este tipo de maturidade está diretamente ligado à relação dos colaboradores com o trabalho executado, o tempo que eles têm na empresa e a maneira como conseguem lidar com os problemas. Não existe um estilo de liderança para que seja usado em todos os tipos de situações, mas em ocorrências e estilos de gestores diferentes. A atitude de cada líder depende diretamente da maturidade de seus liderados e de como estes estão preparados para receber e aceitar a sugestão.

Para Hersey e Blanchard (1986), a maturidade deve ser analisada em relação ao tipo de tarefa que se executa, sabendo que nenhuma pessoa ou grupo é totalmente imaturo, pois pode se dominar várias tarefas de formas diferentes.

A chave da utilização da Liderança Situacional consiste em avaliar o nível de maturidade dos liderados e comportar-se de acordo com o modelo. Na Liderança Situacional está implícita a ideia de que o líder deve ajudar os liderados a amadurecer até o ponto em que sejam capazes e estejam dispostos a fazê-lo. (HERSEY; BLANCHARD, 1986, p.193)

Seguindo essa linha de raciocínio, este estilo de liderança vai depender da equipe com que se trabalha e a maneira de agir que o líder vai empregar depende do nível de maturidade das pessoas que serão lideradas. Esse relacionamento que o líder tem com a equipe é importante pois conseguem resolver os problemas da melhor forma possível, conciliando também o nível de destreza de cada um para o desempenho do objetivo. Um indivíduo ou grupo não é maduro ou imaturo num sentido total, para Chiavenato (2006, p.156), “um líder pode assumir diferentes padrões de liderança, cada qual adequado e específico para cada subordinado, de acordo com as forças citadas.”

Chiavenato (2002) expõem uma abordagem situacional da liderança. Para ele, existe uma gama de padrões de comportamento de liderança e o líder pode escolher o que melhor se adapta para reger sua relação com os subordinados. Esses padrões podem ser representados pela figura abaixo:

Figura 1 - Padrões de comportamento de liderança

Área de autoridade do líder			Área de liberdade dos subordinados			
O líder toma as decisões e a comunica aos subordinados	O líder 'vende' sua decisão aos subordinados	O líder expõe suas ideias e solicita perguntas	O líder expõe uma decisão que está sujeita a mudanças	O líder expõe o problema, pede sugestões e toma a sua decisão	O líder define os limites e pede ao grupo que tome a decisão	O líder permite que o grupo decida livremente

Fonte: Chiavenato (2002, p. 140).

Ainda segundo Chiavenato (2002, p. 156):

No continuum de padrões de liderança, o comportamento localizado no lado extremo esquerdo denota o gerente que mantém elevado o grau de controle sobre os subordinados, enquanto o comportamento localizado no lado extremo direito denota o líder que permite ampla liberdade de ação para os subordinados. Na verdade, nenhum dos extremos é absoluto, pois autoridade e liberdade nunca são ilimitadas.

Determinar, incentivar, compartilhar e delegar são características marcantes da liderança situacional, é uma combinação de tarefa no relacionamento entre líder e liderado. O estilo de liderança situacional é bem complexo, pois quando se é utilizado corretamente permite o amadurecimento do liderado.

2.3 CARACTERÍSTICAS E HABILIDADES DA LIDERANÇA

Katz (1974, apud Robbins, 2002) foi responsável por um dos primeiros estudos sobre as características das habilidades de liderança. Ele foi professor em Harvard e em Stanford, além de dirigir algumas empresas e atuar como consultor. Seus estudos

apontavam três grupos de habilidades básicas que o líder deveria possuir em graus variados, dependendo do nível em que ele estivesse exercendo:

Habilidades técnicas: São definidas como entendimento e competência em uma atividade específica, que particularmente envolva metodologia, processos e procedimentos. Habilidade técnica implica conhecimento especializado, capacidade analítica e facilidade no uso de ferramentas e técnicas dentro de uma determinada disciplina.

Habilidades humanas: a habilidade humana é a capacidade que o líder deve ter para trabalhar de fato como membro do grupo que lidera para obter a cooperação dos seus liderados. A habilidade para saber trabalhar com outras pessoas deve ser contínua e natural na vida do líder em todos os momentos. Para que esta habilidade seja real, deve ser natural e desenvolvida inconscientemente.

Habilidades conceituais: a habilidade conceitual baseia-se na capacidade de visualizar a organização como um todo, isto é, reconhecer que dentro da organização as várias funções que existem são interdependentes, e como as mudanças em cada setor podem afetar os demais. Pode-se ainda identificar relacionamentos. Perceber os elementos relevantes existentes em cada situação permite ao líder ser capaz de atuar pro ativamente, o que ocasiona um fluxo saudável no cumprimento das atividades em toda a organização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente há uma inexperiência de gestão, o que o faz afirmar que existe uma grande escassez de lideranças no mundo empresarial. Deste modo, cabe às organizações traçar um plano de desenvolvimento das suas lideranças, mas também cabe ao profissional a busca pelo seu próprio desenvolvimento.

A busca por características pessoais, sociais, físicas e intelectuais que possam definir os líderes e os diferenciem dos não-líderes tem prosseguido por bastante tempo. Entre os resultados, existem seis características que parecem ser constantes na sua separação em relação às outras pessoas. O líder geralmente tem característica relacionada ao conhecimento sobre comportamentos interpessoais além de serem

pessoas altamente flexíveis que conseguem adaptar seu comportamento a inusitadas situações.

Outro aspecto importante, é o interesse dos liderados por líderes que sejam leais e nos quais possam confiar. O elemento mais dominante da credibilidade é a honestidade, sendo a característica mais importante dos líderes admirados. Também, incorpora que os líderes confiáveis precisam ser competentes e inspiradores, devem apresentar capacidade pessoal de demonstrar eficazmente confiança e entusiasmo.

Dessa forma, os liderados julgam a credibilidade de um líder por sua honestidade, competência e habilidade para inspirar. Quando os seguidores confiam em um líder, não têm medo e acreditam que seus direitos e interesses não serão esquecidos. A liderança deve recorrer a estratégias que levem seus colaboradores a obterem sentimentos de realização e também identificarem o reconhecimento profissional por parte da organização. E esta por sua vez, ao se tornar prática constante, torna-se essencial para a boa prática da liderança organizacional.

Portanto, os líderes têm que despender esforços em buscar estratégias a fim de motivar a seus liderados para alcançar os resultados positivos da organização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L.C. **Gestão de Pessoas**. São Paulo: Atlas, 2006.

BERGAMINI, C. W. **Motivação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

BENNIS, W., NANUS, B. **Líderes: estratégias para assumir a verdadeira liderança**. São Paulo: Harbra, 1988.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gerenciando Pessoas: como transformar os gerentes em gestores de pessoas**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração: teoria, processo e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CUNHA, Neisa Maria Martins da. MACÊDO, Ivanildo Izaias de. RODRIGUES, Denize Ferreira. JOHANN, Maria Elizabeth Pupe. **Aspectos Comportamentais da Gestão de Pessoas**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

FURTADO, M. **Motivação no ambiente de trabalho**. 2012. Disponível em: <<https://blog.convenia.com.br/motivacao-ambiente-trabalho/>> . Acesso em: 14 mar. 2019.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K.H. **Psicologia para administradores**: a teoria e as técnicas da liderança situacional. Trad. Edwino A. Royer. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

HUNTER, J. C. **O Monge e o Executivo**. Sextante. Rio de Janeiro, 2004.

KNAPIK, Janete. **Gestão de Pessoas e Talentos**. Curitiba, Editora IBPEX, 2008.

MOREIRA, B. L. **Dicas de Feedback**: A Ferramenta Essencial da Liderança. Rio de Janeiro, Oualitmark Editora, 2009.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. Rio de Janeiro: JC, 1999.

ROBBINS, S. P. **Comportamento Organizacional**. São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2005.

ROBBINS, S. P. **Administração**: mudanças e perspectivas. São Paulo: 2002.

TZUN , S. **A Arte da Guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WAGNER III, J. A. e HOLLENBECK, J. R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2012

ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PARA EMPRESAS DO SIMPLES NACIONAL

Fernando Smolka Cardoso da Luz¹
Dagmar Rhinow²
Jonas Elias de Oliveira³

RESUMO: Pequenas empresas e negócios de porte modesto optantes pelo Simples Nacional estão lidando com modificações nas normas sobre a substituição tributária do ICMS, especialmente quando associadas à Margem de Valor Agregado (MVA), seus redutores e ajustes. Com uma metodologia exploratória e descritiva este trabalho utiliza um estudo de casos de duas empresas em Santa Catarina em 2022 para avaliar as consequências dessas alterações tributárias para empresas participantes do Simples Nacional. Os resultados demonstram que, embora seja necessário obter informações detalhadas sobre o ICMS-ST, elas são cruciais para a elaboração do Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE), pois influenciam diretamente nas despesas reportadas. Além disso, entender a diferença entre o ICMS tradicional e o substituto é essencial para determinar as obrigações fiscais precisas. De todos os métodos examinados, o Simples Nacional em conjunto com o ICMS tradicional mostrou-se mais vantajoso para empresas comprovadas. Percebe-se que a adoção do ICMS-ST para empresas do Simples Nacional levou a um custo de mercadorias vendidas elevadas e, conseqüentemente, prejudicou a lucratividade.

Palavras-chave: ICMS Substituição Tributária. Simples Nacional. Demonstrativo de Resultados do Exercício (DRE). Margem de Valor Agregado (MVA).

ABSTRACT: Small companies and modest-sized business opting for Simples Nacional are dealing with changes in the rules on ICMS tax substitution, especially when associated with the Added Value Margin (MVA), its reducers and adjustments. With and exploratory and descriptive methodology, this work uses a case study of two companies in Santa Catarina in 2022 to evaluate the consequences of these tax changes for companies participating in Simples Nacional. The results demonstrate that, although it is necessary to obtain detailed information about ICMS-ST, it is crucial for preparing the Income Statement (DRE), as it directly influences reported expenses. Additionally, understanding the difference between traditional and ICMS- ST is essential to determining accurate tax obligations. Of all the methods examined, Simple Nacional in conjunction with traditional ICMS proved to be more advantageous for proven companies. It can be seen that the adoption of ICMS-ST for Simples Nacional companies led to a high cost of goods sold and, consequently, harmed profitability.

¹ Graduado em Ciências Contábeis pelo Centro Universitário UGV – .con-fernandoluz@ugv.edu.br

² Graduada em História e Ciências Econômicas. Especialista em Gestão Fazendária. Mestrado em Desenvolvimento Regional. Professora do curso de Ciências Contábeis no Centro Universitário UGV. prof_dagmar@ugv.edu.br

³ Administrador. Especialista em Engenharia da Produção e Mestre em Desenvolvimento Regional. Professor e Coordenador do Curso Administração da Ugv - Centro Universitário. prof_jonas@ugv.edu.br.

Keywords: ICMS Tax Substitution. Simple National. Statement of Income of the Year (DRE). Added Value Margin (MVA).

1 INTRODUÇÃO

Historicamente, o ICMS tem sido um elemento constante na operação diária das empresas dos contribuintes e representa uma fonte significativa de receita para muitos estados, financiando serviços essenciais e constituindo uma base para o pagamento de folhas salariais de muitos setores do poder executivo (BRUNOZI JÚNIOR, ABRANTES e FERREIRA,2008). No contexto de pequenas transações, desde comprar um refrigerante até assistir a um filme em um serviço de televisão pago, este imposto está presente.

O ICMS ST é um modelo no qual uma das partes envolvidas em uma operação de compra e venda é designada como responsável pelo recolhimento do imposto, em nome das demais empresas da cadeia de produção e distribuição. Esse substituto tributário é encarregado de calcular e recolher o ICMS relativo às operações subsequentes, ou seja, antes mesmo que ocorra o fato gerador do imposto, antecipando sua arrecadação.

Simple Nacional surgiu como um regime tributário alternativo, oferecendo uma abordagem simplificada de tributação para micro e pequenas empresas. Contudo, a introdução do ICMS-ST, que antecipa a cobrança de impostos com base em um valor presumido de venda, suscitou dúvidas sobre seus impactos reais nas empresas que optaram pelo Simple Nacional. Em essência, a medida visa prevenir a evasão fiscal, potencialmente aumentar a receita e simplificar os processos de auditoria fiscal (BRUNOZI JÚNIOR, ABRANTES e FERREIRA,2008). Entretanto, persistem dúvidas sobre se o ICMS-ST impõe uma carga tributária indevida sobre as empresas, especialmente quando comparado ao ICMS tradicional.

O estudo tem como objetivo analisar os efeitos do ICMS-ST e compará-los à tributação tradicional do ICMS. Num ambiente onde as regras tributárias estão em constante evolução, é vital que as empresas estejam cientes das implicações dessas mudanças, garantido que elas não paguem mais do que o necessário ou ofereçam riscos fiscais não previstos.

O sistema tributário brasileiro, apontado por Amaral (2014) como o mais caro e

complicado globalmente, possui diferentes complexas entidades federativas - Governo Federal, Estados, Distrito Federal e municípios - responsáveis pelo recolhimento e aplicações destes tributos em áreas específicas, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). O ICMS, cobrado pelos Estados, ilustra essa complexidade e abrangência, impactando desde a compra cotidiana até atividades empresariais mais amplas. A Substituição Tributária do ICMS, melhorada para melhorar o recolhimento e coibir evasões, delega a obrigação tributária para o primeiro na cadeia comercial, seja ele o fabricante ou importador (REZENDE, 2010).

Tal medida, contudo, despertou debates desde sua implementação. Carrazza (2005) apontou inconstitucionalidades, defendendo que o ICMS não poderia ser considerado antes da concretização da operação mercantil. Contudo, a legalidade deste método foi assegurada pelo Supremo Tribunal Federal. O cálculo para o recolhimento da substituição tributária do ICMS pode variar conforme o produto, com métodos estabelecidos pela Lei Complementar 87/1996. Interessante destacar, que até 2010, as empresas do Simples Nacional em Santa Catarina não contavam com benefícios para produtos sujeitos à substituição tributária. Essa realidade foi modificada com o Decreto estadual nº 3.467/2010, que concedeu vantagens significativas.

O objetivo deste estudo foi analisar os efeitos do ICMS-ST e compará-los a tributação tradicional do ICMS, em empresas optantes pelo Simples Nacional, nos estados do Paraná e Santa Catarina.

2 METODOLOGIA

A dimensão do estudo acadêmico é vasto e possui diversas abordagens, cada uma com sua metodologia e específicas. O estudo em questão, que se enquadra na categoria de pesquisa exploratória e descritiva, tem como objetivo principal aprofundar o entendimento sobre um determinado tema. Segundo GIL (2008), a pesquisa exploratória fornece uma maior familiaridade com o problema em pauta e pode se manifestar através de levantamentos bibliográficos, entrevistas com especialistas ou ainda estudos de caso. O caráter descritivo deste trabalho é corroborado por SANTOS

(2016), que pontua um estudo descritivo envolvente em uma observação, registro e análise de fatores e variáveis, sem a necessidade de manipulá-los.

Foram utilizadas pesquisas exploratórias, documentais e descritivas, através da utilização de livros, documentos, sites oficiais e outras plataformas relevantes ao tema. Além disso, o estudo também desenvolveu uma perspectiva quantitativa e qualitativa. Este último foco da análise e interpretação dos dados relacionados à arrecadação tributária, assim como em informações científicas pertinentes. BOGDAN e BIKLEN (2003) enfatizam que uma pesquisa qualitativa é caracterizada por cinco atributos fundamentais, ambiente natural, dados descritivos, foco no processo, interpretação de significados e utilização de uma análise indutiva.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste trabalho, descrevemos a metodologia utilizada para análise dos impactos do ICMS Substituição Tributária nas empresa 1 e empresa 2, ambas enquadradas no regime tributário do Simples Nacional. O objetivo desta etapa é garantir a organização das informações possíveis para atender ao primeiro objetivo específico deste estudo.

3.1 ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Para atingir esse objetivo, desenvolvemos um método composto por seis quadros detalhados. Esses quadros abrangem informações expressas em valores financeiros, incluindo os montantes destacados nas notas fiscais, nas contas de estoque e nos registros de compras e vendas do período, visíveis por meio das receitas de vendas e da custódia das mercadorias vendidas. Além disso, abrange as demais despesas constantes nas previsões do resultado do exercício.

A estruturação dessas informações é essencial para facilitar cálculos futuros e interferências relevantes. A coleta de dados junto às empresas, ambas enquadradas no Simples Nacional, representou um desafio, mas revelou-se de uma importância para a preparação das Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE) de ambas as empresas.

Essas informações, relacionadas ao Simples Nacional, sem a inclusão do cálculo do ICMS Substituição Tributária, permitirão fazer o cálculo do ICMS ST

separadamente do Simples Nacional e, logo após, substituir o ICMS Normal pela substituição tributária dentro desse regime de tributação, cumprindo assim o segundo objetivo específico deste estudo.

3.2 ICMS APURADO PELOS REGIMES DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA E DO SIMPLES NACIONAL

A análise apreendida neste estudo foi dividida em três objetivos específicos. O primeiro teve como foco a organização das informações relacionadas à análise do ICMS/ST nas empresas 1 e 2, optantes pelo Simples Nacional. Essa organização permitiu calcular o Custo de Mercadorias Vendidas (CMV), um componente importante da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). O cenário simulado sob a primeira abordagem, que atualmente o Simples Nacional sem o ICMS/ST, revelou que a empresa 1 obteve um lucro operacional bruto de R\$ 63.541,82, porém, as despesas operacionais totalizaram R\$ 70.201,15, resultando em um prejuízo operacional líquido de R\$ 6.659,33.

O segundo objetivo específico é identificar o montante devido do ICMS apurado pelos regimes da Substituição Tributária e do Simples Nacional. Para atingir essa meta, elaboramos dois quadros que se comparam ao DRE de ambas empresas sob duas abordagens diferentes. A primeira abordagem, sob o regime do Simples Nacional, declarou a situação fiscal das empresas sob o regime tributário padrão. A segunda abordagem, que calcula o ICMS/ST no Simples Nacional, revelou uma série de cálculos complexos, incluindo a aplicação da Margem de Valor Agregado (MVA) e a determinação do ICMS/ST. Nesse cenário, a empresa 1 obteve resultados distintos, destacando a importância da análise comparativa entre as duas abordagens

3.3 IMPACTO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA SOBRE EMPRESAS ANALISADAS

No terceiro objetivo específico, procuramos determinar quais das abordagens é mais benéfica para as empresas, que são o foco deste estudo. As análises apresentadas das duas empresas, destacaram a relevância da escolha do regime tributário apropriado, que pode variar significativamente dependendo do contexto específico das empresas, como o setor de atuação e os produtos

comercializados..Essa análise comparativa é importante para fornecer recomendações práticas e baseadas em dados concretos às empresas, auxiliando na otimização das obrigações fiscais e na melhoria da rentabilidade.

Logo o impacto do ICMS/ST para as empresas do Simples Nacional é negativo. A introdução da Margem de Valor Agregado (MVA) aumentou os custos dos estoques, o que por sua vez, aumentou o Custo das Mercadorias Vendidas (CMV) e impediu a lucratividade das empresas.

Deduz-se que, entre os dados detalhados, o mais benéfico para as empresas 1 e 2 é o do Simples nacional com o ICMS norma, sem a aplicação do ICMS/ST. Essa é uma observação importante, destacando a preferência pelo regime tributário padrão em detrimento da substituição tributária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, adentramos nas complexidades do Sistema Tributário Nacional, focando nossa atenção na dinâmica da Substituição Tributária do ICMS e seus reflexos para as empresas enquadradas no Simples Nacional. Este regime de tributação, embora concebido como uma ferramenta de simplificação e otimização de arrecadação para o fisco, trouxe à tona consideráveis desafios para os empresários, especialmente para as pequenas e médias empresas que compõem a maioria das entidades optantes pelo Simples Nacional. O mecanismo de substituição tributária concentra a cobrança do ICMS na figura do substituto, transferindo a ele a responsabilidade pelo recolhimento do imposto devido em operações subsequentes. Em teoria, isso deveria facilitar a arrecadação e combater a sonegação.

No entanto, as implicações práticas desta modalidade tributária são multifacetadas. Por um lado, o Estado se beneficia de uma maior previsibilidade e segurança na arrecadação, minimizando pontos de controle e coleta. Por outro lado, as empresas do Simples Nacional enfrentam o desafio de antecipar um tributo cujo fato gerador ainda não ocorreu, o que pode interromper o capital de giro e criar desequilíbrios financeiros. Além disso, há o risco das margens de valor agregadas (MVA), utilizadas para calcular o imposto antecipado, não refletirem a realidade operacional das empresas, levando a distorções que podem comprometer sua

rentabilidade e competitividade no mercado.

Em conclusão, a Substituição Tributária do ICMS é um instrumento poderoso na tributação tributária brasileira, mas sua aplicação às empresas do Simples Nacional requer atenção e revisão constante. A busca por um equilíbrio entre as empresas pequenas e médias empresas optantes pelo Simples Nacional e a justiça fiscal que deve ser a arrecadação norte de qualquer política tributária. As considerações levantadas neste trabalho sinalizam a necessidade de aprofundamento e revisões periódicas deste mecanismo, a fim de garantir que o Simples Nacional continue sendo, de fato, simples e benéfico para as empresas que dele fazem parte. Em relação a construção desse artigo, forma alcançados os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

BORTOLON, B.R. **Impactos da substituição tributária do icms sobre a carga tributária das empresas optantes pelo simples nacional: estudo multicasos em duas empresas de santa catarina.** Dissertação. Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

BRASIL. **Convênio ICMS nº 35 de 01 de abril de 2011.** Dispõe sobre a aplicação da MVA ST original nas operações interestaduais por contribuinte que recolhe o ICMS nos termos da Lei Complementar nº 123/06. Disponível em: https://www.confaz.fazenda.gov.br/legislacao/convenios/2011/CV035_11 Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 5. 172, de 25 de outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm Acesso em: 24 out. 2023.

BRASIL. **Resolução do CGSN nº 135/2017, Regulamentou as alterações trazidas pela Lei Complementar nº 155/2016.** Disponível em: https://www.crcrs.org.br/arquivos/palestras/2018_roteiroSimplesN.pdf, Acesso em 10/11/2023.

GONÇALVES, K.M. **Simples nacional: os impactos do regime tributário nas microempresas e empresas de pequeno porte.** Dissertação. Curso de Ciências Contábeis, Faculdade Capivari, 2019.

IEIRA, L.E.; ROSA, P.A.; PETRI, S.M.; **O impacto da substtuição tributária progressiva de ICMS nas empresas optantes pelosimples nacional em Santa Catarina.** Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

LEOA. <https://www.leoa.com.br/blog/imposto-simples-nacional> Acesso em: 24 out. 2013

TAXGROUP **Tabela do ICMS e Respectivas alíquotas dos Estados.** 2023.
Disponível em: <<https://www.taxgroup.com.br/intelligence/tabela-icms-atualizada/>>
Acesso: 23/10/2023

JUSTIÇA RESTAURATIVA SUAS POSSIBILIDADES EM ÂMBITO ESCOLAR: UMA ANÁLISE DE EXPERIÊNCIA EM ESCOLA ESTADUAL DE GUARAPUAVA- PR

Vanesca T. Karpinski Borgo¹
Patricia Manente Melhem Rosas²

RESUMO: Este trabalho é fruto de discussões fomentadas no Grupo de Estudos sobre Justiça Restaurativa, o qual ensejou o desenvolvimento do projeto Restaurar, desenvolvido com alunos do ensino médio pertencentes ao Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, no município de Guarapuava/PR, nos anos de 2018 e 2019. Trata-se de um estudo de caso, e entrevista da professora que participou dos Círculos de Construção no referido colégio, amparados na revisão bibliográfica atinente. De modo a substanciar o presente trabalho, este estudo abarcou as concepções de Morin, acerca da complexidade do ser humano, a Constituição Federal e o ECA, sob aspectos de direitos e cidadania, referentes a criança e ao adolescente, e também a previsões formais tocantes à Justiça Restaurativa. Dessa forma, à luz da Justiça Restaurativa, sob a égide de Pranis e Zehr, busca-se: Que contribuições os Círculos de Construção de Paz, podem proporcionar no tocante à prevenção e resolução de conflitos em âmbito escolar?

Palavras-chave: Justiça Restaurativa. Escola. Projeto Restaurar.

ABSTRACT: This work is the result of discussions of the Study Group on Restorative Justice, which gave rise to the development of the Restaurar project, developed with high school students belonging to the Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, in the municipality of Guarapuava/PR, in the years of 2018 and 2019. This is a case study, and an interview with the teacher who participated in the Construction Circles at the aforementioned school, supported by relevant bibliographic review. In order to substantiate the present work, this study encompassed Morin's conceptions, about the complexity of the human being, the Federal Constitution and the ECA, under aspects of rights and citizenship, referring to children and adolescents, and also formal predictions to Restorative Justice. In this way, in the light of Restorative Justice, the following is sought: What contributions can Peacebuilding Circles provide in regard to the prevention and resolution of conflicts in the school environment?

Keywords: Restorative Justice. School. Project Restore.

1 INTRODUÇÃO

Por meio das discussões fomentadas e do conhecimento adquirido nos encontros do Grupo de estudos sobre Justiça Restaurativa, do Centro Universitário Campo Real, vislumbrou-se a possibilidade de desenvolver o Projeto Restaurar em uma escola na cidade de Guarapuava/PR.

¹ Graduada em Direito Centro Universitário Campo Real.

² Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR.

Dessa forma, o presente trabalho trata-se de um estudo de caso realizado no Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, localizado no município de Guarapuava, Estado do Paraná. Este mesmo valeu-se de uma das metodologias das práticas de Justiça Restaurativa, os Círculos de Construção de Paz, com o objetivo de dirimir conflitos constatados entre os alunos e entre a professora e os alunos.

É importante mencionar que os resultados foram obtidos por meio da entrevista realizada com a professora que participou dos círculos.

Findado o trabalho no que concerne à realização dos círculos, e pós- círculo, enviou-se um questionário com perguntas abertas à professora, de modo a buscar o conhecimento que detinha sobre Justiça Restaurativa, suas expectativas, seus anseios, seus sentimentos, durante os círculos bem como se o resultado alcançado foi condizente às expectativas.

O registro da entrevista, tanto como as declarações, que atestaram a realização dos círculos estão devidamente arquivados junto às autoras.

A escolha da escola em que os círculos foram realizados, se deu diante do convite e da narrativa da professora. Assim a ação do Projeto Restaurar foi desenvolvida no referido Colégio localizado no centro do município de Guarapuava/PR, com os alunos do, 2º e 3º do Ensino Médio, nos anos de 2018 e 2019, para os quais a professora ministrava aulas, com o objetivo de buscar dirimir conflitos constatados entre os alunos e a professora e alunos, frutos das dificuldades que enfrentava em ministrar suas aulas, ante o comportamento agressivo, desrespeitoso e até ameaçador de parte dos alunos, devido à polarização acirrada atinente às divergências de opiniões referentes às eleições presidenciais de 2018.

Tais divergências se deram após a professora que tratava sobre tema voltado à ética e política, abordar sobre divisão e estrutura dos três poderes e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, germe da carta dos Direitos Humanos, que proclamou que todos os cidadãos devem ter garantidos os direitos de liberdade, propriedade, segurança, e resistência à opressão, momento este em que os alunos começaram a debater fervorosamente sobre a situação política e passaram a defender de forma agressiva opiniões acerca dos Direitos Humanos e candidatos de sua preferência, debatendo de forma hostil aos que tinham opinião contrária, tornando

a sala de aula um ambiente em que imperava a falta de respeito, a imposição de ideias, a rivalidade, tornando difícil dar continuidade ao conteúdo programado.

Foram realizados três círculos, sendo um com alunos do 2º ano do Ensino Médio no ano de 2018, um círculo com alunos do 3º ano do Ensino Médio em 2018 e um pós-círculo em 2019 com os alunos que cursavam o 2º ano em 2018 e em 2019 cursavam o 3º ano do Ensino Médio.

Dessa forma, o presente respaldou-se na revisão bibliográfica, no relato e na entrevista, realizada com a professora em questão.

Quanto à revisão bibliográfica, buscou-se o entendimento de Howard Zehr e Kay Pranis no tocante à Justiça Restaurativa e os Círculos de Construção de Paz, e também na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, no que concerne aos direitos dos mesmos, nas previsões legais atinentes à Justiça Restaurativa, e de forma a substanciar este estudo, o presente contemplou as concepções de Edgar Morin sobre a complexidade do ser humano e suas relações, de modo a entender os conflitos desencadeados em ambiente escolar, no qual encontra-se uma diversidade de concepções acerca de valores, conhecimentos, crenças, opiniões o que pode ensejar diversas formas de conflitos, tais como indisciplina, agressões verbais, físicas, dentre outras, a depender da ótica com que se visualizam fatos, acontecimentos e do modo como se reage a essas diferenças.

Em nossas considerações finais, elencamos possibilidades e desafios atinentes ao desenvolvimento do projeto Restaurar e a importância dos Círculos de Construção de Paz em âmbito escolar no que diz respeito à prevenção e resolução de conflitos e o resultado da ação do Projeto Restaurar no colégio.

2 BREVE ESTUDO SOBRE A COMPLEXIDADE DO SER HUMANO

Não é raro que uma palavra mal-empregada, um desentendimento por divergências de opiniões, a defesa fervorosa por crenças e convicções ensejem acaloradas discussões e culminem em agressões verbais e até mesmo físicas. Nesse sentido, pensar e refletir sobre o ser humano e sua complexidade podem auxiliar o entendimento sobre si, sobre o outro, e sobre a forma que percebemos e tratamos o

outro que diverge de nós, bem como a importância dessas diferenças para o crescimento enquanto indivíduo, enquanto sociedade, enquanto ser humano.

Segundo Morin (1998, p.176-177), a natureza do ser humano é multidimensional visto que “somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais”. O autor acrescenta que o ser humano definido como *homo sapiens*, é um indivíduo parte integrante e atuante da sociedade, que age de modo a transformar a si, o outro e o meio em que vive. Ainda, segundo o autor, heranças genéticas, experiências de vida, relações sociais, o meio de que se faz parte, bem como a época em que se vive, são elementos que contribuem de forma a conceber o ser humano enquanto sujeito. Dessa forma, pode-se dizer que cada sujeito concebe valores, crenças, óticas de mundo, ancorados em questões biológicas, sociais, culturais, espirituais, diante de suas vivências ao longo de sua existência.

Nesse entendimento, Morin (2000, p.204) concebe o ser humano como um ser complexo, um sujeito dotado de capacidade de auto-organizar-se, de estabelecer relações com outros sujeitos, capaz de superar a si mesmo, de forma a transformar a si e transformar o meio em que vive a partir de suas concepções éticas, filosóficas, culturais, dentre outras. Tais concepções traduzem e refletem percepções de mundo, valores que se carrega enquanto sujeito, de modo que tais percepções e valores acabam por impactar diretamente nas escolhas que são feitas, no jeito como realiza-se os próprios afazeres, na maneira que se compreende fatos, acontecimentos, principalmente na maneira como ocorrem os relacionamos com os demais sujeitos.

Embora, enquanto sujeitos, prevaleça a tendência de se defender valores, tais quais, respeito, dignidade, união, valor ao próximo, dentre outros, muitas vezes as próprias ações e sentimentos são contraditórios. Dessa forma, pode-se dizer que, segundo Morin (2000, p.59) o ser humano é dotado de características antagônicas, uma vez que ao mesmo tempo consegue amar, consegue odiar, ao mesmo tempo em que é sábio, é louco, ao mesmo tempo em que é honesto, é desleal. Morin (2000, p.59), ainda fomenta que “o ser humano é racional e irracional, capaz de medida e desmedida, sujeito de afetividade intensa e instável”, uma vez que pode ser ao mesmo tempo um ser capaz de externar imensa ternura, compaixão e ao mesmo tempo, externar sua cólera por meio de diversas formas de violência, capaz de não apenas de ferir, maltratar o outro, mas também de tirar-lhe a vida.

Diante dessas características antagônicas, Morin (2000, p.59) afirma que o ser humano é “unidade e diversidade, é multiplicidade, pluralidade e indissociabilidade, é também um corpo, ideias e afetividade”.

Para Morin (2000) essas características dicotômicas tornam o ser humano um homem complexo em sua essência, a ponto de tornar suas relações sociais e pessoais complexas também. O autor entende que, o ser humano é autônomo, e ao mesmo tempo é dependente, dessa forma, pode-se dizer que o ser humano é livre para fazer suas escolhas, para agir, relacionar-se, entretanto é dependente de suas convicções, escolhas, valores, ideias que tendem a impactar tanto de forma positiva quanto negativa nas relações que estabelece com outros sujeitos.

Nesse entendimento, pode-se dizer que as relações podem tornar-se conflitantes, uma vez que a diversidade de opiniões, valores e conceitos que podem variar de sujeito para sujeito, tendem a ser defendidas como verdades absolutas, despertando intensa e inflamada competitividade, ao tentar impor ao outro suas verdades, visto que nem sempre os sujeitos estão abertos a ouvir, abertos a novas ideias, a compreender o outro, principalmente, abertos a enxergar sob a perspectiva do outro.

A partir das acepções de Morin (2002, p. 276), no que tange à complexidade do ser humano e suas relações, ao observar a sociedade, suas ações perante algum fato divergente, pode-se perceber que muitos dos sujeitos geralmente são mais propensos a opinar e impor seu ponto de vista, mesmo que com argumentos frágeis, do que compreender a maneira diferente de pensar do outro. Cada um tende a emitir pareceres, julgamentos sob a sua ótica de vida, seus princípios, convicções moldadas na complexidade de sua constituição, acerca de tudo e de todos. Assim, a imposição de ideias tende a gerar um ambiente desconfortável sob forte pressão pelo poder de fazer prevalecer suas verdades, gerando exacerbada competitividade, manifestada por meio de ações negativas ao outro, tais quais, ofensas, agressões verbais, agressões físicas, agressões psicológicas, dentre outras formas de violência.

Nessa perspectiva, pode-se dizer que o ser humano, durante sua existência, devido a sua complexidade, poderá vivenciar diversas formas de conflitos, desde conflitos internos que poderão impactar e se estender a conflitos com os demais sujeitos, seja em âmbito familiar, escolar, profissional, entre outros.

No que se refere à escola, podemos dizer que tão logo pronunciamos nossas primeiras palavras, firmamos nossos passos no seio familiar, a escola se traduz como o início de uma vida em sociedade. A escola, além de ser um ambiente que pode proporcionar aprendizado sistematizado nas diversas áreas do saber, tais como matemática, português, história, geografia, dentre outras, de modo a preparar o indivíduo para o mercado de trabalho, oportunizar relações sociais, é também um ambiente em que se observa uma diversidade de sujeitos, ideias, concepções, crenças, valores, vivências e experiências de mundo. Dessa forma, a escola torna-se um espaço enriquecedor no que se refere a conhecimento de mundo.

À luz de Morin (2000. p.276), entender que as diferenças de crenças, valores, acepções, que o pensar diferente do outro acrescenta ao conhecimento, faz da escola um ambiente capaz de promover transformações internas e externas. Ao aceitar que existem sujeitos que pensam diferente, que agem de forma diferente, devido a sua própria constituição enquanto sujeito, ao entender o porquê dessas diferenças, ao compreender que as diferenças podem nos acrescentar como seres humanos, pode-se vislumbrar transformações, refletir sobre si, sobre o outro, sobre o meio em que se vive, e ao deparar-se com situações conflitantes, a troca de experiências, de vivências, isto pode auxiliar de forma mútua para encontrar soluções para conflitos internos, e conflitos com sujeitos de seu meio.

Nessa ótica, a escola vai além de ser um espaço voltado apenas à instrução, visto que o ambiente escolar, por meio da diversidade de sujeitos, por meio da troca de vivências, pode oferecer experiência significativa, oportunizando expansão da consciência de seus alunos, no caso deste trabalho, adolescentes, tornando-os críticos, autônomos, participativos da vida em sociedade, ancorados em preceitos atinentes à dignidade humana para exercício da cidadania.

É importante destacar que os sujeitos tratados nesse trabalho são os adolescentes do Ensino Médio do Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, assim é relevante trazer uma breve distinção entre crianças e adolescentes com base em dispositivo legal. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) em seu art. 2º (BRASIL, 1990): “Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”

Dessa forma, quando se fala em criança e adolescente, está se falando de sujeitos em desenvolvimento, uma vez que segundo o art. 3º do Código Civil (BRASIL, 1990) considera os menores de dezesseis anos absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil pessoalmente, e o art. 4º do Código Civil em seu inciso I (BRASIL, 1990) considera os maiores de dezesseis anos e os menores de dezoito anos incapazes, relativamente a certos atos da vida civil ou à maneira de os exercer.

Assim, crianças e adolescentes necessitam que seus direitos sejam resguardados para que possam desenvolver-se de forma plena, capazes a tornarem-se aptos ao exercício dos atos da vida civil, de modo a contribuírem enquanto cidadãos à sociedade.

3 JUSTIÇA RESTAURATIVA E ESCOLA

Antes de tratar sobre a Justiça Restaurativa, suas possibilidades em ambiente escolar, é necessário recorrer à legislação, quanto aos direitos da criança e do adolescente.

Conforme o disposto na Constituição Federal (CF/88) em seu art. 227:

Art. 227 - É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito a vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2016).

O art. 227 trata do Princípio da Proteção Integral, que encontra raízes na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, na Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1959, na Resolução 40/33 de 29 de novembro de 1985, nas Diretrizes de Riad, Diretrizes das Nações Unidas no que tange à prevenção da delinquência juvenil de 1988, na Convenção sobre o Direito da Criança, adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989 e aprovada pelo Congresso Nacional em 1990.

Para Cury, Garrido & Marçura (2002, p.21):

A proteção integral tem como fundamento a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos, frente à família, à sociedade e ao Estado. Rompe com a ideia de que sejam simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processo de desenvolvimento”.

O ECA em seu art. 15 acrescenta que “A criança e o adolescente, têm direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas, em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos, sociais garantidos na Constituição e nas leis” (BRASIL, 1990).

Quanto ao respeito, o ECA, em seu art. 17 expõe que “o direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias, crenças, dos espaços e objetos pessoais” (BRASIL, 1990).

O artigo seguinte do ECA, corrobora com o disposto na CF/88 ao afirmar que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor” (BRASIL, 1990).

Quando ao direito à educação, o art. 53 do ECA traz que “a criança e o adolescente tem direito a educação, visando pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1990).

São diversos os dispositivos legais que versam sobre os direitos da criança e do adolescente, sobre a quem cabe a responsabilidade por garantir esses direitos, enfatizando o pleno desenvolvimento para o exercício da cidadania.

Com base no ECA e na própria CF/88, é dever da escola garantir esses direitos também. Desse modo, também cabe buscar assegurar uma educação que vai além de conteúdos tratados em sala de aula, visto que a educação não tem apenas por finalidade preparar o sujeito para o mercado de trabalho, mas sim no que se refere ao desenvolvimento pleno para o exercício da cidadania.

O art. 70 do ECA traz que “é dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente”. Assim é dever de todos intervir não apenas quando o direito já foi violado, mas buscar meios para prevenir violações. Nesse sentido, a CF/88 e o ECA, o art. 70-A estabeleceram que os entes federados devem atuar no sentido de articular e elaborar políticas públicas a fim de difundir

formas não violentas de educação de crianças e adolescentes e devem ter como principais ações, conforme art. 70-A, IV “o apoio e o incentivo às práticas de resolução pacífica de conflitos que envolvam violência contra a criança e o adolescente”.

Nesse contexto, emerge a Justiça Restaurativa de modo a contribuir para a prevenção e resolução de conflitos em âmbito escolar.

Em termos formais, encontramos a definição de Justiça Restaurativa na Resolução 225/16 do CNJ em seu art. 1º:

Art. 1º. A Justiça Restaurativa constitui-se como um conjunto ordenado e sistêmico de princípios, métodos, técnicas e atividades próprias, que visa à conscientização sobre os fatores relacionais, institucionais e sociais motivadores de conflitos e violência, e por meio do qual os conflitos que geram dano, concreto ou abstrato, são solucionados de modo estruturado na seguinte forma:

O art. 2º da Resolução elenca os princípios norteadores da Justiça Restaurativa, quais sejam: corresponsabilidade, a reparação dos danos, o atendimento às necessidades de todos os envolvidos, a informalidade, a voluntariedade, a imparcialidade, a participação, o empoderamento, a consensualidade, a confidencialidade, a celeridade e a urbanidade.

Desse modo, a Justiça Restaurativa busca que vítima e ofensor, bem como todos os envolvidos resolvam seus conflitos, restaurem suas relações, reflitam e encarem suas responsabilidades sobre suas ações.

Para Zehr (2008, p.95), a Justiça Restaurativa constitui-se de uma retomada de tradições, em que indivíduos se sentavam em círculos, com membros da comunidade de forma a buscar resolver conflitos existentes com seus pares.

O autor entende a Justiça Restaurativa como um processo, em que se identifica e trata-se o dano. Nas palavras do autor:

Justiça Restaurativa é um processo para envolver, tanto quanto possível, todos aqueles que têm interesse em determinada ofensa, num processo que coletivamente identifica e trata os danos, necessidades e obrigações decorrentes da ofensa, a fim de promover o restabelecimento das pessoas e endireitar as coisas, na medida do possível (ZEHR, 2012, p.49).

Nesse entendimento, a Justiça Restaurativa é extremamente relevante em ambientes escolares uma vez que permite que vítima, ofensor e todos os envolvidos

possam tratar os danos e pelo processo, assumir a responsabilidade pelo dano, refletir sobre as consequências e reestabelecer as relações.

Quanto às finalidades da Justiça Restaurativa, Pranis (2010, p.44), entende que a Justiça Restaurativa, abarca diversas finalidades, que podem tratar desde a reintegração, apoio, compreensão entre indivíduos, quanto à resolução de conflitos, por meio de círculos restaurativos, diálogos, escuta ativa, dentre outros.

Zehr (1990) elenca como principais objetivos da Justiça Restaurativa, o reparo e cura para as vítimas de forma a sanar o relacionamento entre vítima e ofensor. Para o autor, sanar o relacionamento entre vítima e ofensor enseja a responsabilização, arrependimento, perdão e reconciliação. Entretanto, é importante mencionar que nem sempre isso poderá ser possível, visto que devido à complexidade do ser humano, no que se refere a sentimentos, valores, atrelados a abertura, ao preparo no processo, tanto no que diz respeito à responsabilização quanto para a reconciliação, arrependimento e perdão pode ser algo extremamente difícil. Ainda assim, Zehr (1990) afirma que a cura parcial desses relacionamentos conflituosos pode contribuir de forma significativa de modo a curar-se de forma individual.

Nessa ótica, ao participarem de um círculo, crianças e adolescentes têm a oportunidade de compartilhar suas histórias, experiências de vida, partilhar dos problemas que enfrentam, seja na esfera escolar ou familiar, com outros alunos, o que poderá contribuir de forma significativa quanto ao entendimento e compreensão de si e do outro num processo que pode permitir sanar traumas pessoais. Por meio de falas, alunos, agressores e vítimas, poderão ter a oportunidade em um círculo, de ouvirem e serem ouvidos, manifestar seus sentimentos, de modo a identificar o real problema que contribuiu para o conflito existente, e ainda, perceber que o outro também partilha de angústias, dificuldades de modo semelhante. Dessa forma, os alunos ao participarem de um círculo, poderão perceber, que o sofrimento, a dor, as decepções, são sentimentos que não estão presentes apenas na própria vida, mas também na vida de outras pessoas, e que as ações movidas por esses sentimentos negativos podem impactar na vida do outro. Ainda, compreender o motivo pelo qual se originou o conflito.

Sob a égide de Zehr e Pranis, por meio da troca de experiências e vivências, o aluno, enquanto sujeito, pode transformar-se, e transformar o outro de modo a

recuperar a autoconfiança e libertá-los da condição de vítima. Quanto ao ofensor, este pode perceber a extensão do dano causado a outro de forma a sentir-se responsabilizado e buscar meios no que tange a reparação.

Assim, a Justiça Restaurativa, vislumbra proporcionar um ambiente seguro, positivo, capaz de oportunizar a resolução de diversas formas de conflitos, envolvendo crianças, adolescentes, em âmbito escolar,

É relevante mencionar que a Justiça Restaurativa possui diversas metodologias. Dessa forma, é importante se estabelecer o objetivo que se pretende alcançar para saber qual das práticas restaurativas da Justiça Restaurativa utilizar.

Segundo Rosas (2020, p. 110):

Cada uma das possíveis práticas utilizadas sob a rubrica da Justiça Restaurativa tem técnicas, requisitos e objetivos, os quais devem ser observados para que não chame tudo de Justiça Restaurativa, sob pena de desvirtuá-la e infringir ainda mais dor e constrangimento aos implicados.

Segundo a autora (2020, p.111) “as práticas se diferenciam de acordo com o contexto em que são aplicadas”. Entretanto, SICA (2007, p.49 *apud* Rosas 2020, p.111), expõem que o “aspecto em comum é a busca de solução não violenta a um conflito, o que, em geral, é facilitado quando há a presença de um terceiro conduzindo o diálogo de alguma forma”.

Dentre as práticas da Justiça Restaurativa, podemos citar os Círculos, as Conferências, a Mediação vítima e ofensor. Neste trabalho, abordar-se-á sobre o círculo, visto que foi a metodologia empregada no Projeto Restaurar.

Para Rosas (2020, p.112) “os círculos são práticas mais presentes nas iniciativas voltadas à Justiça Restaurativa no Brasil”. Segundo a autora, “o círculo pretende ser um espaço seguro em que as pessoas se sintam acolhidas para falar de fatos que podem ter-lhes causado dor e ainda continuam a machucar-lhes.” (ROSAS, 2020, p.112).

Segundo Pranis, (2012, p.25 *apud* Rosas, 2020, p.112) “o formato circular simboliza liderança, partilha igualdade, inclusão, além de promover foco responsabilidade e participação de todos”. Assim, “o círculo tem como objetivo criar espaço seguro onde os participantes se sintam seguros para serem totalmente autênticos e fiéis a si mesmos” (PRANIS, 2012, p.26 *apud* ROSAS, 2020, p.113).

Para Pranis (2011, p.9) “o círculo é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis ou dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver as diferenças”.

Segundo Rosas (2020, p.112) “os elementos estruturais do círculo conforme orientações de Pranis são: a cerimônia, o bastão de fala ou objeto da palavra, o facilitador, as orientações e o processo decisório consensual”.

Quanto aos elementos estruturais do círculo, para a autora (2020, p.112-113) “a cerimônia tem por finalidade marcar o círculo como local sagrado, onde participantes colocam-se diante de si mesmos, e dos outros com uma qualidade de presença distintas dos encontros corriqueiros do dia a dia”, já o objeto da palavra enseja “organizar as intervenções e proporcionar a escuta ativa pelos participantes” (PRANIS, 2020, p. 49-55 *apud* ROSAS, 2020, p.113).

Neste entendimento, a realização de Círculos de Construção de Paz, ao propiciar um ambiente acolhedor, seguro, valendo-se da escuta atenta, pode oportunizar que os participantes, vítima e ofensor, bem como demais envolvidos, possam expressar-se de forma positiva, suas aceções, seus sentimentos, por meio do diálogo e assim buscar reparar, e restaurar as relações.

É importante expor que os círculos também podem ser utilizados como ferramentas de prevenção, uma vez que para Pranis (2005, p.168), os círculos poderiam prevenir animosidades, visto que se busca, por meio do círculo o senso de interligação, humanidade e partilha. Nesse sentido, pode-se diminuir a probabilidade no que se refere, a mal-entendidos, hostilidades, ressentimentos que geralmente desencadeiam conflitos, por meio de Círculos de Construção de paz.

Desse modo, a introdução da prática de Círculos de Construção de Paz em ambiente escolar pode ensejar uma Cultura de Paz.

Quanto à cultura da paz, a Declaração sobre uma Cultura de Paz, da Organização das Nações Unidas – ONU, 1999, traz sua definição em seu artigo 1º:

Uma Cultura de Paz é um conjunto de valores, atitudes, tradições, comportamentos e estilos de vida baseados: [...] respeito à vida, no fim da violência e na promoção e prática da não-violência por meio da educação, do diálogo e da cooperação. Pleno respeito e na promoção de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais; no compromisso com a solução pacífica dos conflitos; no respeito e fomento à igualdade de direitos e oportunidades de mulheres e homens. (ONU, 1999).

No relatório “Educação, um tesouro a descobrir” da UNESCO (1998), constam quatro pilares para a educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser. Assim, em um ambiente escolar, além de aprender a fazer, ser, conhecer, é fundamental, aprender a conviver, de forma a respeitar as diferenças, a cooperar, a contribuir com o outro. Desse modo, a escola deve buscar meios capazes de promover o exercício de valores tais quais, empatia, respeito, dentre outros e também meios capazes de proporcionar conhecimento sobre suas habilidades, e seus limites.

Neste contexto, a Justiça Restaurativa, por meio dos Círculos de Construção de Paz pode contribuir em âmbito escolar, quanto ao exercício de valores, no desenvolvimento de aptidões de crianças e adolescentes, inculcando assim, uma Cultura de Paz, e não apenas recorrer a essa quando o conflito já se encontra instaurado, mas como prevenção.

Diante do exposto, pode se dizer que a Justiça Restaurativa traduz-se em uma prática social, capaz de contribuir para o desenvolvimento do aluno enquanto sujeito de direitos e deveres, com base na segurança, liberdade, diálogo, respeito, de modo a proporcionar reflexões acerca da importância das diferenças, da diversidade de pensamentos, e concepções para crescimento enquanto ser humano, dando-lhe autonomia para restaurar suas relações, conviver de forma pacífica, vivenciando uma cultura de paz, estimulando o exercício da cidadania. Nesse sentido percebe-se a relevância em implementar a Cultura da Paz em escolas de forma a assegurar pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

4 AÇÃO DO PROJETO RESTAURAR NO COLÉGIO ESTADUAL VISCONDE DE GUARAPUAVA/PR

O Projeto de extensão restaurar, busca elaborar, aplicar e avaliar possibilidades da Justiça Restaurativa em âmbito escolar no intuito de prevenir e dirimir conflitos que possam existir entre alunos, entre alunos e professores bem como com aqueles que integram o ambiente escolar.

Vale-se dos Círculos de Construção de Paz, metodologia escolhida para este trabalho, visando oportunizar um ambiente seguro, no qual por meio do diálogo os participantes poderiam expor suas emoções, discutir os problemas, refletir sobre suas ações, a fim de dirimir o conflito existente.

Como já exposto, a ação do Projeto foi desenvolvida no Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, segundo a professora “não havia clima para ministrar as aulas, pois todo e qualquer exemplo do conteúdo era distorcido por eles”. A professora acrescentou que tentou de várias formas dirimir o conflito, entretanto a “hostilidade por parte dos alunos apenas aumentava”.

Segundo a professora:

Tão logo o conflito instaurou-se, busquei auxílio no Núcleo Regional de Educação de Guarapuava, a equipe pedagógica responsável pela área de filosofia e história foi conversar com alunos e direção, alguns alunos foram transferidos para outras salas, porém a situação parecia agravar-se ainda mais”.

Devido às inúmeras tentativas frustradas de sanar o conflito a professora que havia ouvido falar sobre a Justiça Restaurativa, entrou em contato de forma a buscar auxílio por meio das práticas restaurativas, para dirimir o conflito. Apesar de a expectativa por parte da professora ser positiva quanto às práticas, o receio era de que “os alunos não dessem abertura, não aceitassem participar do círculo, ou fossem hostis, debochados com os facilitadores”.

De fato, o receio da professora era passível de compreensão visto que conforme já exposto, no art. 2º da Resolução 225/16, a voluntariedade, a participação, a consensualidade são princípios norteadores da Justiça Restaurativa. Dessa forma, se os alunos não estivessem dispostos a participar não poderiam ser obrigados.

Após a conversa com a professora, roteiros e materiais foram confeccionados e elaborados, a fim de serem utilizados nos círculos, agendou-se datas e horários conforme as aulas da professora e deu-se início à ação do projeto.

Os círculos foram realizados nos horários de aula da professora com suas respectivas turmas com grupos entre 22 e 27 alunos e a professora também participou.

O primeiro foi realizado em 24 de outubro de 2018 com alunos do 2º ano do Ensino Médio, o segundo círculo foi realizado em 13 de novembro de 2018 com alunos do 3º ano do Ensino Médio e o terceiro círculo foi realizado com alunos do 1º ano do Ensino Médio.

O projeto iniciou-se com os alunos do 2º ano do Ensino Médio, visto que o conflito se encontrava entre esses e a professora.

Ao início do círculo os alunos receberam explicações sobre o projeto, sobre a metodologia a ser empregada, também foi exposto sobre a importância de ouvir o outro, e que para garantir que todos pudessem falar e serem ouvidos utilizou-se o objeto da palavra, que permitiria que cada um tivesse o momento de expressar seus sentimentos e opiniões sem interrupções.

Em um primeiro momento, os alunos das três turmas mostraram-se um pouco apreensivos, mais observavam do que falavam, alguns no início se mostraram resistentes em participar. Entretanto, o roteiro foi se desenvolvendo, e à medida que alguns falavam sobre si, outros também se sentiram mais à vontade em compartilhar seus anseios, suas emoções e contribuir com suas experiências e vivências.

A partir do momento em que os alunos começaram a expor seus sentimentos, suas emoções, a pretensão do círculo conforme as acepções de Rosas (2020, p.112) já tratadas, foi alcançada.

Um dos alunos expôs que: “achei que iria ser mais uma daquelas palestras chatas, para brigar com a gente”.

Durante as práticas, diversos foram os relatos sobre questões familiares, bullying, e a cada exposição, os alunos identificavam-se com as situações vivenciadas por seus colegas. Alguns mostraram-se surpresos e chegaram a dizer “eu não sabia que você havia passado por isso”, outros, “isso também aconteceu na minha família”.

Os alunos puderam perceber que muitos dos colegas, mesmo estudando juntos há certo tempo, pouco ou quase nada sabiam sobre os outros. Tinham uma visão superficial do outro, formaram um juízo de valor equivocado sobre o outro, apenas com base na aparência, atitudes, falas, notas, dentre outros.

Quando foi solicitado para que elencassem o valor que mais consideravam importante para aquele momento, e o porquê, palavras tais quais respeito, empatia, união, foram as mais mencionadas. Ao elencarem e abordarem sobre os valores que

consideravam importantes e o motivo da escolha, os alunos puderam perceber onde estavam suas falhas, perceberam também que embora frisassem que o respeito era o valor que mais lhes era importante, não o exerciam. Diante das exposições, os alunos já apontavam de que forma poderiam melhorar.

Para Pranis (2011, p.9), “cada participante tem dons a oferecer na busca para encontrar uma boa solução para o problema”, os alunos ao ouvirem seus colegas, aguardavam ansiosos pelo momento de sua fala, para que pudessem confortar, sugerir soluções, com base em suas próprias vivências por já terem passado por situação semelhante.

Dessa forma, o apoio, a compreensão, finalidades presentes na Justiça Restaurativa, por meio da escuta ativa, diálogo, segundo Pranis (2010, p.44) foram evidenciadas no círculo.

Com relação ao conflito que ensejou o desenvolvimento no trabalho no colégio, professora e alunos não falaram propriamente do conflito em si, mas expuseram suas emoções, quando alguém lhes tratava com hostilidade e desrespeito.

Segundo a professora, “os alunos mantiveram suas acepções acerca dos candidatos que julgavam ser o melhor para o momento, entretanto, passaram a respeitar as ideias, as concepções daqueles que pensavam de forma diferente”. É importante mencionar que a prática dos círculos, não busca que todos partilhem de mesmos pensamentos, mas sim busca o respeito, a reflexão do porquê o outro pensa diferente do que se pensa e principalmente o respeito à diferença de concepções.

Alunos ainda, em suas falas manifestaram que “agora” compreendiam que as exposições da professora ao abordar certos conteúdos em sala de aula, não se referia ou era em defesa das próprias convicções, pontos de vistas pessoais da professora, apenas promovia reflexões, debates, conforme os objetivos propostos para as aulas de filosofia.

Muitos dos alunos chegaram a pedir desculpas aos colegas que tinham ofendido e magoado e à professora, comprometeram-se em exercer os valores, tais quais, respeito, empatia, compaixão, humildade, dentre outros, valores estes que os próprios alunos elencaram durante as práticas. Dessa forma, os objetivos trazidos por Zehr (1990) com relação ao reparo e cura, a responsabilização, o arrependimento, a reconciliação e o perdão foram alcançados.

Ao final do círculo cada um, em seu momento portando o objeto da palavra relatou sobre como estava se sentindo, muitos diziam se sentirem aliviados, outros diziam se sentirem alegres, outros ainda manifestaram que ficaram felizes por terem participado, mas que no início sentiram se apreensivos, que pensaram que seria uma “palestra chata”. Um dos alunos mencionou que “foi uma experiência diferente, me sinto feliz agora, mas estava com medo no começo”. A professora disse: “me sinto mais leve, foi uma experiência enriquecedora”. Cada participante comprometeu-se a melhorar naquilo que constatou estar em falha.

Após a realização dos círculos no ano de 2018, passadas algumas semanas, em conversa com a professora, essa relatou que “devido ao projeto realizado no colégio, os ânimos calcados em disputas acirradas, se acalmaram e o ano letivo terminou sem outros episódios de tensão”. A professora também expôs que “os alunos estavam mais participativos, mais respeitosos uns com os outros e comigo também”. Também chegaram a questionar a professora sobre quando, teria outro círculo no colégio.

Em 2019, foi possível realizar pós círculo com alunos que eram do 2º ano e agora curavam o 3º ano, os alunos mostraram-se mais seguros e já de início participativos. Para a professora “a autoanálise foi um ponto fundamental na transformação da postura dos alunos, e no meu resgate da tranquilidade no trabalho docente”.

A professora relatou que “ao final do ano de 2019, foi convidada pelos alunos, para participar como madrinha de turma na formatura deles, momento em que foi homenageada como professora e pode enfim experimentar sentimentos de carinho e gratidão”.

Quanto ao resultado esperado frente às expectativas a professora expôs que “supriu de forma muito satisfatória”.

Segundo a professora “o comportamento dos alunos, antes do círculo era muito agressivo e fechado em ideias próprias, sem abertura para diálogo. Após os círculos eles passaram a ouvir mais e desenvolverem empatia com os outros colegas”.

Para a professora “a transformação no comportamento dos alunos por meio dos círculos de construção de paz, foi notável”, de modo que a professora vislumbra

a possibilidade de realizar novos círculos, com outros alunos, com outras turmas, para que seja implementado uma cultura de paz nas escolas.

Por fim, após findado o trabalho acerca da prática dos círculos, enviou-se um questionário à professora de forma a buscar saber, sobre expectativas, anseios e resultados da professora com relação ao projeto. As respostas do mesmo encontram-se entre aspas no presente capítulo.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, evidenciou-se que a Justiça Restaurativa, por meio de Círculos de Construção de Paz trouxe a possibilidade de não apenas dirimir o conflito, mas também de que os envolvidos experimentassem sentimentos de gratidão, e refletissem sobre as diferenças de pensamentos, concepções, crenças, passando a respeitar os que pensavam de maneira diferente. Eles também puderam conscientizar-se sobre a responsabilidade de suas ações enquanto indivíduos convivendo em sociedade. Com isso também se evidenciou a importância do preparo e do papel do facilitador no âmbito da responsabilidade de auxiliar os participantes a criar um ambiente seguro para o diálogo, de modo a garantir um espaço de respeito. Nesse sentido, uma preparação cuidadosa é fundamental para que se tenha uma boa prática.

Quanto ao objetivo da ação do Projeto Restaurar no Colégio Estadual Visconde de Guarapuava, por meio do Círculo de Construção de Paz, pode-se dizer que este foi alcançado, uma vez que o conflito foi sanado, correspondendo assim com as expectativas da professora. É importante destacar que os Círculos de Construção de Paz também podem ser utilizados como prevenção a possíveis conflitos, desencadeados em ambiente escolar e não apenas quando o conflito já se encontra instaurado. Assim, pode-se inculcar uma Cultura de Paz nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei 12.594 de 18 de janeiro de 2012. **SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo**.

CURY, Munir; PAULA, Paulo Afonso Garrido de; MARÇURA, Jurandir Norberto. **Estatuto da criança e do adolescente anotado**. 3ª ed., rev. E atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CURY, Munir (coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais**. 9 ed., atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

JUSTIÇA, Conselho Nacional de. Resolução 125/16. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>. Acesso em 02/10/2020.

ROSAS, Patricia, M. **Justiça Criminal Restaurativa e Empoderamento no Brasil: experiências, possibilidades e limites**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MORIN, E. **Ciência e Consciência**. Trad: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PRANIS, K. **Processos Circulares**. São Paulo: Palas Athenas, 2010.

PRANIS, K. **Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz: Guia do facilitador**. Trad: Fátima De Bastiani. Porto Alegre: Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Departamento de Artes Gráficas, 2011.

ROSENBERG, Marshall B. **Comunicação Não Violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais**. 2. ed. São Paulo: Ágora, 2003.

UNESCO. **Educação, Um Tesouro a Descobrir**. São Paulo, Cortez, 1998.

ZEHR, H. **Justiça Restaurativa**. São Paulo: Palas Athenas Editora, 2012.

ZEHR, H. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

PROBLEMA FUTURO OU ATUAL? A PREVALÊNCIA DE LOMBALGIA E SEUS FATORES ASSOCIADOS EM ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA

Thaís Caroline Petry¹
Iago Vinícios Geller²
Willian Amauri Amarantes³

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa foi verificar a prevalência de lombalgia em acadêmicos de fisioterapia e os principais fatores de risco associados. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada no mês de maio de 2022 com 115 estudantes de graduação do curso de fisioterapia do Centro Universitário Ugv. A coleta de dados ocorreu através de um questionário aplicado nas cinco turmas de graduação do curso. Os resultados apresentaram uma prevalência de lombalgia de 74,78%, sendo evidenciado que mais da metade dos acadêmicos que apresentaram episódios de lombalgia adotam uma postura inadequada em sedestação, fator que pode estar diretamente ligado a prevalência encontrada neste estudo. Apesar dos acadêmicos deste curso possuírem os conhecimentos necessários sobre os mecanismos do corpo humano, patologias, tratamentos, bem como dos fatores de riscos que levam a lombalgia, não estão colocando em prática este conhecimento adquirido a si próprio, o que os leva a fazer parte dos altos índices estatísticos da lombalgia no Brasil.

Palavras-Chave: Dor. Lombar. Problemas. Fisioterapia.

ABSTRACT: The objective of this research was to verify the prevalence of low back pain in physiotherapy students and the main associated risk factors. This is quantitative research, carried out in May 2022 with 115 undergraduate students from the physiotherapy course at Centro Universitário Ugv. Data collection occurred through a questionnaire applied to the five undergraduate classes of the course. The results showed a prevalence of low back pain of 74.78%, showing that more than half of the students who presented episodes of low back pain adopt an inadequate posture when sitting, a factor that may be directly linked to the prevalence found in this study. Although the students on this course have the necessary knowledge about the mechanisms of the human body, pathologies, treatments, as well as the risk factors that lead to low back pain, they are not putting this acquired knowledge into practice, which leads them to be part of the high statistical indicators of low back pain in Brazil.

Keywords: Pain. Low back. Problems. Physiotherapy.

¹ Graduada em fisioterapia pela Ugv-Centro Universitário.

² Mestre em ciências biológicas pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) Bacharel em fisioterapia pela Ugv-Centro Universitário. Docente do colegiado de biomedicina e fisioterapia da Ugv e supervisor do estágio em ortopedia da clínica de fisioterapia Ugv.

³ Bacharel em fisioterapia pelo Centro Universitário Ugv. Docente do colegiado de fisioterapia e supervisor do estágio em neurologia da clínica de fisioterapia da Ugv-Centro Universitário.

1 INTRODUÇÃO

As doenças que acometem a coluna vertebral são responsáveis por grande parte das queixas dolorosas apresentadas na prática clínica, sendo uma das maiores causas de afastamento do trabalho e dentre as afecções que ocorrem na coluna vertebral, a lombalgia é a mais frequente, capaz de provocar desde limitações de movimento até uma invalidez temporária (FREITAS *et al.*, 2011). Isto pode ocorrer devido a sua sintomatologia, com início doloroso, que pode evoluir com restrição da amplitude de movimento, espasmos musculares protetores, com consequentes alterações na postura e diminuição da força muscular (MASCARENHAS; SANTOS, 2011).

A lombalgia pode ser classificada como dor, sensação de rigidez ou tensão na região baixa da coluna vertebral, comprometendo muitas vezes, em região de quadril e de membros inferiores (ALFIERI *et al.*, 2016). É caracterizada também como uma dor referida abaixo da margem das últimas costelas e acima das linhas glúteas inferiores, sendo que apenas 10% das lombalgias são causadas por problemas específicos de doenças (MORAIS; SILVA; SILVA, 2018) Acometendo ambos os sexos, podendo variar de uma dor súbita a uma dor intensa e prolongada (RACHED *et al.*, 2013).

Segundo a Organização Mundial da Saúde já se estima que 65% a 80% da população já teve ou terá lombalgia em alguma etapa da vida, sendo considerado um problema de saúde pública, de importante fator de morbidade, incapacidade funcional, absenteísmo e diminuição da produtividade. A dor lombar pode estar relacionada a diferentes causas, desde origem mecânica, inflamatória, neoplásica, infecciosa, metabólica, miofascial e psicossomática, fatores estes que podem ou não estar associados a alterações estruturais, biomecânicas e vasculares (Sousa; Leal; Carvalho, 2017). O sistema musculoesquelético está sujeito a ocorrências de desarmonia quando submetido a condições inadequadas que afetem diretamente a postura corporal do indivíduo, como após permanecer por longo período de tempo na posição sentada anti-ergonômica (FREITAS *et al.*, 2011).

Sabe-se que os profissionais da área da saúde estão incluídos nos altos índices de dores na região da coluna lombar, relacionados à ocupação laboral (MACHADO *et*

al., 2013). Os fisioterapeutas estão suscetíveis a alterações musculoesqueléticas, devido as atividades laborais com movimentos repetitivos de membros superiores, manutenção de posturas estáticas e dinâmicas por tempo prolongado e principalmente, movimentos de sobrecarga para coluna vertebral (GOMES; ANDRADE, 2011). Pode se destacar que o período universitário é usualmente marcado por uma mudança no estilo de vida do acadêmico (ALFIERI *et al.*, 2016). Alterações estruturais e biomecânicas nesse público podem ser decorrentes de posturas inadequadas, na forma de transporte de seu material e na necessidade de permanecer sentados por períodos prolongados (SOUSA; LEAL; CARVALHO, 2017).

Estudantes de fisioterapia estão potencialmente expostos as condições relacionadas aos fatores que levam ao aparecimento da lombalgia, podendo ter sua causa relacionada ao peso transportado nos materiais acadêmicos, bem como nos modelos de bolsas e mochilas utilizadas para esse transporte e também se destaca a necessidade dos acadêmicos em permanecer na postura sentada por um longo período de tempo (GOMES; ANDRADE, 2011). Ainda conforme Furtado *et al.*, (2014), a ocorrência ou a piora da dor lombar entre jovens e adultos estão ligados a fatores como sedentarismo, tabagismo e as alterações psicossociais.

Faz-se necessário elencar os principais fatores da causa de lombalgia, quantificar os acadêmicos afetados e buscar a prevenção de novos acometidos e o agravamento dos que já são afetados pela lombalgia, buscando através desse estudo um resgate de autoconhecimento e cuidado, para prevenir hábitos que possam gerar o quadro de lombalgia em decorrência da execução das atividades universitárias de forma inadequada e mesmo em seus hábitos pessoais, mantendo assim a integridade da coluna lombar de acadêmicos durante a fase de graduação, estágios e na sua carreira profissional. Deste modo, o objetivo deste trabalho foi verificar a prevalência de lombalgia em acadêmicos do curso de fisioterapia da UGV e os principais fatores de risco associados ao seu desenvolvimento bem como elencar problemas futuros deste início precoce da afecção.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como um estudo de campo de caráter quantitativo. O estudo foi desenvolvido com as turmas do 1º ao 5º ano (1º, 3º, 5º, 7º e 9º período) do curso de fisioterapia nas dependências da UGV- Centro Universitário, com sede à Rua Padre Saporiti, nº717, bairro Rio D' Areia, na Cidade de União da Vitória, Paraná. A Instituição de ensino conta com mais de 4 mil alunos divididos em 22 cursos de graduação, dentre eles o curso de fisioterapia no qual foi aplicado este estudo.

Por se tratar de estudo com seres humanos, ocorreu a aprovação do Núcleo de Ética e Bioética (NEB) da UGV- Centro Universitário. Após a instituição de ensino ser comunicada, e ficar ciente a respeito da pesquisa, ocorreu também à aprovação por parte da coordenação do curso de fisioterapia através do termo de autorização para então ser aplicado os termos legais de TCLE aos participantes do estudo e ser dado assim o início a pesquisa e coleta dos dados necessários para esse estudo. A coleta dos dados ocorreu no dia 24 de maio de 2022 através do questionário com perguntas planejadas e específicas para obter as respostas necessárias para a elaboração deste estudo, sendo utilizado a EVA para avaliar a intensidade da dor na região lombar nos acadêmicos que relataram algum episódio de dor, esta escala estava inclusa dentro do próprio questionário online. Os resultados foram processados utilizando o programa Excel versão 365 e através do mesmo, ocorreu a elaboração das tabelas e gráficos utilizados neste trabalho.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram do estudo 115 acadêmicos, com prevalência do gênero feminino representando 86,95% e masculino 13,04%. Em relação a idade dos participantes a amostra é composta principalmente entre 17 e 22 anos (83,47%); 23 a 27 anos (11,30%); 28 a 32 anos (3,47%) e 33 a 37 anos (1,76%).

Ao analisar a massa corporal dos participantes que variou predominantemente de 42kg a 74kg e a altura teve maior predominância ao intervalo de 1,61m a 1,70m, foi possível realizar o cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC) apresentado na tabela 1 importante para a avaliação do peso e possíveis fatores ligados a lombalgia.

Tabela 1- Classificação do IMC dos acadêmicos de fisioterapia da Ugv

Índice de Massa Corporal	Quantidade
Abaixo do Peso	3
Peso Normal	67
Acima do Peso	32
Obesidade I	4
Obesidade II	1
Obesidade III	1
Não responderam	7

Ao analisar os dados acima é possível definir o Índice de Massa Corporal (IMC) dos participantes, de forma que 58,3% são classificados como “peso normal” e 41,7% estão fora do peso ideal para sua altura. A conexão entre a lombalgia e obesidade vem sendo estudada por diversos autores e apontada em estudos como uma possível ligação devida á alterações anatômicas com provável aumento da lordose lombar e a maior compressão e favorecimento para degeneração dos discos intervertebrais (OLIVEIRA; SALGUEIRO; ALFIERI, 2014). Contudo não será abordado neste trabalho a relação direta entre lombalgia e obesidade a presente amostra, visto que são necessárias mais avaliações comparativas entre as variáveis, contudo é sugerido uma possível relação entre ambas.

Os resultados referentes a dor lombar (tabela 2) indicam prevalência de lombalgia em 74,78% dos participantes do estudo, com percentuais de: 67,83% do gênero feminino e 6,96% para o masculino. Dentre os acadêmicos, 75,58% informaram que apresentaram quadro algico de 1 a 3 semanas; 2,33% de 3 semanas a 3 meses; 1,16% por mais de 3 meses e 20,93% ainda relatam apresentar dor. Dos participantes, 10,47% apontaram dor em grau leve; 86,05% em grau moderado e 3,49% em grau intenso. No mesmo grupo, os tipos de dor relatados foram de dor em queimação correspondendo a 23,26%; dor continua 38,37%; dor em fisgada 29,07% e dor que irradia também para perna 9,3%.

Tabela 2- Distribuição das variáveis: dor, duração, intensidade e tipo de dor relacionado a lombalgia em acadêmicos de fisioterapia da Ugv

Variáveis	Fem %	Fem %	Masc %	Masc %	Total	Total %
Apresentou lombalgia (n=115)						
Não	22	(19.13%)	7	(6.09%)	29	(25.22%)
Sim	78	(67.83%)	8	(6.96%)	86	(74.78%)
Duração da dor (n=86)						
1 a 3 semanas	61	(70.93%)	4	(4.65%)	65	(75.58%)
3 semanas a 3 meses	2	(2.33%)	0	(0%)	2	(2.33%)
Ainda apresento dor	14	(16.28%)	4	(4.65%)	18	(20.93%)
Mais de três meses	1	(1.16%)	0	(0%)	1	(1.16%)
Intensidade da dor lombar (EVA) (n=86)						
0 a 2 (Leve)	8	(9.3%)	1	(1.16%)	9	(10.47%)
3 a 7 (Moderada)	67	(77.91%)	7	(8.14%)	74	(86.05%)
8 a 10 (Intensa)	3	(3.49%)	0	(0%)	3	(3.49%)
Tipo da dor (n=86)						
Dor como queimação	18	(20.93%)	2	(2.33%)	20	(23.26%)
Dor continua	30	(34.89%)	3	(3.45%)	33	(38.37%)
Dor em fisgadas	22	(25.58%)	3	(3.49%)	25	(29.07%)
Dor que irradia para perna	8	(9.3%)	0	(0%)	8	(9.3%)

Alfieri et al. (2016) em seu estudo sobre a prevalência de lombalgia em universitário da saúde e sua relação com estilo de vida e nível de atividade física, apresentam resultados similares, onde mais da metade dos 86 participantes do seu estudo (57%), apresentaram lombalgia. Ainda os autores destacaram o fato de que mesmo uma população relativamente jovem, apresenta uma alta prevalência para dor lombar.

No estudo de Abi-Ackel; Storino (2020), com 151 acadêmicos de medicina da Faculdade de Medicina da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MG) a respeito da postura inadequada e a presença de lombalgia, foram divididos em 2 grupos, onde o grupo 1 representado por acadêmicos com dor (102 alunos), dos quais 44% apresentaram dores mais de uma vez na semana, 27% ao menos uma vez na semana e 27% ao menos uma vez ao mês, sendo que estes autores também verificaram uma alta prevalência de dor em acadêmicos, com aproximadamente 67,5% dos participantes apontando que ao menos uma vez já apresentaram episódio de lombalgia.

Outros autores que abordaram o perfil de lombalgia em acadêmicos de fisioterapia com relação ao colchão e decúbito durante o sono, apresentaram em seus resultados que dos 51 participantes da pesquisa, 44 relataram sentir dor na coluna

lombar, correspondendo a 86,27%, o que demonstra uma alta prevalência de lombalgia nesse público (REIS; SANCHES; ALVES, 2020).

Um estudo conduzido por Moraes; Silva; Silva (2018), a prevalência de dor relatada no último ano foi de 56,3% e na última semana de 27,1%, a pesquisa foi composta por um total de 410 estudantes de fisioterapia. Em outro estudo realizado por Coelho (2017), sobre dores nas costas em um grupo de estudantes universitários, é possível observar que o local mais indicado para dor foi o da região lombar, com aproximadamente 49% das respostas, o estudo foi realizado com 90 estudantes de graduação de diferentes cursos de uma Instituição de Ensino Superior da cidade de Fortaleza, CE.

Todos os autores mencionados acima, apresentaram em seus respectivos estudos uma alta prevalência de lombalgia em acadêmicos do ensino superior, independente do fator avaliado como causador, demonstrando que mesmo com uma faixa etária jovem, existe um número significativo de afetados pela dor lombar, corroborando com os achados da análise deste estudo. Alfieri *et al.*, (2016) “Se levarmos em consideração que cerca de 50-80% da população tem, teve ou terá dor lombar, boa parte destes jovens estudantes já se encontram dentro desta estimativa.

Ao analisar a prevalência de lombalgia separadamente por período do curso, é possível identificar um aumento de lombalgia entre acadêmicos do primeiro período do curso para o último, onde o primeiro período apresentou uma relação de 48,28% de alunos que relataram já ter passado por algum episódio de lombalgia, enquanto o nono período apresentou uma porcentagem de 90,91% de alunos afetados por esse quadro, conforme a tabela 3.

Tabela 3- Divisão de lombalgia por período do curso de fisioterapia da Ugv

Turma	Dor				Total
	Não	Não %	Sim	Sim %	
1° Período	15	51,72%	14	48,28%	29
3° Período	5	23,81%	16	76,19%	21
5° Período	4	14,81%	23	85,19%	27
7° Período	3	18,75%	13	81,25%	16
9° Período	2	9,09%	20	90,91%	22
Total	29	25,22%	86	74,78%	115

Da Silva; Somerlate; Camey (2020) observou resultados semelhantes com estudante de fisioterapia, aumentando a incidência de acordo com o avanço dos

períodos. Esses dados podem demonstrar que os acadêmicos do último período estão sob forte influências mecânicas (atendimento em posturas erradas, muitas horas de estudo em ambiente inadequado) além de influências psicológicas (stress) que podem afetar ou intensificar as dores físicas, sendo externada na forma de dor na região da lombar.

Avaliou-se também no estudo a postura adotada durante as aulas (Figura 1). Os resultados foram que apenas 5, dos 86 acadêmicos que referem já ter apresentado lombalgia, indicaram na pesquisa a postura considerada como a mais correta por autores, e 6 alunos dos 29 que não apresentam dor (11 respostas ao total). No questionário a postura ideal seria a identifica pelo número 2 (opção 2). A postura mais indicada foi a opção 3, com 43 respostas ao total, seguida pela opção 1 e 5 com 27 respostas em cada. A porcentagem da tabela 4 foi realizada pela opção indicada pelos acadêmicos e não pelo total do número de participantes do estudo.

Figura 1- Opções de postura do questionário.



Tabela 4 - Relação das posturas indicadas pelos acadêmicos.

Postura	Não apresentou dor	%	Apresentou dor	%	Total Geral
Opção 1	4	14,82%	23	85,19%	27
Opção 2	6	54,55%	5	45,46%	11
Opção 3	8	18,61%	35	81,40%	43
Opção 4	0	0,00%	4	100,00%	4
Opção 5	11	40,74%	16	59,26%	27
Outra postura	0	0,00%	3	100,00%	3

Através das respostas obtidas com relação a postura, é possível elencar como uma das causas da lombalgia apresentadas pelos acadêmicos de fisioterapia, a postura inadequada adotada durante as aulas, elemento esse que pode também ser associado as horas passadas diárias nessa postura.

Em relação aos exercícios físicos, 72 acadêmicos praticavam alguma modalidade de exercício, sendo o crossfit e academia os mais mencionados, correspondendo a 31% dos participantes do estudo. Observando os resultados apresentados na tabela 10, percebe-se que o grupo que pratica algum exercício físico apresentou menor prevalência de lombalgia quando comparado ao grupo não praticante, correspondendo a 21,7% a menos de prevalência de dor na região lombar.

Resultados similares foram observados no estudo de Souza; Leal; Carvalho (2017), onde o sedentarismo apresentou associação a lombalgia, além disso os mesmos autores mencionam que outros estudos também sugerem que pessoas que se exercitam regularmente podem apresentar prevalência para dor lombar, o que também foi observado ao analisar os dados do presente estudo. Fato esse que pode estar ligado a determinadas modalidades de exercícios físicos, ao tempo e frequência destinado a prática, se o exercício está sendo executado de forma correta, como exemplo, com relação a fatores posturais.

Dentre os fatores de estilo de vida, a atividade física merece atenção, pois aproximadamente um quinto da população brasileira não pratica nenhum tipo de exercício físico e diversos estudos já demonstraram que atividade física insuficiente é um fator de risco para o desenvolvimento de lombalgia (ALFIERI *et al.*, 2016).

Mesmo diante da alta prevalência de lombalgia identificada neste estudo, apenas 34,9% dos acadêmicos que relataram lombalgia, informaram que a dor afetou suas atividades diárias e influenciou negativamente na sua vida. Mais da metade dos participantes com lombalgia (60,5%), indicaram que ao permanecer sentados, como durante as aulas, a dor se apresentava mais intensa, conforme pode ser observado na tabela 5.

Tabela 5 - Variáveis sobre o período com lombalgia.

Variáveis	Quantidade			
	Não	%	Sim	%
A dor prejudica o sono	62	72,1%	24	27,9%
A dor piora ao levantar da cadeira ou cama	50	58,1%	36	41,9%
A dor melhor com o repouso	14	16,3%	72	83,7%
A dor piora ao subir escadas	63	73,3%	23	26,7%
A dor piora ao permanecer sentado	34	39,5%	52	60,5%
A dor piora ao se abaixar ou colocar sapatos	37	43,0%	49	53,5%
A dor piora ao tomar banho	84	97,7%	2	2,3%
A dor afeta a vida diária	56	65,1%	30	34,9%
Houve busca de ajuda de fisioterapeuta	71	82,6%	15	17,4%

Você fez uso de alguma medicação para o alívio da dor? Se usou, por quanto tempo?		
	n	%
Ainda faço uso de medicação	2	2,3%
Não usei	53	61,6%
Sim, de 1 a 7 dias	27	31,4%
Sim, de 1 semana a 1 mês	3	3,5%
Sim, mais de 1 mês	1	1,2%

Outro dado que chama atenção neste estudo, é que apenas 17,4% dos acadêmicos que apresentaram lombalgia buscaram ajuda de um profissional, como o médico ou fisioterapeuta, desta forma não recebendo uma avaliação clínica para descartar outros problemas associados a essa dor e nem orientações de como proceder para evitar novos episódios de lombalgia ou o agravamento deste quadro algico. Para Alfieri *et al.*, (2016) deve ser levado em consideração o fato que a prevalência e a intensidade da dor devem aumentar com o passar do tempo, pois a lombalgia tende a aumentar conforme a idade avança.

Analisando os dados do presente estudo bem como a revisão sistemática de Dos Santos; Da Silva; Alencar (2021) observa-se que os fatores mais comuns para o surgimento de lombalgia nos universitários se dão principalmente por períodos prolongados na postura sentada, posturas inadequadas, inatividade física. Os acadêmicos devem tentar conciliar uma vida mais saudável com atividades físicas regulares e acompanhamento profissional quando necessário.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista os aspectos analisados no decorrer deste trabalho, é notório que dentre os acadêmicos do curso de fisioterapia da instituição de ensino superior privada UGV- Centro Universitário da cidade de União da Vitória, a lombalgia possui uma alta prevalência (74,78%) e estatisticamente os resultados são preocupantes. A classe dos acadêmicos participantes deste estudo é composta em sua maioria por pessoas do sexo feminino e na classificação de idade como jovem. Foi observado que o período mais afetado pela lombalgia foi o do nono período, turma que representa o último ano da faculdade e que a prevalência de lombalgia se mostrou com aumento gradativo do primeiro período ao último, apresentando apenas uma pequena diminuição entre a turma do quinto e sétimo período.

Dentre os fatores identificados como de risco para o desenvolvimento da lombalgia e que podem estar relacionados aos achados estatísticos deste estudo, o mais evidente é o da postura inadequada ao assistir as aulas, comprometendo a região lombar e levando ao quadro álgico nesta região da coluna vertebral. Ainda dentre os fatores de risco, podem ser mencionados o meio de transporte e a não prática de exercícios, porém os resultados obtidos não são tão evidentes para esses indicadores, quanto os encontrados a respeito da postura ergonômica adotada.

Apesar dos acadêmicos deste curso possuírem conhecimentos necessários sobre os mecanismos do corpo humano, patologias, tratamentos, bem como dos fatores de riscos que levam a lombalgia, não estão colocando em prática este conhecimento adquirido a si próprio, o que os leva a fazer parte dos altos índices estatísticos da lombalgia no Brasil. Desta forma é necessário reforçar a conscientização a estes futuros profissionais fisioterapeutas, desde a vida acadêmica, estes que faram parte de uma classe de trabalhadores da saúde, os quais buscam diariamente o cuidado, prevenção e recuperação dos mais diversos pacientes, assim devem cuidar primeiramente de si, com relação não apenas a sua coluna vertebral, mas também do seu corpo e mente em um todo, pois estes serão um dos principais instrumentos utilizados em seu trabalho.

REFERÊNCIAS

ABI-ACKEL, Ana Miranda; STORINO, Artur Ferri Leite. Postura inadequada em acadêmicos de Medicina e a presença de lombalgia. **Revista Interdisciplinar de**

Extensão, Betim, v. 4, n. 7, p. 70-82, 16 jun. 2020. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/20506/16668>. Acesso em: 20 mai. 2023.

ALFIERI, Fábio Marcon et al. Prevalência de dor lombar em universitários da saúde e sua relação com estilo de vida e nível de atividade física. **Inspirar**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 27-31, out. 2016.

COELHO, Carlos Jhone. Prevalência, frequência e fatores associados a dores nas costas em um grupo de estudantes universitários. **Varia Scientia–Ciências da Saúde**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 9-15, 15 maio 2017. Disponível em:
<https://saber.unioeste.br/index.php/variasaude/article/view/16345/11602>. Acesso em: 25 mai. 2023.

DA SILVA, Michael Douglas SOMERLATE; CAMEY, Leonardo Ura; CUNHA, Rodrigo Gontijo. Dor e incapacidade na região lombar referente a lombalgia em alunos dos últimos períodos do curso de fisioterapia em uma instituição de ensino superior. **NBC-Periódico Científico do Núcleo de Biociências**, v. 10, n. 19, 2020.

DOS SANTOS, Flávia Letícia Mendes; DA SILVA, Kamila Farias; DE ALENCAR, Indiara. A prevalência de lombalgia em universitários: revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e353101321347-e353101321347, 2021.

FREITAS, K. P. N.; BARROS, S. S.; ÂNGELO, R. C. O.; UCHÔA, E. P. B.; Lombalgia ocupacional e a postura sentada: efeitos da cinesioterapia laboral; **Rev. Dor**. São Paulo, 2011 out-dez;12(4):308-13. Acesso em 25/01/2022

FURTADO, Rita Neli Vilar *et al.* **Dor lombar inespecífica em adultos jovens**: fatores de risco associados. **Revista Brasileira de Reumatologia**, São Paulo, v. 54, n. 5, p. 371-377, jun. 2014.

GOMES NETO, Mansueto; ANDRADE, Debora Longo Bahia de. Frequência de dor lombar em acadêmicos do curso de fisioterapia. *Terapia Manual: fisioterapia manipulativa*, **Pituba**, v. 9, n. 44, p. 398-403, jul. 2011. Bimestral. Disponível em:
http://host-client-assets.s3.amazonaws.com/files/mtprehab/tm_2011_44.pdf#page=82. Acesso em: 21 ago. 2023.

GOMES NETO, Mansueto; ANDRADE, Debora Longo Bahia de. Frequência de dor lombar em acadêmicos do curso de fisioterapia. *Terapia Manual: fisioterapia manipulativa*, **Pituba**, v. 9, n. 44, p. 398-403, jul. 2011. Bimestral. Disponível em:
http://host-client-assets.s3.amazonaws.com/files/mtprehab/tm_2011_44.pdf#page=82. Acesso em: 21 ago. 2023.

MACHADO, Raydel Marques et al. **Lombalgia em estagiários de fisioterapia da clínica escola da universidade salgado de oliveira** - campus goiânia. *Cadernos de Estudos e Pesquisas*, Goiânia, v. 17, n. 30, p. 13-21, jun. 2013

MASCARENHAS, Claudio Henrique Meira; SANTOS, Leandro Silva. **Avaliação da dor e da capacidade funcional em indivíduos com lombalgia crônica**. *J Health Sci Ins*, Bahia, v. 29, n. 3, p. 205-208, 28 mar. 2022.

MORAIS, Markeyllanne Leocadio; SILVA, Vanessa Kely Oliveira; SILVA, José Mário Nunes da. Prevalence of low back pain and associated factors among physiotherapy students. *Brazilian Journal Of Pain*, [S.L.], v. 1, n. 3, p. 241-247, 2018. GN1 Genesis Network. <http://dx.doi.org/10.5935/2595-0118.20180047>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/brjp/a/f5vpqTKLsQpQJjnc7jm3Jw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

OLIVEIRA, Janaina Gonçalves de; SALGUEIRO, Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira; ALFIERI, Fábio Marcon. Lombalgia e Estilo de Vida. *Unopar Cient Ciênc Biol Saúde*, São Paulo, v. 16, n. 4, p. 341-344, jul. 2014

RACHED, Roberto del Valhe Abi *et al.* Lombalgia inespecífica crônica: reabilitação. *Revista da Associação Médica Brasileira*, [S.L.], v. 59, n. 6, p. 536-553, nov. 2013. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.ramb.2013.10.003>.

REIS, Leonardo Passidonia dos; SANCHES, Jéssica Caroline Cruz; ALVES, Henrique Eduardo Maia. Perfil de lombalgia em acadêmicos de Fisioterapia: relação com colchão e decúbito durante o sono. *Disciplinarum Scientia - Ciências da Saúde*, [S.L.], v. 21, n. 1, p. 107-118, 2020

SOUSA, Priscila Oliveira; LEAL, Seânia Santos; CARVALHO, Maria Ester Ibiapina Mendes de. Lombalgia, hábitos posturais e comportamentais em acadêmicos de Fisioterapia e Psicologia de uma instituição de ensino superior. *Fisioterapia Brasil*, Teresina, v. 18, n. 5, p. 563-570, ago. 2017.

TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA E INTERDISCIPLINARIDADE EM FACE A TEORIA DA COMPLEXIDADE

Robson Stigar¹
Vanessa Roberta Massambani Ruthes²
Anderfabio Oliveira dos Santos³

RESUMO: O presente artigo apresenta a relação existente entre a transposição didática e interdisciplinaridade a partir da epistemologia da teoria da complexidade. Em um primeiro momento serão apresentadas as concepções que fundamentam a transposição didática e a interdisciplinaridade. Posteriormente estudaremos sobre os pressupostos da teoria da complexidade, que apoiam a superação de uma concepção pedagógica baseada apenas na mediação e a relação existente entre a teoria e a prática, tendo como resultado final uma práxis epistemológica de fundamental importância para compreendermos o cenário acadêmico e científico da Modernidade. Analisaremos o conceito e o comportamento da ciência e da educação na modernidade, bem como seu papel normativo, formativo e ético.

Palavras Chaves: Complexidade, Didática, Interdisciplinaridade, Transposição.

ABSTRACT: This article presents the relationship between didactic transposition and interdisciplinarity based on the epistemology of complexity theory. At first, the concepts that underlie the didactic transposition and interdisciplinarity will be presented. Subsequently, we will study the assumptions of complexity theory, which support the overcoming of a pedagogical conception based only on mediation and the relationship between theory and practice, having as a final result an epistemological praxis of fundamental importance for us to understand the academic and scientific scenario of Modernity. We will analyze the concept and behavior of science and education in modern times, as well as their normative, formative and ethical role.

Keywords: Complexity, Didactics, Interdisciplinarity, Transposition.

1 INTRODUÇÃO

No final século XX e início do século XXI, a educação, as ciências e outras áreas do saber, começaram a buscar um conhecimento transdisciplinar, baseando-se na compreensão não linear de diversos níveis da realidade, na inclusão lógica de um terceiro elemento para além das contradições. Emergiu, assim, o pensamento complexo ou o paradigma da complexidade, propondo uma democracia cognitiva, desenvolvendo um diálogo entre as diversas áreas do conhecimento.

¹ Doutor em Ciência da Religião pela PUCSP – robsonstigar@gmail.com

² Doutora em Teologia pela PUCPR – vanessa_ruthes@yahoo.com.br

³ Mestrando em Educação na UFJF – anderfabio@educacao.pr.gov.br

A proposta de um novo paradigma cresce no ambiente acadêmico, científico e social, visa a uma abordagem transdisciplinar da realidade e a mudança de paradigma do conhecimento, abandonando assim o reducionismo, que vinha sendo pautado no âmbito da investigação científica em boa parte dos campos do saber.

Desta forma o objetivo do presente artigo é compreender o papel da interdisciplinaridade e da transposição didática face a ciência moderna e educação. Para tal, será realizada uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, fundamentada na epistemologia da complexidade.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A CIÊNCIA NA MODERNIDADE E A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA

O conhecimento científico tem tornado possível um extraordinário progresso em inúmeros campos de saber. Entretanto, também vivenciamos uma espécie de paradoxo na relação ciência-tecnologia, que pode ser interpretado como progresso e destruição. Ao discutir-se a ciência, deparamo-nos com imposições e limitações que caminham paralelamente ao desenvolvimento do saber científico. Entretanto, surgem várias críticas a esse modo de conceber o mundo, a sociedade, o ser humano e a ciência, dado que o processo de globalização produziu transformações que atingem todos os setores da vida humana e sociedade.

Parte dessas críticas é fundamentada por Edgar Morin, que tem como ponto de partida o atual *status* conferido à ciência. Morin critica a concentração do saber científico produzido nas mãos do Estado e das redes econômicas e industriais, que reforçam a dominação e seus instrumentos de controle, inviabilizando a autonomia do cientista e de sua pesquisa. Morin propõe reformar esta estrutura, promovendo, assim, o surgimento da perspectiva axiológica junto a abordagem científica.

Os pensamentos de Edgar Morin contribuem significativamente para reforçar a crise provocada na sociedade nos últimos séculos vinda da grande fragmentação do conhecimento e do ser humano. Sua concepção de ser humano, de cultura, de sociedade, de ética, de mitologia, de ciência, dentre outros, passam a ser caracterizadas como saberes culturais e globais, uma vez que promovem à abertura para a pluralidade social, científica, cultural e religiosa, promovendo uma formação

integral e uma conscientização sobre a totalidade, que são por sua vez, características do pensamento complexo.

A insistência de Morin em questionar a *episteme* moderna deve-se, em grande parte, ao fato de que ela sustenta a maioria dos equívocos cognitivos contemporâneos, refletindo-se acima de tudo, na completude do ser, na ética e na tríade do relacionamento humano: consigo, com o outro e com a espécie, temos nesta tríade um espaço para o religioso ou para a religiosidade, uma vez que esta faz parte da formação integral proposta pela teoria da complexidade.

A partir de um método de conhecimento sobre a complexidade da vida e da cultura de Edgar Morin, chegamos ao pensamento de que necessitamos de uma nova ética, denominada de ética da compreensão e da tolerância, não se limitando a uma conduta acadêmica e científica. Mas, deve principalmente estender-se aos diferentes campos da experiência e existência humana, dos saberes locais e regionais, da literatura e das artes, da religião e da política. Assim sendo, precisamos promover uma interligação dos saberes das diversas áreas do conhecimento, incluindo a religiosidade que também é considerada como saber.

Para Morin, o ser humano antes da busca, no conhecimento uma maior integração com a natureza, o estabelecimento de uma relação cada vez mais harmônica. Isto porque, em função do paradigma qualitativo vigente, o homem se via como parte da natureza. A atual ciência é incapaz de pensar a si mesma de tanto crer que seu conhecimento é o reflexo do real. Este princípio elimina o observador da observação, não permitindo o sujeito introduzir-se criticamente e reflexivamente no seu conhecimento dos objetos.

A fragmentação dos saberes e a necessidade de sua superação é um problema presente na ciência, na prática pedagógica e no meio acadêmico. Assim sendo, precisamos urgentemente superar essa cosmovisão equivocada, ou seja, precisamos de um novo paradigma científico, que seja capaz de visualizar o objeto estudado a partir da perspectiva do todo, bem como seja capaz de estar no ambiente acadêmico e escolar de forma didática e colaborativa para o aprendizado do estudante, ou seja, necessita-se que este novo paradigma viabilize a transposição didática que necessitamos.

Para abordar a problemática do conhecimento, Morin propõe uma hierarquização entre Sabedoria, Conhecimento e Informação. Muita informação obscurece o conhecimento, sendo assim, temos no conhecimento a mesma complexidade que temos no progresso. Edgar Morin parte para uma análise do conhecimento particularmente científico, reconhecendo certos avanços teóricos e técnicos que os últimos séculos nos trouxeram neste campo.

Edgar Morin afirma que, ao termos algumas certezas científicas, perdemos outras. Sabemos onde nos situar na galáxia, no sistema solar e na evolução da Terra, mas ganhamos a incerteza do sentido. Segundo Morin (2013), a religação dos saberes promove a superação da concepção reducionista, da fragmentação e da simplificação do saber, promovendo a dualidade de saberes.

Há necessidade de reorganizar o que conhecemos por ciência, uma vez que o saber rigoroso, a precisão quantitativa, a rejeição, o desencantamento, a falta de prazer e de emoção da ciência moderna faz com que se perca a riqueza de compreensão. Precisamos, assim, com urgência, reformar o pensamento para repensar a reforma necessária que precisamos realizar, por meio da complexidade. Neste sentido é de fundamental importância pensarmos o conhecimento a partir da interdisciplinaridade. para que possamos efetivamente transpor o conhecimento de forma didática, tendo assim maior clareza e entendimento.

A Transposição Didática é uma prática pedagógica por meio do qual analisamos o movimento do saber sábio (conhecimento acadêmico) para o saber a ensinar (mediação por meio de recursos) e, por este, ao saber ensinado (aquele que realmente acontece em sala de aula). O termo foi introduzido em 1975 pelo sociólogo Michel Verret e discutido por Yves Chevallard (1991), em seu livro *La Transposition Didactique*, onde mostra as transposições que um saber sofre quando passa do campo científico para o campo escolar. Chevallard (1991) conceitua a Transposição Didática como o trabalho de elaborar um objeto de ensino, ou seja, fazer um objeto de saber produzido pela academia, ser objeto do saber escolar.

A Transposição Didática, em um sentido restrito, pode ser entendida como a passagem do saber científico ao saber ensinado. Tal passagem, entretanto, não deve ser compreendida no sentido restrito do termo: apenas uma mudança de lugar. Supõe-se essa passagem como um processo de transformação do saber, que se torna outro

em relação ao saber destinado a ensinar. Considera-se, assim, com base nos elementos mencionados, que a transformação do conhecimento científico com fins de ensino e divulgação não constitui simples adaptação ou uma simplificação do conhecimento, podendo ser analisada, então, na perspectiva de compreender a produção de novos saberes nesses processos. Segundo Chevallard (1991), a Transposição Didática é entendida como um processo no qual um conteúdo do saber que foi designado como saber a ensinar sofre, a partir daí, um conjunto de transformações adaptativas que vão torná-lo apto para ocupar um lugar entre os objetos de ensino. O trabalho que transforma um objeto do saber a ensinar em um objeto de ensino é denominado Transposição Didática.

Essa, implica a diferenciação entre saber acadêmico e saber escolar, que são de natureza e funções distintas, nem sempre evidentes nas análises sobre a dimensão cognitiva do processo de ensino e aprendizagem. Ao definir como Transposição Didática o processo de transformação de objetos de conhecimento em objetos de ensino e aprendizagem, Chevallard (1991) iniciou um movimento de se repensar os mecanismos e os interesses dos participantes desse processo – professor e aluno.

No processo de didática, há uma profunda relação ente os elementos internos e externos que o influenciam. Apresenta-se subordinado a diferentes conjuntos de regras, representados, por exemplo, pelas forças institucionais da pesquisa; pela própria instituição escolar (tipo de escola, objetivos, projeto pedagógico); pelas forças políticas (programas e currículos de secretarias de Educação); pela força do mercado (livros didáticos e/ou paradidáticos).

A distância entre o saber científico e o saber ensinado não representa, neste caso, uma hierarquia de saberes, mas uma transformação de saberes que ocorre nas diferentes práticas sociais, em função da diversidade dos gêneros discursivos e dos interlocutores aí envolvidos.

Esse processo de transformação do conhecimento se dá porque os funcionamentos didático e científico do conhecimento não são os mesmos. Eles se inter-relacionam, mas não se sobrepõem. Assim, para que um determinado conhecimento seja ensinado, em situação acadêmico-científica ou escolar, necessita passar por transformação, uma vez que não foi criado com o objetivo primeiro de ser ensinado.

A cada transformação sofrida pelo conhecimento corresponde, então, o processo de Transposição Didática. Essa transformação do objeto de conhecimento científico em objeto de conhecimento escolar – para ser ensinado pelos professores e aprendido pelos estudantes – significa selecionar e inter-relacionar o conhecimento acadêmico, adequando-o às possibilidades cognitivas dos alunos e exemplificando de acordo com a sua realidade circundante. Chevallard (1991) parte do pressuposto de que o ensino de um determinado elemento do saber só será possível se esse elemento sofrer certas “deformações” para que esteja apto a ser ensinado. As linguagens oral e escrita devem ser ajustadas às condições desses aprendizes e às condições em que se ensina e se aprende na escola – instituição que, condicionada por prazos e outras restrições, assumem, em nossa sociedade, a tarefa de transmitir os saberes sistematizados.

Refletir sobre o processo de construção dos conteúdos de ensino pela via da epistemologia a partir da tese defendida por Chevallard (1991) significa interpretar a mediação didática como um movimento específico, cuja dinâmica precisa ser desvelada. A transformação do saber acadêmico em saber escolar se faz em duas etapas: uma transposição externa, no plano do currículo formal e dos livros didáticos, e outra interna, no decorrer do currículo em ação, em sala de aula.

Pode-se dizer que um dos maiores problemas enfrentados solitariamente pelo professor é exatamente o de redimensionar o objeto de conhecimento (o objeto de estudo, o objeto de ensino) ao “transpô-lo” de uma prática discursiva para outra, ou seja, tratar o conhecimento levando em consideração a mudança da situação discursiva. Apesar de esse processo de redimensionamento do conhecimento, no ambiente de sala de aula, ser da competência do professor, iniciativas de criação de cursos de formação continuada que priorizem o processo reflexivo, pelo qual o aluno e o professor tenham a oportunidade de confrontar novos conhecimentos com aqueles subjacentes à sua prática pedagógica, podem lhe oferecer pistas que o auxiliem em tão complexa tarefa.

Dessa forma, a Transposição Didática, operada por aluno e professor, se iniciaria no próprio ambiente de formação, sendo concretizada, por ele, na sala de aula de ensino fundamental. A escola, dentre suas principais funções, tem o papel da “transmissão” de conhecimentos produzidos pela humanidade. Entendemos que o

conhecimento se dá fundamentalmente no processo de interação e de comunicação. Os conhecimentos científicos, à medida que são elaborados, passam por processos de codificação, sendo que os processos didáticos devem considerar os códigos científicos. Contudo tais códigos passam por uma decodificação ou transposição para ser apreendidos pelos alunos. Para ocorrer a “transmissão” ou comunicação, é necessário que o conhecimento seja transformado. O processo de transformação do conhecimento coloca diversas problemáticas, dentre elas a diferença entre os elementos do conhecimento produzido e do conhecimento a ser aprendido, estabelecendo uma ruptura entre o conhecimento trabalhado na escola e aquele produzido originalmente.

No processo de Transposição Didática há um movimento que parte de mudanças no “saber acadêmico” e se institucionaliza em novos “textos do saber” (propostas curriculares e livros didáticos), exigindo o tratamento, na sala de aula, de novos conteúdos, com a adoção de novas práticas de ensino (saber efetivamente ensinado).

Segundo Chevallard (1991), para chegar à escola o saber científico sofre transformações que o simplificam a fim de convertê-lo em objeto de estudo escolar. É preciso evitar que, ao simplificá-lo, perca-se o foco do conteúdo, incidindo em erros conceituais e informações incorretas. Um grande desafio do professor é transformar um conhecimento científico em um conteúdo didático. De fato, teorias complexas, sem perder suas propriedades e características, precisam ser transformadas para ser assimiladas pelos alunos. Assim, a Transposição Didática pode ser concebida como um conjunto de ações transformadoras que tornam um saber sábio em saber ensinável.

2.2 A EDUCAÇÃO NA MODERNIDADE E A INTERDISCIPLINARIDADE

Morin (2003) propõe, na obra *Os sete saberes: “as cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão”*; “os princípios do conhecimento pertinente”; “ensinar a condição humana”; “ensinar a identidade terrena”; “enfrentar as incertezas”; “ensinar a compreensão e a ética do gênero humano”. É um caminho que precisa ser pensado, percorrido, compreendido em seu contexto para poder encontrar conexão com a

existência, com a realidade científica. A religação dos saberes promove a superação da concepção reducionista, da fragmentação e da simplificação do saber, promovendo a dualidade de saberes.

Há necessidade de reorganizar o que conhecemos por ciência, uma vez que o saber rigoroso, a precisão quantitativa, a rejeição, o desencantamento, a falta de prazer e de emoção da ciência moderna faz com que se perca a riqueza de compreensão. Precisamos, assim, com urgência, reformar o pensamento para repensar a reforma necessária que precisamos realizar, por meio da complexidade. “Pensar a complexidade, esse é o maior desafio do pensamento contemporâneo, que necessita de uma reforma no nosso modo de pensar” (MORIN, 2000, p. 199).

A reforma proposta por Edgar Morin tem suas bases na educação, que é vital na atualidade, dado que vivemos numa época em que os problemas estão cada vez mais ligados uns aos outros. Não se pode encerrá-los numa única perspectiva, e os maiores desafios de vida ou morte são os planetários, que carecem de formação holística. Neste sentido, Morin propõe reformar a maneira com a qual o ser humano estuda e compreende os fenômenos a sua volta, ou seja, o pensamento de Edgar Morin apresenta a existência de um conhecimento complexo, o qual envolve diversos saberes

Edgar Morin aborda a respectiva questão da reforma por meio de uma postura interdisciplinar, transitando entre a sociologia e epistemologia. Afirma que as consequências das mudanças na imagem de natureza promovida pela reformulação da ciência são radicais e já estão por recair sob o mundo social. Desta forma, a ciência já não pode continuar sendo o refúgio de uma racionalidade que não mais a integra; assim sendo, precisamos reformar o pensamento e avançar na construção do conhecimento sistêmico.

Esse paradigma medeia entre o simples e o complexo e descreve a totalidade da experiência, ciência e cultura humanas em uma visão interdisciplinar. A corrente moriniana, por conseguinte, se distingue das teorias que privilegiam a hiperespecialização e a simplicidade da realidade – cosmovisão que fragmenta o conhecimento e o põe em container fechado, tornando-o, assim, incapaz de uma abertura dialética com outras áreas do saber. O pensamento complexo possibilitaria uma abertura dialógica entre as disciplinas que, já departamentalizadas pelo

positivismo e racionalismo, impedem que a realidade dada seja pensada com profundidade.

No processo de Reforma proposto por Morin, podemos iniciar suspeitando de boa parte das nossas certezas, edificadas ao longo da modernidade, passando a apreciar a pluralidade de possibilidades de sentido e trajetórias intelectuais, inclusive o saber religioso. O pensamento de Morin é um apelo ao resgate do sujeito. Um sujeito que se reconheça na multiplicidade de sua unidade.

O pensamento complexo, cuja força motriz é a interdisciplinaridade, possibilitaria uma abertura dialógica entre as disciplinas que departamentalizadas pelo positivismo e racionalismo, impedem que a realidade dada seja pensada com profundidade.

A interdisciplinaridade pode ser traduzida em tentativa do homem conhecer as interações entre mundo natural e a sociedade, criação humana e natureza, e em formas e maneiras de captura da totalidade social, incluindo a relação indivíduo/sociedade e a relação entre indivíduos.

Segundo Japiassú (1976) a interdisciplinaridade é caracterizada pela presença de uma axiomática comum a um grupo de disciplinas conexas e definida no nível hierárquico imediatamente superior, o que introduz a noção de finalidade. A interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção

A interdisciplinaridade procura pela (re)construção do conhecimento unitário e totalizante do mundo frente à fragmentação do saber. A interdisciplinaridade pode se materializar nas metodologias de ensino, no currículo e na prática docente.

Na interdisciplinaridade há cooperação e diálogo entre as disciplinas do conhecimento, ela se caracteriza por uma ação simultânea de uma gama de disciplinas em torno de uma temática comum. A interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou saberes, mas de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um fenômeno sob diferentes pontos de vista.

Quando falamos em interdisciplinaridade, estamos de algum modo nos referindo a uma espécie de interação entre as disciplinas ou áreas do saber. A interdisciplinaridade teria sido uma resposta a fragmentação do saber, na medida em

que os grandes problemas acadêmicos, científicos sociais e educacionais, não poderiam ser resolvidos por uma única disciplina ou área do saber.

2.3 A EPISTEMOLOGIA DA TEORIA DA COMPLEXIDADE

O pensamento de Morin desenvolve-se a partir da teoria da complexidade. Esta contempla, a partir de uma perspectiva transdisciplinar, os diversos saberes, a fim de produzir um conhecimento amplo e profundo da realidade analisada. Esta perspectiva metodológica, nos possibilita perceber que todos os fenômenos são dependentes e interligados. Não se pode admitir que uma realidade é simples, ou isolada, pois tudo possui uma interconexão e interdependência (KORTE, 2004, p. 13).

No universo, os fragmentos do todo continuam a fazer parte do todo, por menores que sejam. Despojando-se de qualquer de seus fragmentos, o Universo deixa de ser universo. Da mesma forma o pensamento é compreendido como fragmentos abstratos do Universo, que formam um todo complexo a partir das diferentes perspectivas de saber estes produzem (KORTE, 2004, p. 11).

Segundo Morin (1977), precisamos de um novo método de conhecimento. Bem, na verdade, Morin busca a possibilidade de um conhecimento polissêmico, ou seja, inter, multi e transdisciplinar, um conhecimento interligado. Neste intento, este pensador procurou contribuir ao escrever uma série de livros com o título de *La Méthode*, em português, *O Método*, explorando esta questão epistemológica que envolve vários saberes, uma verdadeira empreitada epistemológica.

Na obra *O Método*, Morin apresenta como a ciência está “quadrada”, fechada e manipulada pela tecnologia. Procura, então, abordar, a partir do paradigma da complexidade, a teoria e o método na construção do saber, e do desenvolvimento da ciência sob um novo ponto de vista, denominado Paradigma da Complexidade. Para Morin, a teoria estará sempre à beira da degradação, será sempre achatada e simplificada; precisamos, assim, de no novo método.

O método da complexidade impulsiona a pensar nos conceitos sem dá-los por concluídos, quebrar as esferas fechadas, restabelecer as articulações entre o que foi separado, tentar compreender a multidimensionalidade, nunca esquecer as totalidades integradoras, que foram separadas pela ciência. Assim, para entender a

questão da complexidade, é necessário compreender a noção de circuito ativo, segundo o qual o todo não se constitui sem as partes e nem estas sem o todo, ou seja, o todo se explica pelas partes e as partes pelo todo, sendo a complementaridade essencial para se compreender este sistema.

Entende-se a complexidade como não é linear, ou seja, não apresenta causa-efeito determinada e não utiliza o determinismo como alicerce. Pelo contrário, nessa concepção, utiliza-se da máxima percepção sobre um evento, suas inter-relações, de maneira que o observador modifica o meio de sua observação e a importância dos fatos, independente da distância entre os acontecimentos.

Morin propõe-se a derrubar as compartimentações e as fragmentações, bem como as questões que a história da filosofia erigiu em verdadeiros dogmas, principalmente no que tange aos dualismos: homem-natureza, matéria-espírito, sujeito-objeto, causa-efeito, sentimento-razão, buscando assim a unidade em um múltiplo. No lugar da especialização, da simplificação e da fragmentação de saberes, Edgar Morin propõe o conceito de complexidade. Ela é a ideia-chave de sua obra, *O Método*.

Segundo Morin (1977), o método cartesiano deveria permitir que o homem conduzisse bem sua razão e procurasse a verdade nas ciências. Edgar Morin, ao redigir esse *Método* monumental, não tinha outra ambição. A não ser pelo fato de que sua dúvida, ao contrário da dúvida cartesiana, dúvida de si mesma. O método que ele elabora aqui não teme apreender a complexidade do real, ou seja, o fato de o homem ser, ao mesmo tempo, indivíduo biológico e ator social; de, na natureza, a ordem poder nascer da desordem, e vice-versa; de aquilo que limita o conhecimento ser também aquilo que o possibilita; de todo objeto de conhecimento.

O método adotado pelo autor baseia-se em três princípios, que, por sua vez, estão em interação mútua: O *princípio dialógico*, que é definido como “associação complexa de instâncias, todas necessárias à existência, ao funcionamento e ao desenvolvimento de um fenômeno organizado”; O *princípio recursivo*, que dá conta dos processos “em que os efeitos ou produtos são ao mesmo tempo causadores e produtores no próprio processo, e em que os estados finais são necessários à geração dos estados iniciais”; O *princípio hologramático*, segundo o qual “o todo está de certo modo incluído na parte que está inclusa no todo” (MORIN, 1977, p. 45).

Desta forma, para Morin (1977), a teoria não é conhecimento, ela permite sim o conhecimento, estando assim a teoria à beira da degradação, achatada e simplificada. Isto decorre por três motivos, constata Morin: 1) a teoria torna-se utilitarista, conservando aquilo que é operacional, desta maneira passa de *logos* (razão) à técnica; 2) a teoria torna-se doutrina e fecha-se cada vez mais à possibilidade de contestação; e, ainda, 3) a teoria se vulgariza e difunde-se à custa da simplificação de consumo.

Morin deixa claro que não há teoria sem método; a teoria quase se confunde com o método, ou melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo. O método torna-se fundamental pelo fato de organizar a teoria. Desta maneira, ela pode evitar a retroação, ou seja, a simplificação. Assim, o método é considerado como guia da razão (CARVALHO, 2008, p. 19).

Nesta perspectiva, a complexidade, através do princípio dialógico, articula diversas perspectivas, como: ordem/desordem, positivo/negativo, universal/singular, corpo/alma, sujeito/objeto, sentimento/razão, sem excluir um pelo outro. Em suma, todos os fenômenos, inclusive todos os seres vivos, estão interligados e são interdependentes.

Esse paradigma medeia entre o simples e o complexo e descreve a totalidade da experiência, ciência e cultura humanas em uma visão interdisciplinar. Desta forma, o desenvolvimento do pensamento complexo tem seu ponto de partida quando Morin busca reconduzir o paradigma clássico aos seus limites, resguardando, assim, seu alcance e validade. Portanto, para compreender o problema da complexidade, é preciso saber primeiro que há um paradigma simplificador. Diante da simplificação na explicação dos fenômenos, Morin propõe o paradigma da complexidade.

A complexidade, através do princípio dialógico, articula diversas perspectivas, como: ordem/desordem, positivo/negativo, universal/singular, corpo/alma, sujeito/objeto, sentimento/razão, sem excluir um pelo outro. Em suma, todos os fenômenos, inclusive todos os seres vivos, estão interligados e são interdependentes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paradigma cartesiano alicerçou um pensamento que isola e separa o conhecimento, que reduz o todo em partes específicas, fragmentado o saber, o diálogo e a construção do mesmo. Entretanto, a realidade atual exige um pensamento complexo, sistêmico, que possibilite uma visão transdisciplinar, multidimensional e planetária.

A reforma proposta por Edgar Morin tem suas bases na educação, que é vital na atualidade, dado que vivemos numa época em que os problemas estão cada vez mais ligados uns aos outros. Não se pode encerrá-los numa única perspectiva, e os maiores desafios de vida ou morte são os planetários, que carecem de formação holística. Neste sentido, Morin propõe reformar a maneira com a qual o ser humano estuda e compreende os fenômenos a sua volta, ou seja, o pensamento de Edgar Morin apresenta a existência de um conhecimento complexo, o qual envolve diversos saberes, dentre eles o mito, a ética e a ciência, atuando assim de forma interdisciplinar.

O desenvolvimento do pensamento complexo tem seu ponto de partida quando Morin busca reconduzir o paradigma clássico aos seus limites, resguardando, assim, seu alcance e validade. Portanto, para compreender o problema da complexidade, é preciso saber primeiro que há um paradigma simplificador. Diante da simplificação na explicação dos fenômenos, Morin propõe o paradigma da complexidade.

Edgar Morin aborda a respectiva questão da reforma por meio de uma postura interdisciplinar, transitando entre a sociologia e epistemologia. Afirma que as consequências das mudanças na imagem de natureza promovida pela reformulação da ciência são radicais e já estão por recair sob o mundo social. Desta forma, a ciência já não pode continuar sendo o refúgio de uma racionalidade que não mais a integra; assim sendo, precisamos reformar o pensamento e avançar na construção do conhecimento sistêmico.

Sem querer fazer conclusões precipitadas, percebemos o quanto é relevante termos a interdisciplinaridade associada a transposição didática, pois ambas permitiram a formação do conhecimento de forma integral, sistêmica e interligadas com as demais áreas do saber.

REFERÊNCIAS

- BEHRENS, M. A. O paradigma emergente e a prática pedagógica. Curitiba: Champagnat, 2000.
- CARVALHO, Edgar de Assis (Org.). **Ética, solidariedade e complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 2000.
- CHEVALLARD, Y. **La Transposition Didactique**. Grenoble: La Pensée sauvage, 1991.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.
- JAPIASSU, Hilton. **Questões epistemológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KORTE, Gustavo. **Metodologia e transdisciplinaridade**. São Paulo, 2004. Disponível em: <www.gustavokorte.com.br>. Acesso em: 24 fev. 2018.
- KHUN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. **Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Natal: EDUFRN, 1999.
- _____. **Ética, Cultura e Educação**. Organização de Alfredo Pena-Veiga, Cleide R. S. de Almeida e Izabel Petrágia. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. **O Método**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1977.
- _____. **O paradigma perdido: a natureza humana**. Lisboa: Europa-América, 2000.
- MORAES, M. C. **O paradigma educacional emergente**. Campinas: Papirus, 1997.
- PETRAGLIA, Izabel Cristina. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 10ª ed. revista e ampliada. Petrópolis: Vozes, 1995.
- PINHO ALVES, J. **Regras da transposição didática aplicada ao laboratório didático**. Caderno Catarinense de Ensino de Física, v. 17, n. 2, p. 174-188, ago. 2000.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O conhecimento pedagógico e a interdisciplinaridade. In: Fazenda, Ivani C. (org.). **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas – SP: Papyrus, 1998. p. 31-44.

ZUCHI, Claudir Miguel. Diálogo epistemológico e ético em uma perspectiva reflexiva de Edgar Morin. **Revista de Ciências Humanas – Educação**. V. 18, n. 30, p. 136-151, jul, 2017.

UMA BOLA DE CRISTAL MODERNA: EXPLORANDO A MAGIA DA ELETRÔNICA COM ARDUINO E DISPLAY OLED

Wesley Schelbauer Minatti ¹
Cristiano Damaceno ²
Paula Roberta Kern ³

RESUMO: Este trabalho representa uma jornada emocionante na criação da "bola de cristal eletrônica", um projeto que combina habilidades técnicas, criatividade e magia eletrônica. É uma experiência educacional enriquecedora que revela as maravilhas da tecnologia de forma acessível e envolvente, preparando os estudantes para um futuro digital promissor.

Palavras-chave: Arduino, Cultura, Robótica, Educação Tecnológica.

ABSTRACT: This work represents an exciting journey in the creation of the "electronic crystal ball", a project that combines technical skills, creativity and electronic magic. It is an enriching educational experience that reveals the wonders of technology in an accessible and engaging way, preparing students for a promising digital future.

Keywords: Arduino, Culture, Robotics, Technology Education.

1 INTRODUÇÃO

Desde tempos ancestrais, a bola de cristal tem ocupado um lugar especial no imaginário humano, simbolizando a busca por conhecimento e revelações ocultas. Vista por muitos como uma ponte entre o mundo físico e o espiritual, a bola de cristal é mais do que um simples objeto; é um ícone de mistério e sabedoria. Nas mãos de videntes e místicos, ela serviu como uma ferramenta para desvendar segredos e prever o futuro, fascinando gerações com sua promessa de insights sobrenaturais.

No entanto, em uma era dominada pela tecnologia, o conceito de uma bola de cristal ganha uma nova dimensão. A magia de outrora dá lugar à magia da inovação e do conhecimento técnico. O projeto "uma bola de cristal moderna: explorando a magia da eletrônica com arduino e display oled" é um testemunho dessa transição.

¹ Acadêmico do Curso de Licenciatura em Matemática da Unespar/Campus de União da Vitória e Professor da Rede Estadual do Paraná. E-mail: wesley.minatti@escola.pr.gov.br.

² Mestre em Ensino de Ciências, Matemática e Tecnologias. Professor do Curso de Engenharia Elétrica - UGV. E-mail: prof_cristiano@ugv.edu.br.

³ Doutora em Física. Professora do Colegiado de Matemática da Unespar/Campus de União da Vitória. E-mail: paula.kern@ies.unespar.edu.br.

Aqui, a antiga arte da adivinhação é reinterpretada através das lentes da eletrônica e da programação, unindo o encanto do passado com as possibilidades ilimitadas do presente.

Este projeto inovador não é apenas um exercício de criatividade tecnológica; é uma ponte pedagógica que liga o ensino de conceitos de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática) a um contexto cultural rico e estimulante. Ao recriar uma bola de cristal com componentes eletrônicos modernos, como o Arduino e um display OLED, os alunos são convidados a explorar as maravilhas da tecnologia enquanto refletem sobre o papel da tradição e do simbolismo em nossa sociedade.

Ao abordar a eletrônica e a programação através deste projeto, buscamos despertar nos alunos um interesse genuíno pelo aprendizado de habilidades técnicas, ao mesmo tempo em que nutrimos sua imaginação e criatividade. A bola de cristal eletrônica serve como um catalisador para o pensamento inovador, demonstrando como o conhecimento técnico pode ser aplicado de maneiras inesperadas e emocionantes. Ao integrar a arte, a história e a tecnologia, este projeto oferece uma experiência de aprendizado holística e multidimensional, que transcende as fronteiras tradicionais do ensino de STEM.

O projeto "Uma bola de cristal moderna" representa mais do que a construção de um dispositivo eletrônico intrigante; é um convite para os alunos embarcarem em uma jornada de descoberta, onde a magia da tecnologia e a riqueza do passado se encontram para criar uma experiência educacional verdadeiramente enriquecedora. Ao desenvolver a bola de cristal moderna, não apenas desafiamos os alunos a aplicar seus conhecimentos de eletrônica e programação, mas também os incentivamos a pensar criticamente sobre a interação entre tecnologia, cultura e história. Esta abordagem holística destaca a importância de compreender o passado para inovar no presente, criando uma ponte entre o místico e o científico.

O projeto oferece um campo fértil para discussões sobre como a tecnologia pode ser usada para reinterpretar e reimaginar conceitos tradicionais, mostrando que o aprendizado técnico pode coexistir harmoniosamente com a criatividade e a imaginação. Ao construir sua própria bola de cristal eletrônica, os alunos têm a oportunidade de explorar conceitos de design, experimentar com programação e

desenvolver habilidades práticas valiosas, tudo isso enquanto refletem sobre o significado e o impacto da tecnologia em nossa vida cotidiana.

"UMA BOLA DE CRISTAL MODERNA" é mais do que um projeto de eletrônica; é uma jornada de aprendizado que une passado, presente e futuro. É uma oportunidade para os alunos vivenciarem a magia da tecnologia, despertando neles uma paixão pelo descobrimento e pela inovação. Este projeto não só ensina habilidades técnicas importantes, mas também inspira uma apreciação mais profunda pelo poder da tecnologia em transformar nossa percepção do mundo e de nós mesmos.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Educação em STEM na Aprendizagem Prática

A Educação em STEM, que se refere às áreas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, tem adquirido uma importância crescente na sociedade contemporânea (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2011). Essas disciplinas formam a base do conhecimento necessário para enfrentar desafios complexos no mundo atual, incluindo questões relacionadas a saúde, ambiente, inovação tecnológica e sustentabilidade.

A aprendizagem prática desempenha um papel fundamental no processo de educação em STEM (DIEFES-DUX *et al.*, 2017). Através da experimentação, da solução de problemas e do envolvimento direto com conceitos científicos e tecnológicos, os alunos são capazes de desenvolver uma compreensão mais profunda e duradoura das disciplinas STEM (MOORE *et al.*, 2014).

No projeto "Uma bola de cristal moderna", a educação em STEM é incorporada de forma significativa. Os alunos não apenas aplicam conhecimentos científicos e tecnológicos, como eletrônica e programação, mas também exploram como essas disciplinas se relacionam com a cultura e a história. A construção da bola de cristal eletrônica se torna uma plataforma de aprendizado que envolve os alunos em um ambiente prático e criativo, incentivando a exploração de conceitos STEM (NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2014).

A discussão sobre a importância da Educação em STEM na aprendizagem prática neste artigo destaca a relevância do projeto para o desenvolvimento educacional dos alunos. Ela enfatiza como projetos práticos, como a bola de cristal eletrônica, são ferramentas eficazes para envolver os alunos e promover uma compreensão profunda e interdisciplinar das disciplinas STEM. Além disso, prepara os alunos para enfrentar desafios futuros, ao mesmo tempo em que promove a criatividade e o pensamento crítico (BYBEE, 2013).

2.2 Aprendizado de Eletrônica e Programação

No contexto educacional contemporâneo, o aprendizado de eletrônica e programação representa um pilar fundamental. Essas disciplinas proporcionam aos alunos a capacidade de compreender e criar tecnologias que são essenciais em um mundo cada vez mais digitalizado (JENKINS; THOMAS, 2002). O aprendizado de eletrônica abrange conceitos-chave, como circuitos elétricos, componentes eletrônicos e suas interações, enquanto a programação envolve a escrita de código para controlar dispositivos e executar tarefas específicas em computadores ou microcontroladores (RESNICK *et al.*, 2009).

O aprendizado de eletrônica e programação é mais eficaz quando os alunos têm a oportunidade de aplicar o conhecimento teórico em projetos práticos (Guzdial, 2008). Essa abordagem, conhecida como aprendizado baseado em projetos, permite que os estudantes não apenas adquiram conhecimento, mas também o coloquem em prática de maneira significativa (PAPERT, 1980). Através da criação de projetos, os alunos podem experimentar a resolução de problemas do mundo real e ganhar confiança em suas habilidades (BLIKSTEIN, 2013).

No projeto "Uma bola de cristal moderna", a eletrônica e a programação são integradas de maneira prática e educacionalmente relevante. Os alunos têm a oportunidade de montar circuitos eletrônicos, programar um microcontrolador Arduino e utilizar um display OLED para criar uma bola de cristal interativa (KAFAI; RESNICK, 1996). Essa integração proporciona aos estudantes a chance de aplicar seus conhecimentos de eletrônica e programação em um contexto real, ao mesmo tempo

em que desenvolvem uma compreensão mais profunda dos princípios envolvidos (Kumar et al., 2010).

A discussão sobre o aprendizado de eletrônica e programação neste artigo ressalta a importância dessas habilidades no contexto educacional atual. Ela destaca como o projeto da bola de cristal não apenas ensina conceitos técnicos, mas também demonstra como esses conhecimentos podem ser aplicados de maneira criativa e envolvente. Isso contribui para o desenvolvimento de habilidades cruciais, como pensamento crítico, resolução de problemas e criatividade, preparando os alunos para enfrentar os desafios do século XXI (Barr & Stephenson, 2011).

2.3 Tecnologia e Cultura: Uma Interação Complexa

A tecnologia desempenha um papel fundamental na sociedade, influenciando e sendo influenciada pela cultura (Kallinikos et al., 2010). Ela não é apenas uma ferramenta, mas um elemento intrínseco da forma como as sociedades funcionam, moldando comportamentos, valores e interações sociais. A compreensão dessa relação entre tecnologia e cultura é essencial para analisar como as inovações tecnológicas podem afetar a sociedade.

A tecnologia oferece a capacidade de reinterpretar elementos culturais e históricos. Ela permite que as culturas reinventem tradições, criem novas formas de expressão e adaptem práticas culturais à era digital (Gere, 2008). A interseção entre tecnologia e cultura pode ser vista em diversas manifestações, desde o uso de mídias sociais para preservar tradições até a criação de arte digital inspirada em patrimônio cultural.

No projeto "UMA BOLA DE CRISTAL MODERNA", a interseção entre tecnologia e cultura se torna evidente. A bola de cristal, um objeto tradicionalmente associado à adivinhação e à cultura mística, é reinterpretada através da tecnologia eletrônica e da programação. Ela se torna uma representação contemporânea de como a cultura pode evoluir e se adaptar com o uso da tecnologia, preservando ao mesmo tempo aspectos culturais significativos.

A discussão sobre a interação entre tecnologia e cultura neste artigo destaca como o projeto da bola de cristal eletrônica não é apenas uma aplicação técnica, mas

também uma expressão cultural. Ela ressalta como a tecnologia pode ser usada para reinterpretar e preservar elementos culturais, demonstrando como a inovação tecnológica pode contribuir para a evolução cultural. Isso adiciona uma camada adicional de significado ao projeto e sua importância no contexto educacional (Postman, 1993).

3 DESENVOLVIMENTO E DISCUSSÃO

O projeto em análise foi concebido com o propósito de ser implementado durante as aulas de Robótica como parte integrante do curso de formadores em ação, uma iniciativa que ocorre em regime de contraturno na Rede Estadual do Paraná. A inspiração para a criação da "bola de cristal eletrônica" surgiu de um vídeo publicado no canal "Brincando com Ideias". Esse vídeo serviu como ponto de partida, despertando o interesse e a criatividade dos envolvidos no projeto.

No entanto, ao examinar detalhadamente o conteúdo do vídeo, observou-se que os kits de Robótica disponíveis na Rede Pública Estadual do Paraná apresentavam componentes diferentes dos utilizados na demonstração original. Essa discrepância levantou desafios interessantes, que exigiram adaptações e soluções criativas por parte da equipe responsável pelo projeto.

Para garantir o êxito da empreitada, optou-se por incorporar novos elementos ao projeto. Foram adicionados um display OLED, um botão de pressão e um potenciômetro aos materiais que seriam empregados na construção da "bola de cristal eletrônica". Essa decisão estratégica permitiu ampliar as funcionalidades do dispositivo, tornando-o mais interativo e versátil.

É relevante destacar que, embora o projeto estivesse pronto para ser implementado com os estudantes do Ensino Médio, a execução foi temporariamente interrompida devido a eventos climáticos adversos que atingiram a cidade de União da Vitória - PR. As fortes chuvas ocorridas no mês de outubro prejudicaram a

infraestrutura local, o que levou à necessidade de transferir as atividades para um colégio estadual central em União da Vitória.

Vale mencionar que o autor do projeto desempenhou um papel fundamental na sua concretização. Ele foi responsável por todas as etapas, desde a programação até a montagem do dispositivo, passando inclusive pela impressão em 3D da "bola de cristal". Para a impressão, foi escolhido o PLA, um material plástico biodegradável, alinhando-se assim com preocupações ambientais.

A lista de componentes necessários para o desenvolvimento da "bola de cristal eletrônica" inclui o Arduino, que é uma placa com microcontrolador com múltiplas portas, amplamente utilizada na prototipagem de projetos. O display OLED foi selecionado por sua capacidade de exibir gráficos, imagens e mensagens, com uma resolução de 128x64 pixels. Os jumpers desempenham um papel crucial ao conectar os diferentes componentes no circuito. O potenciômetro é responsável por controlar a corrente, variando a tensão ou luminosidade conforme necessário. Os resistores, disponíveis em diversos valores, têm a função de limitar a corrente em pontos específicos do circuito. O botão de pressão, com quatro pinos de ligação, adiciona interatividade ao dispositivo. Por fim, a protoboard facilita a montagem do circuito, proporcionando um ambiente de trabalho flexível e organizado.

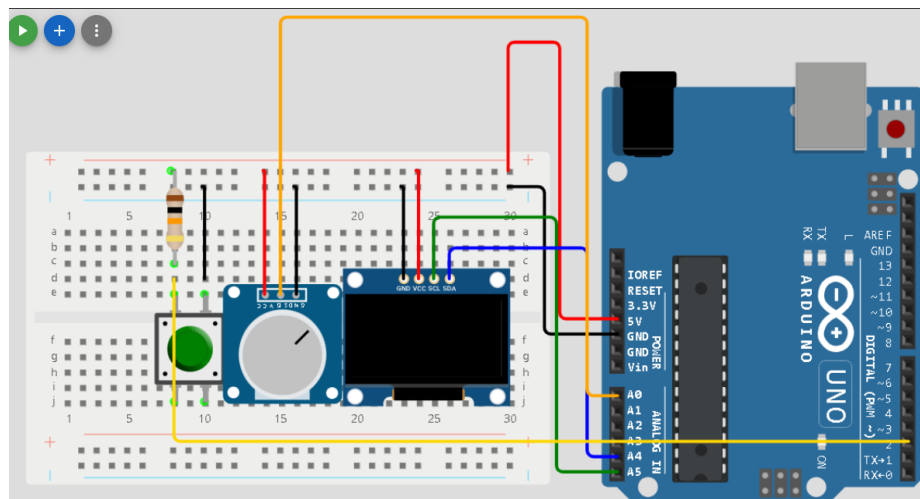
A seleção cuidadosa desses componentes foi baseada no projeto apresentado no canal "Brincando com Ideias". Cada componente foi escolhido levando em consideração não apenas sua funcionalidade, mas também a disponibilidade dos materiais e o conhecimento técnico necessário para a implementação adaptada do projeto.

O Arduino, por exemplo, desempenha um papel fundamental na fase de prototipagem, permitindo que os estudantes experimentem e testem suas ideias de forma prática. O display OLED é um elemento essencial para a apresentação visual das informações, tornando o dispositivo mais atrativo e informativo. Os jumpers são

os "conectores" que unem todos os componentes do circuito, garantindo a comunicação entre eles. O potenciômetro oferece controle sobre a corrente elétrica, permitindo ajustes precisos. Os resistores são componentes-chave para a segurança e a eficácia do circuito, limitando a corrente em pontos específicos para evitar danos. O botão de pressão adiciona uma camada de interatividade ao projeto, tornando-o mais envolvente para os estudantes. Por fim, a protoboard torna a montagem do circuito mais acessível, possibilitando que os componentes sejam conectados e testados de maneira organizada.

Essa seleção estratégica de componentes assegura não apenas o sucesso da implementação do projeto, mas também enriquece a experiência de aprendizado dos estudantes. Eles não apenas adquirem conhecimento teórico, mas também aplicam esse conhecimento de maneira prática.

Figura 1 - Montagem do circuito.



Fonte: Autor, 2023.

Na figura 1, é apresentada uma representação visual do circuito que deve ser montado no simulador do Wokwi. Esse diagrama é essencial para orientar os passos de montagem do circuito da "bola de cristal eletrônica" de forma clara e precisa.

O processo de montagem do circuito inicia-se com a conexão das portas 5V e GND na protoboard. O fio 5V é cuidadosamente conectado à trilha do positivo,

enquanto o fio GND é conectado à trilha do negativo. Essa etapa é fundamental para fornecer a alimentação elétrica necessária ao circuito, garantindo que todos os componentes funcionem adequadamente.

Posteriormente, prossegue-se com a conexão dos 4 pinos do display OLED na protoboard. O VCC (tensão de alimentação) é conectado à trilha do positivo, e o GND (terra) é ligado à trilha do negativo. Além disso, o SCL (linha de relógio serial) é conectado à porta A5 e o SDA (linha de dados serial) à porta A4 do Arduino. Essas conexões são cruciais para estabelecer a comunicação entre o Arduino e o display OLED, permitindo que o Arduino envie informações para serem exibidas no visor.

A seguir, realiza-se a conexão dos pinos do potenciômetro na protoboard. Novamente, os fios positivo e negativo são conectados às trilhas apropriadas, fornecendo energia ao potenciômetro. No entanto, o que diferencia essa etapa é a conexão do pino SIG (sinal) à porta A0 do Arduino por meio de um jumper. Essa ligação permite que o Arduino receba informações do potenciômetro, possibilitando o controle da corrente elétrica ou de outras variáveis, conforme necessário no projeto.

Continuando com a montagem, o botão de pressão é conectado à protoboard. Isso envolve a ligação de um jumper à trilha do negativo da protoboard, a inserção de um resistor de 10k ohms na trilha do positivo e a conexão de um jumper à porta D2 do Arduino na mesma trilha do resistor. Essa configuração permite que o Arduino detecte pressionamentos do botão e execute ações correspondentes no projeto.

No que se refere à programação utilizada, o código é desenvolvido com base nas bibliotecas da Adafruit, que oferecem um conjunto de recursos e funções predefinidos para o controle do display OLED. A primeira etapa do código envolve a importação dessas bibliotecas, o que permite ao Arduino utilizar suas funcionalidades.

Em seguida, o código define o tamanho do display OLED, especifica uma lista para armazenar as respostas aleatórias e detalha a conexão de cada componente. Isso inclui atribuir pinos específicos do Arduino a cada componente, estabelecendo uma comunicação direta entre o Arduino e os componentes do circuito.

Na função "setup()", é realizada uma verificação para identificar o display OLED e configurar seus parâmetros iniciais. Isso inclui definir a cor da fonte, o tamanho do texto e a mensagem inicial a ser exibida no visor do display. Essa fase é crucial para

garantir que o display seja inicializado corretamente e que as informações sejam apresentadas de maneira legível e atraente.

A montagem do circuito e a programação são etapas interdependentes e essenciais na criação da "bola de cristal eletrônica". A integração precisa dos componentes e a programação adequada garantem que o dispositivo funcione conforme o planejado, criando uma experiência de aprendizado rica e envolvente para os estudantes envolvidos no projeto. A escolha das bibliotecas da Adafruit simplifica o desenvolvimento do código, tornando-o mais eficiente e preciso, o que contribui para o sucesso do projeto como um todo.

No bloco de código da função "loop()", ocorre a verdadeira "magia da bola de cristal". Este é o coração do programa, onde a interatividade e a resposta aleatória são geradas. O código inicia verificando se o botão foi pressionado e, em caso afirmativo, ele dispara a geração de uma mensagem de resposta aleatória, utilizando a função "random()".

Essa estruturação do código é fundamental para o funcionamento adequado da bola de cristal eletrônica, proporcionando uma experiência interativa e dinâmica para os usuários. Após pressionar o botão, a bola de cristal responde com uma das oito opções disponíveis, que são apresentadas aleatoriamente. Essas respostas incluem "Sim", "Não", "Talvez", "Tente Novamente", "Pergunte Mais Tarde", "Não Estou Certa", "Certamente" e "Absolutamente Não", o que adiciona uma camada de imprevisibilidade e diversão ao dispositivo.

No que diz respeito à implementação do projeto nas aulas de Robótica, os alunos foram orientados a criar uma conta com seus e-mails institucionais, que geralmente seguem o formato @escola. O processo de aprendizado começou com a demonstração de como iniciar um projeto do zero no simulador do Wokwi. Em seguida, os estudantes foram instruídos a adicionar as bibliotecas da Adafruit por meio do gerenciador de bibliotecas do Arduino IDE garantindo que tivessem acesso às funcionalidades necessárias para controlar o display OLED.

Posteriormente, os alunos foram guiados na montagem do hardware, seguindo o diagrama apresentado na figura 1. Isso incluiu a conexão de todos os componentes de acordo com as especificações, garantindo que o circuito estivesse corretamente configurado.

À medida que os estudantes avançaram para a fase de codificação do software no simulador, receberam explicações detalhadas sobre a função de cada bloco de código. Foi enfatizado que era crucial salvar as alterações regularmente, uma vez que o simulador não oferece a funcionalidade de salvamento automático. Essa prática incentivou a atenção aos detalhes e o cuidado na programação.

É relevante mencionar que a turma envolvida no projeto é multisseriada, abrangendo alunos do 1º, 2º e 3º anos do Ensino Médio. Alguns dos alunos do 3º ano enfrentaram desafios adicionais, pois estavam tendo seu primeiro contato com a Robótica. Em contrapartida, os alunos do 1º e 2º anos, que já tinham experiência com Robótica devido à disciplina de pensamento computacional do Novo Ensino Médio (NEM), demonstraram maior facilidade na realização das atividades.

Até a data da submissão deste trabalho, as aulas com os estudantes já incluíram a montagem do circuito no simulador do Wokwi e a verificação do código para assegurar o funcionamento correto de todos os componentes. Nas próximas aulas, que ocorrerão antes da apresentação do projeto na UGV (Universidade do Grande Vale), serão exploradas as capacidades do display OLED. Os estudantes terão a oportunidade de aprender como o display reproduz imagens em seu visor, enriquecendo ainda mais sua compreensão e habilidades práticas.

Além disso, os alunos serão desafiados a escolher 8 imagens no formato bitmap para a reprodução a cada resposta gerada aleatoriamente pela bola de cristal. Essa atividade promove a criatividade dos alunos, permitindo que personalizem a experiência do dispositivo.

Está prevista a adição de novos componentes na continuidade do projeto, como o buzzer passivo e o LED RGB, para tornar a experiência ainda mais interativa e envolvente. Esses acréscimos ampliarão as possibilidades de interação com a "bola de cristal eletrônica" e proporcionarão aos alunos uma experiência prática abrangente em Robótica e programação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que avançamos na promoção de uma educação enriquecedora e centrada no século XXI, é importante considerar os desafios e oportunidades que

enfrentamos. A integração bem-sucedida de STEM, aprendizado prático e interação entre tecnologia e cultura requer abordagens pedagógicas inovadoras e o apoio contínuo dos educadores.

Um dos desafios é garantir a acessibilidade e a equidade na educação em STEM. Nem todos os alunos têm igualdade de acesso a recursos e oportunidades para participar de projetos práticos e interdisciplinares. Portanto, é fundamental que os educadores e instituições trabalhem para eliminar barreiras e criar ambientes inclusivos que atendam às necessidades de todos os alunos (Barr & Stephenson, 2011).

Além disso, a formação e o desenvolvimento profissional dos educadores desempenham um papel crítico no sucesso dessas abordagens inovadoras. Os educadores precisam estar preparados para projetar currículos interdisciplinares, facilitar experiências práticas e integrar tecnologia e cultura de maneira eficaz (Kafai & Resnick, 1996).

No entanto, à medida que enfrentamos esses desafios, também encontramos oportunidades emocionantes. A tecnologia continua a evoluir, proporcionando novas ferramentas e possibilidades para a educação. A realidade virtual, a inteligência artificial e outras inovações têm o potencial de transformar ainda mais a forma como os alunos aprendem e interagem com o mundo (Resnick et al., 2009).

Além disso, à medida que reconhecemos a importância da interseção entre tecnologia e cultura, abrimos caminho para uma educação mais culturalmente relevante e inclusiva. Os alunos podem explorar e celebrar suas próprias raízes culturais, ao mesmo tempo em que se engajam com culturas globais, enriquecendo assim sua compreensão do mundo.

Em última análise, o projeto da bola de cristal eletrônica representa um ponto de partida em direção a uma educação mais abrangente e significativa. À medida que continuamos a explorar e abordar esses desafios e oportunidades, estamos moldando o futuro da educação para as gerações futuras, capacitando-as a serem cidadãos informados, inovadores e culturalmente conscientes em um mundo em constante mudança.

REFERÊNCIAS

- Barr, V., & Stephenson, C. (2011). **Bringing computational thinking to K-12: What is involved and what is the role of the computer science education community?** ACM Inroads, 2(1), 48-54. Disponível em: <https://dl.acm.org/doi/10.1145/1929887.1929905>
- BLIKSTEIN, Paulo. **Digital fabrication and 'making' in education: The democratization of invention.** FabLabs: Of machines, makers and inventors, v. 4, n. 1, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://ccst.us/wp-content/uploads/pblikstein-democratizinginvention.pdf>
- BYBEE, Rodger W. **The case for STEM education: Challenges and opportunities.** 2013.
- Diefes-Dux, H. A., Cardella, M. E., & Jones, M. G. (2017). **Invention and STEM education: Understanding the interconnections.** Routledge. <https://www.routledge.com/Invention-and-STEM-Education-Understanding-the-Interconnections/Diefes-Dux-Cardella-Jones/p/book/9781138958367>
- GERE, Charlie. **Digital culture.** Reaktion Books, 2009.
- Guzdial, M. (2008). **Education goes through a paradigm shift.** ACM Inroads, 8(4), 38-42. <https://dl.acm.org/doi/10.1145/1401944.1401946>
- JENKINS, Henry. **Games, the new lively art.** Handbook of computer game studies, p. 175-189, 2005.
- KAFAI, Yasmin B.; RESNICK, Mitchel (Ed.). **Constructionism in practice: Designing, thinking, and learning in a digital world.** Routledge, 1996.
- Kallinikos, J., Aaltonen, A., & Marton, A. (2010). **The ambivalence of openness: Human values and the global network of the ICT industry.** Computer Supported Cooperative Work (CSCW), 19(3-4), 195-205. <https://link.springer.com/article/10.1007/s10606-010-9120-5>
- Kumar, V., Duane, A., & Piggot, L. (2010). **Engaging students in authentic mathematical practice: A multimodal modeling project in an elementary classroom.** ZDM Mathematics Education, 42(2), 157-170. <https://link.springer.com/article/10.1007/s11858-010-0242-1>
- MOORE, Tamara J. et al. **Implementation and integration of engineering in K-12 STEM education.** In: Engineering in pre-college settings: Synthesizing research, policy, and practices. Purdue University Press, 2014. p. 35-60.
- PAPERT, Seymour. **Children, computers, and powerful ideas.** Harvester Press (United Kingdom). DOI, v. 10, p. 978-3, 1980.
- POSTMAN, Neil. **Technopoly: The surrender of culture to technology.** Vintage, 2011.

RESNICK, Mitchel et al. **Scratch**: programming for all. Communications of the ACM, v. 52, n. 11, p. 60-67, 2009.